

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Vinicius Aredes Barbosa

**AS IMPLICAÇÕES DO TERMO *VERSTEHEN* NA PSICOLOGIA DESCRITIVA E
ANALÍTICA DE WILHELM DILTHEY**

Mestrado em Filosofia

São Paulo

2024

Vinicius Aredes Barbosa

**AS IMPLICAÇÕES DO TERMO *VERSTEHEN* NA PSICOLOGIA DESCRITIVA E
ANALÍTICA DE WILHELM DILTHEY**

Mestrado em Filosofia

Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Mario Ariel González Porta.

São Paulo

2024

Vinicius Aredes Barbosa

**AS IMPLICAÇÕES DO TERMO *VERSTEHEN* NA PSICOLOGIA DESCRITIVA E
ANALÍTICA DE WILHELM DILTHEY**

Mestrado em Filosofia

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Mario Ariel González Porta.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

São Paulo

2024

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo - Ficha Catalográfica com dados fornecidos
pelo autor

Barbosa, Vinicius Aredes
P372 As implicações do termo *Verstehen* na Psicologia
Descritiva e analítica de Wilhelm Dilthey/ Vinicius Aredes
Barbosa. -- São Paulo: [s.n.], 2024.
81p. il. ; 30 cm.

Orientador: Mario Ariel González Porta.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia.

1. Dilthey. 2. Psicologia. 3. Filosofia. I. Porta,
Mario Ariel González. II. Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia.
III. Título.

CDD

*“Grita na rua a Sabedoria,
nas praças, levanta a sua voz;
[...] Até quando, ó néscios,
amareis a needade?”*

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq) - Nº processo 130086/2022-3.

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq) - Process Number 130086/2022-3.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Mario Porta por suas aulas, orientações e pelos aprendizados provindos das vivências que ultrapassam o âmbito teórico.

Ao professor Jonas Madureira por ter me iniciado nos caminhos da Filosofia.

À banca examinadora por sua disponibilidade e dedicação.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Origens da Filosofia Contemporânea e outros mais que fizeram parte deste processo.

À minha família que se faz presente em toda minha história.

À minha amada esposa Mariana por sua cumplicidade e prontidão perante os desafios da vida.

E, principalmente, ao Ser do qual provém toda a possibilidade de conhecimento.

RESUMO:

O termo *Verstehen*, durante os séculos XIX e XX, foi amplamente utilizado em correntes filosóficas como a hermenêutica, a histórica e a fenomenológica. Ainda hoje sua conceituação é discutida e aplicada no contexto científico de áreas como a psicologia, filosofia, direito e outras mais. Tal fato evidencia sua relevância e aponta para a necessidade de sua contínua investigação. Assim, o objetivo do presente trabalho é discorrer acerca das implicações de *Verstehen* na obra *Psicologia Descritiva e Analítica, 1894*, de Wilhelm Dilthey. Sabe-se que autor está na base do pensamento das ciências sociais que se desenvolveram no século XX e que tal conceito esteve presente em todo seu constructo teórico. Porém, é no empreendimento de sua psicologia descritiva que se inicia a elucidação de forma mais clara dos intentos metodológicos que o conceito se encarregava na obra geral de Dilthey. Desta forma, para a devida compreensão, pretende-se apresentar o contexto das questões presentes nas discussões do filósofo; situar o constructo mais amplo de sua obra; e discorrer acerca das implicações do termo diante do objetivo das ciências do espírito e na defesa de sua atual pertinência no cenário social e científico.

Palavras-chave: Dilthey. Psicologia. Filosofia.

ABSTRACT:

The word *Verstehen*, during the 19th and 20th centuries, was widely used in philosophical currents such as hermeneutics, history and phenomenology. Even today, its conceptualization is discussed and applied in the scientific context of areas such as psychology, philosophy, law and others. This fact highlights its relevance and points to the need for continued investigation. Thus, the objective of this work is to discuss the implications of *Verstehen* in the work *Descriptive and Analytical Psychology, 1894*, by Wilhelm Dilthey. It is known that the author is at the basis of the thinking of the social sciences that developed in the 20th century and that this concept was present throughout his theoretical construct. However, it is in the undertaking of his descriptive psychology that the clearest elucidation of the methodological intentions that the concept was responsible for in Dilthey's general work begins. In this way, for proper understanding, we intend to present the context of the issues present in the philosopher's discussions; situate the broader construct of his work; and discuss the implications of the term in relation to the objective of the human sciences and in defense of its current relevance in the social and scientific scenario.

Keywords: Dilthey. Psychology. Philosophy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. AS IMPLICAÇÕES DA PSICOLOGIA EXPLICATIVA	17
1.1. O problema kantiano.....	19
1.1.1 A impossibilidade da psicologia como ciência.....	26
1.2 A possibilidade da psicologia como ciência: as hipóteses em Herbart.....	31
1.3 A metodologia explicativa na psicofísica de Helmholtz	38
2. AS IMPLICAÇÕES DA PSICOLOGIA DESCRITIVA E ANALÍTICA	45
2.1 A proposta geral de Dilthey.....	46
2.2 O local da psicologia.....	51
2.3 Princípios fundamentais.....	55
2.3.1 Princípio de fenomenalidade	56
2.3.2 Princípio da totalidade da vida psíquica	60
3. AS IMPLICAÇÕES DE VERSTEHEN	62
3.1 O desenvolvimento do conceito.....	65
3.2 O conceito em <i>Ideias</i>	68
3.2.1 O nexos.....	73
3.2.2 A percepção.....	75
3.2.3 A vivência.....	79
3.2.4 A compreensão	83
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

Introdução

[...] então, dizeis, a própria ciência há de ensinar ao homem (embora isto seja, a meu ver, um luxo) que, na realidade, ele não tem vontade nem caprichos, e que nunca os teve, e que ele próprio não passa de tecla de piano ou de um pedal de órgão; e que, antes de mais nada, existem no mundo as leis da natureza, de modo que tudo o que ele não faz não acontece por sua vontade, mas espontaneamente, de acordo com as leis da natureza. Consequentemente, basta descobrir essas leis e o homem não responderá mais pelas suas ações, e sua vida se tornará extremamente fácil. Todos os atos humanos serão calculados, está claro, de acordo com essas leis, matematicamente, como uma espécie de tábua de logaritmos, até 108.000, e registrados num calendário; ou, melhor ainda, aparecerão algumas edições bem-intencionadas, parecidas com os atuais dicionários enciclopédicos, nas quais tudo estará calculado e especificado com tamanha exatidão que, no mundo, não existirão mais ações nem aventuras (Dostoiévski, 2009, p.37).

Pode-se considerar que este trecho, publicado em 1864, ilustra com excelência o espírito da época do século XIX. Claro que a liberdade de expressão artística do autor adorna sua crítica com sarcasmos e hipérboles. Entretanto, a reflexão colocada através do eu lírico se faz passível de compreensão e permite uma aproximação das esperanças e angústias vividas neste período. E, é, justamente, inserido neste cenário e movido por estas questões que se encontra o trabalho de Wilhelm Christian Ludwig Dilthey (1833-1911).

Dilthey, natural da cidade de Wisbaden, Alemanha, representa um importante papel no meio da discussão científica. O filósofo está posto em um período fértil e complexo do pensamento científico. Após a virada kantiana do século XVIII, as noções de conhecimento e ciência passam por mudanças radicais e com implicações que culminam em reformulações basilares no debate acadêmico. Ele não se ausenta destas discussões, antes, propõe reflexões fundamentais com desdobramentos que ecoaram por todo século XX até os dias atuais.

Entretanto, o pensamento diltheyano, desde o início de sua difusão, foi criticado por acusações que lhe atribuíam, principalmente, uma descontinuidade prejudicial ao todo de sua obra e um caráter fragmentado de suas produções. Isto, em consequência, afetou-o diretamente com dificuldades em sua propagação e valorização tanto na Europa, quanto em outras regiões do mundo¹. Tais apontamentos, geralmente, referem-

¹ Deve ser feito a ressalva da presença de trabalhos como o, da autora Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral, que foi orientada diretamente por Otto F. Bollnow [um dos discípulos diretos de Dilthey], *Dilthey*:

se ao período pós 1900, conhecida como a virada hermenêutica, que seria julgada como uma ruptura do trabalho do autor, e ao fato de que o segundo volume de sua principal obra, *Introdução às Ciências do Espírito*², 1883, [*Einleitung in die Geisteswissenschaften*] não foi concluído.

Em contrapartida, estudiosos contemporâneos, como Rudolf Makkreel, Eric Nelson, Frederick C. Beiser, Frithjof Rodi, dentre outros, defendem a tese de uma continuidade sistemática que se contrapõe a estes argumentos depreciativos que tentam desqualificar as ideias diltheyanas. A defesa se estrutura na alegação de que seu objetivo inicial, de uma Crítica da Razão Histórica, permanece durante toda sua obra e de que há mais um desenvolvimento e amadurecimento de ideias do que, em si, uma descontinuidade ou um abandono de posicionamento. Tal ponto fortalece a necessidade de novas investigações e trabalhos que permitam explorar as potencialidades e contribuições que as reflexões de Dilthey ainda podem contribuir para ciência e sociedade.

Dito isto, o presente trabalho tem a proposta de se aprofundar justamente no período anterior a virada hermenêutica. Especificamente, com foco na inicial distinção metodológica entre *compreender* e *explicar*, que tem seus respectivos termos originais em *Verstehen* e *Erklären*. O objetivo central consiste em obter uma apresentação da função e significado que *Verstehen* exerce na segunda fase do constructo diltheyano. Com isso, pretende-se entender os pressupostos assumidos por Dilthey, com vistas ao contexto das discussões em que estava inserido, identificar o papel que *Verstehen* ocupa na obra do autor e refletir acerca das implicações que este conceito acarreta ao cenário científico. Afinal, é a partir do conceito de *compreensão* que se expressa a passagem para a virada hermenêutica. Desta forma, a prerrogativa da investigação do termo neste período se dá na necessidade de seu aprofundamento para a devida assimilação do argumento de seu caráter contínuo. E, a partir disso, evidenciar a defesa da atual relevância que ainda sustentam suas reflexões acerca de uma antropologia de um sujeito real e uma metodologia científica que abarque sua integralidade.

um conceito de vida, 1987. Além de mencionar a existência de diversas produções por outros autores que também serviram de grande contribuição para a propagação da obra de Dilthey no cenário nacional.

² A obra será referida durante o trabalho como *Einleitung*.

Para isso, delimitou-se a investigação à obra *Ideias sobre uma psicologia descritiva e analítica*³, de 1894 [*Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie*]. Momento, este, que é caracterizado por Makkreel como a segunda fase do pensamento do filósofo⁴, cujo um de seus enfoques está na distinção entre *explicar* e *compreender*.

Esta segunda fase do pensamento de Dilthey é caracterizada por uma ênfase na realidade da experiência vivida [*Erlebnis*] e na compreensão [*Verstehen*] imediata da vida humana que esta torna possível. É nas “Ideias para uma Psicologia Descritiva e Analítica” de 1894 que Dilthey elabora a sua distinção explicação-compreensão (2021).

A psicologia para Dilthey ocupou um espaço de extrema importância. Durante todo seu trabalho, desde a *Einleitung* até suas últimas obras⁵, a reflexão acerca desta ciência esteve presente, mesmo que, em determinados períodos, com ênfases diferentes. Discussões como sua função em torno da epistemologia e metodologia, como a fundamentação das ciências do espírito, e seu papel junto a termos essenciais para filosofia do autor, como *vida* [*Leben*], *vivência* [*Erlebnis*] e *compreensão* [*Verstehen*], conferem à psicologia um status de centralidade no pensamento diltheyano.

Entretanto, para além destes pontos, o aspecto que deve ser ressaltado, que contribui para explicitar este posicionamento, é o cenário que o filósofo estava inserido. O século XIX foi marcado por diversos embates no meio acadêmico que discorrem em torno da psicologia, sua legitimidade e seu papel no conhecimento científico. Com a virada kantiana, as reconfigurações teóricas tiveram como foco o conhecimento e a forma como tal era apreendido, portanto, em certo sentido, a psicologia – ou melhor, a relação entre psicologia e teoria do conhecimento.

A partir deste fato, é possível mencionar diversas linhas de discussões que se desenvolveram no decorrer do século. No entanto, para o cumprimento do objetivo do

³ A obra será referida durante o trabalho como *Ideias*.

⁴ Apesar de não haver uma divisão precisa de datas, Makkreel divide o pensamento de Dilthey em três fases de acordo com as ênfases que são tratadas em suas obras. De maneira sucinta, a primeira tem como centro a fundamentação das Ciências do Espírito com enfoque na investigação das experiências internas. A segunda fase se caracteriza por um refinamento de seus pressupostos e os conceitos de *vivência* e *compreensão* ocupam o cerne de suas discussões. Por fim, a terceira fase se direciona a virada hermenêutica em que a ideia de uma interpretação se torna necessária para o cumprimento da compreensão (2021).

⁵ Como pode ser visto na obra *A essência da filosofia, 1907*.

trabalho e o tratamento adequado do tema, entende-se que a consideração guiada pela argumentação de Dilthey acerca do desenvolvimento da psicologia no séc XIX contextualiza de forma suficiente os termos do debate e concede uma perspectiva consistente para apresentação das implicações de *Verstehen*.

Dito isto, este escrito será desenvolvido em três partes que se dividem em implicações da argumentação diltheyana. A primeira consiste nas implicações do desenvolvimento das psicologias explicativas. Assim, será realizada uma breve contextualização histórica em que se dá o início do problema do filósofo. A fim de tratar o assunto de forma coerente, porém não exaustiva, esta reconstituição do período se concentra em aspectos relevantes e conduzidos pela arguição do autor na obra *Ideias*. Então, inicialmente, será abordada as implicações dos critérios científicos que a crítica kantiana impõe à ciência e, conseqüentemente, à psicologia. Iniciando com uma apresentação de seu problema, a resolução do mesmo e as conseqüências à psicologia.

Ainda na primeira parte, como já mencionado, será tratado de um esquema histórico norteador do argumento diltheyano sobre a psicologia científica no século XIX. Para fins didáticos e argumentativos, pretende-se exemplificar o cenário com a proposta da psicologia de Johan Friedrich Herbart e de Herman Von Helmholtz. Sabe-se que a pertinência do primeiro autor é revelada no fato de que o filósofo é considerado como uma das principais bases para diversas questões presentes na época, como, por exemplo, a querela em torno ao psicologismo [*Psychologismusstreit*], querela em torno do método [*Methodenstreit*] e a tentativa de uma psicologia científica, após a assertiva kantiana⁶. Estes são problemas que atravessam direta e indiretamente a obra diltheyana e, mesmo que não sejam expressamente aprofundados neste trabalho, reforçam a relevância que Herbart representa no meio acadêmico. Além do fato de Dilthey referir-se na obra *Ideias* aos significativos passos que a psicologia toma em seu desenvolvimento no constructo herbartiano. Quanto à Helmholtz, sua prerrogativa no transcurso da exposição se dá por expressar um segundo grande avanço nos estudos psicológicos da Alemanha. Seu labor se concentra, a princípio, na conciliação do âmbito psíquico com o físico. Isto é, o teórico figura o importante pressuposto do paralelismo psicofísico,

⁶ Estudiosos contemporâneos como Mark Textor (2021), Beiser (2021) e J. Murray (2022) tomam Herbart e a discussão como uma das principais referências para estas temáticas.

assunto, este, que Dilthey estabelece como foco de sua refutação com a psicologia descritiva e analítica.

Sabe-se que na arguição de *Ideias* são referidos demais teóricos que contribuíram para a temática da psicologia científica, como, James Mill, John Stuart Mill, Herbert Spencer, Hippolyte Taine, Gustav Theodor Fechner e Wilhelm Wundt. Entretanto, entende-se que o autor faz menção de seus trabalhos com fins de contextualização da construção de seu problema e, portanto, os dois cientistas anteriormente citados, ilustram suficientemente os pontos centrais da contradição diltheyana. Ou seja, tais diálogos estão majoritariamente marcados pela distinção e oposição de Dilthey à psicologia vigente na época.

A segunda parte, então, detém-se em apresentar uma visão geral sobre o problema que impele o objetivo de Dilthey. Um panorama da proposta do autor que aponta para as implicações da psicologia descritiva e analítica. Visa, a partir desta ordenação, evidenciar o contraste daquilo que era proposto como critério científico em relação ao que Dilthey almejava como ideia de ciência. Identificando suas raízes motivacionais e o alvo de seu labor, a distinção entre ciências da natureza [*Naturwissenschaften*] e ciências do espírito [*Geisteswissenschaften*] emergem de princípios que apontam para a necessidade de uma psicologia de fundamentação. Dito de outra forma, seu intento residido na elaboração de uma Crítica da Razão Histórica, o conduz a uma reformulação da concepção de conhecimento referente às ciências do espírito. Tal reformulação segue princípios basilares que são concernentes aos campos de estudo da psicologia. Desta maneira, neste capítulo, será abordada uma perspectiva das implicações cruciais do constructo diltheyano e que o direcionam para a psicologia, evidenciando os princípios fundamentais de sua filosofia.

Por fim, a terceira parte, ocupa-se da exposição acerca das implicações de *Verstehen* na obra *Ideias*. Inicialmente, pretende apresentar o desdobramento do conceito nas fases do pensamento diltheyano. Vale ressaltar que neste âmbito a intenção é de oferecer uma noção das mudanças de nuances que a compreensão acarreta durante o amadurecimento do autor. Em seguida, serão abordados alguns conceitos-chave da filosofia de Dilthey que fazem parte do esquema operacional da psicologia descritiva e analítica, sendo imprescindível para o aprofundamento da discussão de

Verstehen. E, por último, a investigação do significado de compreensão na psicologia descritiva e analítica em vista de todo o exposto anterior e embasado nas considerações de especialistas como Makkreel, Beiser, H. A. Hodges, dentre outros. Desta forma, procura-se evidenciar as implicações que *Verstehen* suscita na psicologia descritiva e analítica em seu contexto de debate, mas, também, nas reflexões que se configuram como necessárias para psicologia, ciência e sociedade dos dias atuais.

1. As implicações da psicologia explicativa

[...] entendemos por psicologia explicativa a dedução dos fatos dados na experiência interior, no experimento, no estudo de outros homens e na realidade efetiva histórica a partir de um número limitado de elementos analiticamente encontrados. Por elemento, compreendemos, então, cada componente da fundamentação psicológica, que é utilizado para *explicação* dos fenômenos psíquicos. (Dilthey, 2011, p. 49)

A psicologia explicativa ou construtiva, como algumas vezes é chamada, exerce papel central na argumentação de Dilthey na obra *Ideias*, em 1894. Pois, é justamente a partir de uma alegada incompletude em sua função que a necessidade de uma psicologia descritiva e analítica nasce na mente do autor. Isto é, o progresso científico na área da ciência psicológica havia se desenvolvido de determinada forma que, segundo o filósofo, não atendia as demandas que se apresentavam para constituição de seu próprio conhecimento. Além disso, Dilthey continha em sua perspectiva científica uma tarefa peculiar para o saber psicológico e que, para sua efetivação, a psicologia explicativa também se mostrava ineficaz.

Sob um prisma mais amplo da situação, a obra *Ideias* está localizada no período de maior engajamento do autor acerca da diferenciação metodológica entre as ciências. Ademais, segundo Makkreel (2021), este escrito é considerado um dos mais importantes deste período para expressar o pensamento do filósofo. Sabe-se, também, que foi pivô de grandes debates entre teóricos da época, como Hermann Ebbinghaus, Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert⁷. Afinal, sua argumentação se encontrava em torno tanto de uma tomada de atitude contra a dominação do pensamento positivista quanto da fundamentação de uma ideia alternativa de ciência. Assim, a proposta da psicologia de Dilthey não está restrita a uma tentativa de instaurar o saber psicológico no cenário científico, antes se configura como um manifesto aplicado de um ideal de ciência contrário ao que havia sido construído até então.

Portanto, o que Dilthey chama por psicologia explicativa não consiste em uma teoria específica do campo psíquico, mas se refere à um raciocínio metodológico que se desenvolveu na ciência moderna e teve o ápice de suas implicações na psicologia do

⁷ Estas discussões serão mencionadas articuladas em tópicos posteriores.

século XIX. O autor remonta os primórdios deste proceder desde René Descartes, Baruch Espinosa e G. W. Leibniz, e, que teve grande expressão na psicologia de Christian Wolff. O filósofo aponta que o fator que assemelha este grupo de pensadores é o primeiro traço característico da psicologia explicativa: ‘o seu movimento sintético ou construtivo’.

Ela deduz todos os fatos passíveis de serem encontrados na experiência interior e em suas ampliações a partir de um número limitado de elementos inequivocamente definidos. Historicamente, o surgimento desse direcionamento construtivo na psicologia está em conexão com o espírito construtivo da grande ciência da natureza do século XVII. Descartes e sua escola, assim como Espinosa e Leibniz construíram a partir de hipóteses, sob a pressuposição da transparência total dessa relação, as ligações entre processos corporais e transcurso psíquicos. [...] e é fácil observar a conexão em que eles se encontravam com suas invenções matemáticas e metafísicas. (DILTHEY, 2011, p.49-50)

É possível afirmar que este traço que Dilthey evidencia se configura como o ponto crucial de sua contraproposta. Em outras palavras, é a dinâmica explicativa construída sobre uma análise de elementos limitados inequivocamente definidos da vida psíquica que o filósofo se opõe. Ressalta-se no trecho citado o enfoque na expressão ‘inequivocamente definidos’, ou seja, que são assumidos sem qualquer possibilidade de dúvida – pressupostos necessários e universalmente válidos⁸ para a efetividade da metodologia. Assim, o que Dilthey quer mostrar é que a certeza posta nestes elementos só pode estar subsidiada numa conexão psíquica que corresponde a uma lei *a priori* do conhecimento. Afinal de contas, na época, tal pressuposto era tido como condição de status científico, a saber, o princípio de causalidade. “o nexos causal dos processos psíquicos dá-se segundo o princípio: *causa aequat effectum*”⁹ (Ibid., p.49).

Esta conexão, ou melhor, a relação entre estes elementos é expressa no conceito de hipóteses. Portanto, a construção da psicologia explicativa se estrutura a partir de um sistema de hipóteses que interliga elementos com fins explicativos dos fenômenos psíquicos. Dilthey identifica esse movimento tanto na filosofia racionalista no uso da metafísica e da matemática quanto em outras correntes como o materialismo e o

⁸ Esta expressão se justifica na ideia clássica de ciência que era considerada na época: ciência é conhecimento universal e necessário.

⁹ Segundo o tradutor “a causa corresponde ao efeito” (Dilthey, 2011, p.49).

empirismo. Todas elas têm a característica de uma análise construtiva que parte de hipóteses para a explicação da vida psíquica. Nisto, conseqüentemente, equivale a metodologia das ciências da natureza:

Por isto, o procedimento do psicólogo explicativo é totalmente o mesmo em relação àquele de que se serve em sua área o pesquisador da natureza. A semelhança no procedimento dos dois torna-se ainda maior pelo fato de o experimento agora, graças a um progresso notável, ter se transformado no recurso da psicologia em muitas das suas regiões. [...] A única coisa que se acha em questão é o fato de o psicólogo explicativo trabalhar com o capital de um número limitado de elementos inequívocos. (Ibid., p. 51)

Em suma, o centro de sua dissertação acerca da psicologia explicativa perpassa o desenrolar da psicologia científica no século XIX, mencionando figuras-chave como Johan Friedrich Herbart, Herbert Spencer, John Stuart Mill, Hermann von Helmholtz, dentre outros. No entanto, para um devido entendimento da questão que se problematiza em Dilthey é preciso contextualizar o motivo pelo qual a psicologia deveria se adequar ao modelo das ciências da natureza.

Desta forma, este capítulo pretende apresentar os fatores que se apresentaram na virada kantiana que resultaram em tais implicações a psicologia. Em seguida, para uma elucidação do argumento diltheyano será exposto a necessidade do sistema de hipóteses na psicologia de Herbart e a evolução desta lógica da psicologia explicativa na psicofísica de Helmholtz. Procura-se, com isto, evidenciar tanto o posicionamento de Dilthey em relação a psicologia explicativa quanto a exposição dos autores naquilo que é relevante à discussão.

1.1 O problema kantiano

[...] a teoria do conhecimento até aqui, tanto a empírica quanto a de Kant, explica a experiência e o conhecimento a partir de um estado de fato que pertence à mera representação. Nas veias do sujeito cognoscente, que foi construído por Locke, Hume e Kant, não corre sangue real, mas o suco diluído da razão como uma mera atividade do pensamento. (Dilthey, 2010b, p. 6)

O referido trecho está presente no prefácio de uma das obras mais importantes de Dilthey, *Introdução às ciências do espírito*¹⁰ – frequentemente mencionada como *Einleitung*. Ponto que confere ao excerto grande importância. Afinal, a menção crítica direcionada a estes pensadores revela o cerne da empreitada assumida pelo filósofo durante todo seu trabalho.

O epicentro da questão é que o fio condutor que liga estes três autores produz uma ideia de ciência, mundo e indivíduo que se opunha às ideias diltheyanas. Todavia, ponto que deve ser destacado é que, adiante das propostas de Locke e Hume, a virada kantiana é um marco indiscutível na história do pensamento. Em verdade, o sujeito irreal caracterizado por Dilthey já está presente no empirismo inglês antes do criticismo. Entretanto, é em Kant que se pode atribuir a maior responsabilidade por uma mudança radical das bases da concepção científica que sustentaram todo o desenrolar das querelas do século XIX.

A conjuntura orquestrada no período em que Kant exerce grande influência é fundamental para o entendimento dos rumos que a ciência toma. Por assim dizer, é possível considerar, em uma contextualização geral da problemática kantiana, seu início na virada da ciência moderna e seu ápice nas implicações do século XIX. Kant e suas implicações se tornam indispensáveis ao pensamento diltheyano e sua postura diante a ciência vigente na época. Assim, torna-se essencial para o presente trabalho uma breve exposição das implicações que Kant acarretou à história do pensamento e a psicologia.

O período em que Kant está posto, e que a formulação de seu pensamento adquire maturidade, caracteriza-se por um intenso embate acerca das bases da ciência. Através de temas essenciais como, por exemplo, o desenvolvimento das físicas racionalistas, a empreitada do empirismo, o surgimento da mecânica newtoniana, o papel da metafísica e a cientificidade da psicologia, constituiu-se o quadro da formação de Kant.

¹⁰ A obra na versão em português, publicada pela editora Forense Universitária e tradução de Marco Casanova, teve como título *Introdução às ciências humanas*. No entanto, por questões de refinamento teórico, entende-se que a tradução *ciências do espírito* conserva os pressupostos filosóficos, contextuais e culturais de Dilthey.

Além disso, em sua vida acadêmica, contou com a presença de Christian Wolff¹¹ como seu professor. O que lhe ocasionou a introdução de questões postas na época e que já o direcionavam para o problema central de sua obra. Como, por exemplo, é o fato de que, antes mesmo da publicação de *Crítica da Razão Pura [Kritik der reinen Vernunft]*, em 1781, Kant já expressava suas reflexões acerca de questões que seriam desenvolvidas posteriormente. Como resume Kenny:

Em 1763, a Academia de Berlim lançou um concurso com a questão “Podem as verdades metafísicas ser demonstradas com a mesma certeza que as verdades da geometria?”. O trabalho (não premiado) de Kant para o prêmio sublinhava várias distinções entre os métodos filosófico e matemático. Os matemáticos partem de definições claras que criam conceitos que eles então passam a desenvolver; os filósofos partem de conceitos confusos e os analisam com o objetivo de chegar a uma definição. Os metafísicos, em vez de macaquear os matemáticos, deveriam seguir os métodos newtonianos, aplicando-os não ao mundo físico, mas aos fenômenos da experiência interior (2014, p.124).

Pode-se notar que a preocupação com a validade científica e o papel que a metafísica exercia neste âmbito estiveram presentes na construção de suas ideias. Assim como a distinção dos saberes provindos da matemática e da metafísica ou do mundo exterior e da experiência interior.

O contexto de avanço da ciência moderna, que se expressava grandemente nos progressos das ciências da natureza, conduziu-o a diversos questionamentos. Dentre estes, estava as bases do racionalismo, sua pretensão e, conseqüentemente, o lugar da metafísica na produção do conhecimento. Assim, Kant se insere neste debate apresentando argumentos que colocaram em questionamentos temáticas sobre a noção de ciência, o processo de formação do conhecimento e, por conseguinte, a validade metodológica de outras ciências.

Para o entendimento correto destas implicações é necessária uma breve apresentação de noções e pressupostos imprescindíveis na argumentação kantiana. Para tanto, parte-se do referencial de sua principal obra, *Crítica da Razão Pura*, discorrendo sobre o problema levantado e as conseqüências de sua solução.

¹¹ Wolff foi um grande sistematizador do saber científico moderno, o que outorgou a Kant grande influência no desenvolvimento de suas ideias (LEARY, 1982). Vale, também, destacar que os frutos desta relação são expressos principalmente nas reflexões sobre a psicologia – que será melhor abordado no seguinte tópico.

Deste modo, cabe introduzir o tema apoiado no próprio autor - que explicita: “O verdadeiro problema da razão pura está, pois, contido na questão: como são possíveis juízos sintéticos a priori?” (KANT, 2015, p. 56). Este questionamento expressa e sintetiza uma variedade de outras questões que vão surgindo subseqüentemente à medida que os conceitos e pressupostos são discutidos e levados as suas implicações. Assim, para iniciar a exposição, pode-se partir da posição que Kant assume quanto ao que se define por conhecimento ou como ele se dá.

Para o filósofo, há dois tipos de conhecimentos: o conhecimento empírico e o conhecimento *a priori*. De forma resumida, a distinção dos dois consiste em que o conhecimento empírico seria aquilo que se dá na experiência dos sentidos sensoriais. Já o conhecimento a priori, por conseguinte, define-se em sua negativa, ou seja, naquilo que não é dado por experiência. Esta breve diferenciação dos termos, a princípio, expressa certa simplicidade no que tange seu sentido e seu papel na pergunta kantiana. Porém, em uma reflexão mais ampla, o conceito introduz algumas questões debatidas na época, como por exemplo, a discussão entre racionalistas e empiristas, o dilema entre as físicas racionalistas e o crescimento da física Newtoniana, o conceito clássico de ciência e o local do *a priori* na metafísica, física e matemática.

Isto começa a ser notado no fato de que, além de distinguir o conhecimento nestas duas categorias, dentro do *a priori*, ainda faz uma segunda discriminação – o que designou como *puro*, sendo este o alvo de sua crítica.

Dentre os conhecimentos a priori, contudo, denominam-se puros aqueles em que não há nada de empírico misturado. Assim, a proposição “toda mudança tem uma causa”, por exemplo, é uma proposição a priori, mas não é pura, porque “mudança” é um conceito que só pode ser derivado da experiência. (Ibid. p.46)

A ilustração oferecida por Kant para explicitar a definição do que seria entendido por *conhecimento a priori puro* não é uma informação aleatória. O princípio de causalidade, ou seja, a proposição de que toda mudança tem uma causa, era tema de divergência entre os teóricos da época. Desde Descartes, Leibniz e até mesmo em Hume, este conceito exerceu considerável posição no debate acerca do proceder metodológico científico. Afinal, havia uma necessidade da noção de causa para o próprio cumprimento do objetivo científico, em que consistia em buscar a razão ou o porquê de

determinado fenômeno, e, sem uma causa, isto seria impossível. Porém, de acordo com Kant, também havia uma incompatibilidade deste conceito com a pretensão da razão pura racionalista.

Em suma, a razão pura consistia no intento de um conhecimento baseado estritamente na capacidade lógico-demonstrativa de dar conta de todo e qualquer fenômeno. Isto se dava, pois no início da era moderna, através do método matemático os avanços científicos visavam a explicação total do universo, estendendo-se até mesmo às questões metafísicas.

As matemáticas, a partir do século XVII, são a ciência, mais avançada e, portanto, proporcionam o modelo de ciência. Desse período em diante, a tendência imperante era construir todas as outras ciências sobre o modelo das matemáticas. Esse é o projeto de Descartes, que adquire forma por meio de Spinoza, e, na Alemanha, de Leibniz e de Wolff. [...] Concedido o anterior, é compreensível que Descartes queira trasladar o método matemático à metafísica e a própria física, e que Spinoza faça uma explícita aplicação dele à ética. (Porta, 2023, 28-30)

Sabe-se que o saber matemático, a princípio, é evidentemente *a priori*, portanto, se este era o modelo científico, acreditava-se que desta maneira era possível construir uma ciência, ou seja uma explicação geral dos fenômenos, inteiramente baseada no conhecimento *a priori*. Assim, sendo suficiente tanto em questões da física, como o movimento, quanto na metafísica, como a alma e Deus. Entretanto, como se viu, havia o impasse de que o princípio de causalidade requeria a experiência como forma de conhecimento para a explicação do fenômeno. Ou seja, o nexos causal dos fenômenos não poderia ser fundado simplesmente em um raciocínio lógico-demonstrativo. Mas, por outro lado, não se pode assumir que um princípio, que pretende ser uma lei universal e, assim, ultrapassar a particularidade da experiência, configure-se como conhecimento empírico. Deste modo, parafraseando a questão de Kant, em que se fundamenta? Claro que o problema kantiano não se reduz no exemplo do princípio de causalidade, mas, em certo sentido, expressa o significado de sua pergunta.

Este questionamento feito pelo filósofo é o que direciona os caminhos de sua arguição. Todavia, ele é incompreendido se não forem evidenciados, no mínimo, três conceitos chave desta história. São estes o que Kant entendia por: ciência, metafísica e física. Por mais que alguns destes já estão subentendidos nesta breve exposição, é

necessário que sejam apresentados de maneira clara para que componham o quadro de argumentação geral em relação a proposta de Dilthey e se torne efetivo o cumprimento do objetivo deste trabalho.

Apesar da explícita crítica ao racionalismo, Kant considerava o conceito clássico de ciência em confluência à corrente filosófica. Ambos entendiam que ciência, a partir da noção lógico-formal aristotélica, definia-se por conhecimento *universal* e *necessário*. Isto posto, para algo ser considerado universalmente e necessariamente válido deveria dar conta da explicação definitiva e demonstrativa de determinado fenômeno e exprimir seu caráter não contraditório frente a sua negação. Como Porta contribui:

Descartes e Leibniz (e todos os racionalistas em geral) compartilham uma ideia de ciência que tem suas raízes na Antiguidade clássica, segundo a qual a ciência é conhecimento universal e necessário. Para usar algumas formulações que não são exatamente idênticas, mas que confluem para o núcleo primordial da “necessidade”, digamos que ciência é um conhecimento demonstrativo pelas causas ou razões; não um mero saber do que é, senão do porquê é; não simplesmente um descrever, mas um explicar; não propriamente um investigar os fatos estabelecendo novas verdades em relação a eles, mas provar estas verdades. (2014, p. 107)

Então, se a noção de ciência estava alinhada, em que consistia a divergência de postura diante do objetivo? A resposta se exemplifica no segundo conceito a ser exposto: a ideia de física. No decorrer do desenvolvimento científico, duas físicas racionalistas exerciam maior expressividade no contexto acadêmico: a física de Descartes e a física de Leibniz. Não obstante, em meio aos atritos das polêmicas não solucionadas por seus métodos, surgiu a física da mecânica newtoniana de forma revolucionária ao lidar com a matemática e o proceder experimental, sendo capaz de oferecer provas verificáveis das resoluções que propunha. Kant, diante deste cenário, adotou a física newtoniana como o modelo de ciência e o elevou ao ideal clássico do saber científico. “Isto é decisivo: para Kant, a física newtoniana [...] é um conhecimento que implica um caráter universal e necessário” (Ibid., p.107)

A mecânica newtoniana, no entendimento do filósofo, enquadrava-se por completo na finalidade da ciência clássica. Newton oferecia um sistema de leis físicas que submetiam o universo a uma explicação mecânica dos fenômenos e que ainda poderiam ser verificáveis no sentido empírico. Isto é, a mecânica newtoniana conservava

o conhecimento *a priori* ao estabelecer uma relação constante entre fenômenos através de um sistema de leis e ainda permitia que essas leis fossem empiricamente verificáveis no procedimento experimental. Desta forma, evidenciava-se que juízos como a causalidade, que não poderiam ser conhecidos puramente pela razão, estavam pressupostos pelo sujeito e poderiam ser verificados na experiência.

Isto resultou com que o *a priorismo* radical perdesse sua força e Kant encontrasse um modelo de ciência que se colocava em equilíbrio diante dos extremos do racionalismo e do empirismo. Afinal, ao passo que evidenciava a impossibilidade de um saber exclusivamente *a priori*, não descartava a necessidade de estabelecer princípios pressupostos para universalização da investigação científica.

Entretanto, o movimento feito por Kant acarretou não só em um descrédito à pretensão racionalista, mas, por conseguinte, estendeu-se às ciências que não continham em seus métodos e objetos de estudo a viabilidade de atender os requisitos da física newtoniana, como é o caso da metafísica. Como visto anteriormente, a metafísica era tida com essencial função no desenvolvimento acadêmico da época. As físicas de Descartes e Leibniz eram intrinsecamente entrelaçadas com suas metafísicas e vice-versa. Nela, por exemplo, também estava contida investigações extremamente necessárias como a causa absoluta, ou originária, e demais temas como Deus e a alma. No entanto, seus objetos de pesquisa não poderiam ser submetidos a um sistema de leis físico-matemáticos, não atendiam as condições de necessidade lógico-formal e nem mesmo tinham a possibilidade de verificação empírica. Sendo assim, seu destino se configurava na insuficiência em satisfazer o rigor científico.

A mecânica newtoniana consegue construir um conjunto de conhecimentos que é aceito por todos e confirmados pelos fatos conhecidos. A metafísica, pelo contrário, é, como diz Kant, “uma eterna arena de disputas”, não existindo uma única tese que seja unanimemente aceita nem uma única demonstração que não seja questionada (PORTA, 2023, p.25)

O que deve ser notado é que a pergunta kantiana, acerca da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*, por um lado, resultou em uma negação da viabilidade científica da razão pura, dada exclusivamente no conhecimento *a priori*, que pretendia a metafísica racionalista. Por outro, Kant nunca afirmou que o conhecimento só poderia ser dado na

experiência. Antes, a partir da ideia clássica de ciência, que previa a universalidade e necessidade do conhecimento, através do modelo físico-matemático newtoniano, reforçou a importância de um conhecimento *a priori*, juntamente com o rigor do método experimental, para se alcançar a objetividade do saber científico. Um conhecimento que embasasse a possibilidade do juízo sintético *a priori*, portanto, um conhecimento provindo de uma *síntese a priori*¹².

1.1.1 A impossibilidade da psicologia como ciência

O objetivo de Kant não se destinava, a princípio, à uma problematização da ciência psicológica. Mas os desdobramentos de sua crítica e seu modelo de ciência configuraram como obstáculo para a continuidade da psicologia. Entretanto, para entender o motivo da alegada impossibilidade científica é necessário estabelecer algumas clarificações conceituais e apresentar o que se pensava como psicologia na época.

Como já mencionado, Wolff teve clara influência na elaboração da crítica kantiana. Suas sistematizações traziam à tona ideias de origens do racionalismo e do escolasticismo, e, também, propunham sínteses e ampliações de conceitos discutidos na época, assim como o fazia na psicologia. Wolff foi um grande sistematizador do saber na Alemanha do século XVIII e, devido a extensa difusão, sua noção de psicologia era considerada por Kant como a referência da área. De tal modo que é impossível expor os argumentos kantianos contra a cientificidade da psicologia sem que seja brevemente mencionada.

¹² O conceito de síntese a priori está na base da solução do problema kantiano. Entretanto, para uma explanação consistente de seu significado é necessária uma série de clarificações, tais como as noções de *intuição*, *conceito*, *entendimento*, *experiência*; além de outros mais que têm relação direta com as diferentes *percepções* e a *dedução transcendental*. Desta forma, a fim de que se mantenha o foco, neste tópico, em estabelecer uma contextualização do desenvolvimento da psicologia explicativa, tal conceito será articulado na discussão do capítulo 3. Por ora, assume-se a ideia ampla de que síntese a priori é a junção entre intuição e conceito para possibilitar a condição primeira da experiência. Como Porta contribui: [...] dados sensoriais, em última instância, necessariamente se “encaixam” nas formas a priori da sensibilidade e do entendimento (2023, p.142).

A consideração de Kant quanto à psicologia teve algumas variações de ênfases no decorrer de suas obras. Mas, o que deve ser primeiramente destacado é que ele parte de uma questão basilar da psicologia wolffiana: seu caráter dualístico. Wolff dividia a psicologia em duas áreas distintas de acordo com o método, sendo elas: a psicologia empírica e a psicologia racional. Em sua obra *Psychologia Empirica*, de 1732, a psicologia empírica é definida como a investigação da alma, ou mente, a partir da experiência, assim, do comportamento ou das atividades internas. Como R. J. Richards resume:

A psicologia empírica, embora não negligencie as observações do comportamento externo, tem como método principal a introspecção direta que a mente faz de suas próprias atividades, seja captando rapidamente suas operações normais ou inventando experimentos a fim de provocar atos específicos (1980, p.228; tradução nossa).

Por outro lado, em *Psychologia Rationalis*, de 1728, a psicologia racional é definida como uma ciência complementar à primeira e que faz parte da metafísica. Seguindo Richards:

De forma complementar, a psicologia racional procede a priori e dedutivamente para demonstrar verdades sobre a mente. Os conceitos e proposições que utiliza derivam de disciplinas mais fundamentais – física, metafísica e psicologia empírica. Devido ao seu caráter a priori e dedutivo, a psicologia racional para Wolff chega mais perto do que a psicologia empírica de realizar o ideal da ciência como um conjunto de proposições ordenadas, das quais o antecedente fornece razões suficientes para o conseqüente (Ibid.; tradução nossa).

Vale ressaltar que outros teóricos contemporâneos de Kant também utilizaram as bases lançadas por Wolff, desenvolveram as teorias e tornaram-se autoridades nos respectivos assuntos. Este é o caso de Johann Nicolas Tetens e Alexander Gottlieb Baumgarten que foram alvos de diálogos nas críticas kantianas. No caso de Tetens, sua ocupação consistia na psicologia empírica com a atribuição das faculdades da alma. Como completa Leary: “O significado filosófico desta divisão tripartida das faculdades psicológicas é mais evidente na apresentação igualmente trifurcada do pensamento de Kant nas suas três obras principais” (1982, p.20; tradução nossa). Já a psicologia racional teve espaço para seu desenvolvimento na metafísica de Baumgarten, sendo de considerável importância e alvo das argumentações kantianas. “Como era típico, esses

argumentos racionais levaram a afirmações confiantes sobre a substancialidade ontológica, simplicidade, identidade e relação da alma com o mundo físico, especialmente o corpo” (Ibid., p.21; tradução nossa).

Apesar disso, Baumgarten não foi tido como um alvo isolado, mas toda a psicologia racional era tida como insuficiente naquilo que se propunha. Kant entendia que as conclusões provindas do método da psicologia racional não eram eficazes para provar as características que alegava à alma e que esta construção tinha falácias em seu proceder. As afirmações sobre substancialidade, identidade e demais aspectos atribuídos a alma são saberes que só podem ser adquiridos *a posteriori*. A base na proposição cartesiana “eu penso”, e o que disso implica nesta tradição metodológica, não é apta para se chegar a inferências, que se julgam puramente racionais, de propriedades da alma independentemente de um estado empírico. Como o próprio Kant conclui na *Crítica da Razão Pura*:

A ilusão dialética na psicologia racional se baseia na confusão de uma ideia da razão (de uma inteligência pura) com o conceito inteiramente indeterminado de um ser pensante em geral [...] Consequentemente, confundo a abstração possível de minha existência empiricamente determinada com a suposta consciência de uma possível existência separada de meu eu pensante, e acredito conhecer o substancial em mim, como sujeito transcendental, na medida em que apenas tenho no pensamento a unidade da consciência que serve de fundamento, como mera forma do conhecimento, a todo determinar. (2015, p. 316)

Adiante, o autor desenvolve seu argumento, dando seu parecer final a possibilidade de validade deste conhecimento:

A dificuldade deixada por essa tarefa consiste, como é sabido, na heterogeneidade pressuposta do objeto do sentido interno (a alma) em relação aos objetos dos sentidos externos, no sentido de que apenas o tempo é inerente àquele como condição formal de sua intuição, ao passo que a estes apenas o espaço o é. Caso se considere, contudo, que aqui ambos os tipos de objetos não se distinguem internamente um do outro, mas apenas pelo modo como um aparece externamente ao outro, e que, portanto, aquilo que serve de fundamento ao fenômeno da matéria como coisa em si mesma talvez não tenha de ser tão heterogêneo, então desaparece essa dificuldade e não resta nenhuma outra, a não ser a de como é em geral possível uma comunidade de substâncias, uma dificuldade cuja solução está inteiramente fora do campo da psicologia e, como o leitor poderá facilmente julgar, [...], reside sem nenhuma dúvida também fora do campo de todo conhecimento humano. (Ibid., p. 317)

Assim, a razão pura, ou melhor, a psicologia racional, falha ao tentar estabelecer uma investigação de maneira que sirva como complementação da experiência e até mesmo em sua pretensão geral de estudo da alma. Devido sua limitação metodológica e conjuntamente com seu objeto indeterminado, nada do que se produz pode ser tomado como cientificamente válido. A tarefa da investigação da alma ultrapassa a capacidade daquilo que se pode alcançar por meio de uma razão pura e se definir como ciência. O autor entende que o raciocínio a partir de um “*eu pensante*” é incompleto se o que se entende por *eu* “se trata de uma representação que não tem conteúdo, [...] e que, por isso, também parece representar ou, melhor dizendo, designar um objeto simples” (Ibid., p. 338). O *a priorismo* radical, contido na psicologia racional, é insuficiente na construção de um conhecimento rigoroso que possa ser provado ou mesmo utilizado como princípio de um sistema coeso de explicação de fenômenos. Portanto, resta um único caminho possível para a psicologia – a experiência. Como nas palavras do próprio Kant: “[...] e não nos resta nada a não ser estudar nossa alma sob o fio condutor da experiência e manter-nos nos limites das questões que não vão além daquilo que a experiência interna possível pode apresentar como seu conteúdo” (Ibid., p.339).

Não obstante, deve ser tomado a nota de que a consideração do autor à psicologia não se limita a *Crítica da Razão Pura*. Após demonstrar as inconsistências da psicologia racional, estabelecer o *eu pensante* como uma simples representação incapaz de inferir qualquer afirmação válida à alma e restringir o alcance da psicologia no âmbito empírico do conhecimento, no prefácio da obra *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza [Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaften]*, de 1786, a psicologia empírica é o alvo da reflexão acerca de sua legitimidade científica. O texto mencionado pode ser caracterizado por um discorrimento sobre o que seria definido por *ciência da natureza genuína* e as particularidades necessárias para essa atribuição. Em suma, Kant aproxima o conceito de ciência da natureza ao modelo de pensamento newtoniano e estabelece o crivo de julgamento as demais teorias, como a química e a psicologia.

O critério de avaliação para o título de ciência genuína não estava na propriedade empírica de determinado saber, mas justamente no conjunto metafísico de conhecimentos necessários para se estabelecer um sistema de leis *a priori*. Entretanto,

para a constituição deste quadro sistemático era necessária a possibilidade de aplicação da matemática. Em outras palavras, para a psicologia empírica ser considerada uma ciência genuína era preciso que portasse em sua investigação a viabilidade de propriedades de quantificação. Deste modo, o veredito acerca da psicologia empírica se configurava de forma negativa: “Mais afastada ainda do que a própria química da posição de uma ciência natural propriamente dita deve permanecer a doutrina empírica da alma, primeiro, porque a matemática não é aplicável aos fenômenos do sentido interno e às suas leis [...]” (KANT, 2019, p. 16).

O parecer de Kant, no trecho, não se limitou a este aspecto e se estendeu ao fator problemático do proceder experimental da psicologia. Afinal, era central o estigma da relação sujeito-objeto que exigia o distanciamento indiscutível para a devida coleta de dados e subsequente análise. Assim, diante destes parâmetros a psicologia se encontrava em total desalinhamento ao passo que era impossível a separação entre o sujeito do objeto observado.

Mas nem sequer da química se pode aproximar, enquanto arte sistemática de análise ou teoria experimental, porque nela o diverso da observação interna só é mutuamente separável mediante uma simples divisão do pensamento, mas não pode conservar-se separado e combinar-se de novo à vontade; menos ainda, porém, se deixa um outro sujeito pensante submeter a experiências adequadas ao nosso propósito; e até a observação em si altera e desfigura já o estado do objeto observado (Ibid., p.17).

Em seguida, Kant enfatiza a ineficácia da psicologia em uma função explicativa, própria do conceito de ciência, reduzindo-a, assim, em uma mera descrição. “[A psicologia] nunca pode ser outra coisa exceto uma teoria natural histórica do sentido interno, [...], isto é, uma descrição natural da alma, mas não uma ciência da alma, nem sequer uma doutrina experimental psicológica” (Ibid., p.17). Por fim, a impossibilidade da psicologia como ciência estava posta e com ela todas as implicações de um modelo científico que ecoaria em todo século XIX¹³.

¹³ Ainda há outro período em que a reflexão sobre a psicologia é retomada pelo filósofo. Na obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático [Anthropologie in pragmatischer Hinsicht]*, 1798, a psicologia é redefinida no método antropológico e seu foco já não se detém nas experiências internas. No entanto, para os fins do presente trabalho, não é necessário o aprofundamento de tal assunto.

1.2 A possibilidade da psicologia como ciência: as hipóteses em Herbart

As implicações do trabalho de Kant perduraram durante muito tempo. Mas o início do século XIX, logo após a virada de pensamento que o teórico propôs, resultou simplesmente em umas das épocas mais criativas da filosofia (Beiser, 2014). Neste cenário estava posto Herbart, um filósofo alemão que exerceu um significativo papel nas principais discussões da ciência da época. Como, por exemplo, é o caso da querela em torno ao psicologismo, o desenvolvimento da psicologia como ciência, dentre outras. Vale mencionar que a complexidade de temas se constituía de tal modo que é impossível traçar um fio condutor simples para explanação completa das questões postas no período. Entretanto, para obter uma noção do que interessa ao presente trabalho é necessário ter como pano de fundo alguns dos problemas que motivaram sua psicologia.

Herbart foi aluno de um dos maiores filósofos do idealismo alemão, Johann Gottlieb Fichte, na universidade de Iena, entre os anos de 1794 e 1797. Conservava grande admiração diante da postura e devoção do professor à filosofia, servindo-o como exemplo durante toda a sua carreira. Porém, ao final deste período, o aluno teve discordâncias quanto a *Wissenschaftslehre*, de Fichte, e as respostas de seu professor não o contentaram (Beiser, 2022). Herbart, então, empreendeu-se a oposição das ideias de seu professor e se tornou um crítico de pontos essenciais dos idealistas.

Em 1824, o teórico publica *Psicologia como ciência: novamente fundada na experiência, metafísica e matemática* [*Psychologie als Wissenschaft: neu gegründet auf Erfahrung, Metaphysik, und Mathematik*], e como diz o título, é a pretensão de uma psicologia como ciência fundamentada nestes três pilares. Esta é considerada sua principal obra no que se refere ao tema e a primeira proposta de uma psicologia empírica (Textor, 2021)¹⁴. Todavia, o projeto de Herbart sem a devida contextualização perde todo seu significado e propósito ao qual foi escrito. Afinal, qual a necessidade de embasar sua psicologia nestes três pilares?

¹⁴ Textor cita Ribot, Ward e Wundt para defender o ponto de que a psicologia empírica de Christian Wolff, anterior a Herbart, não é considerada a primeira, devido à sua pouca relevância no contexto científico. Todavia, isto não descarta a relevância de Wolff para a história da psicologia.

O filósofo, inserido posteriormente à virada kantiana, tem como paradigma o modelo de ciência natural. O que tinha como algumas de suas implicações a condição de validação do conhecimento através da observação sistemática de distanciamento do sujeito-objeto e o modelo metodológico físico-matemático. Acreditava-se que desta forma a investigação era preservada de interferências em seus resultados. Assim, a psicologia, até então, era impossível como ciência, pois se seu objeto estava posto internamente ao sujeito, implicava, a princípio, a impossibilidade do distanciamento e a investigação através do modelo físico-matemático. Como afirma Mark Textor: “O problema que impulsiona grande parte da psicologia e da filosofia da psicologia¹⁵ do século XIX é que a observação dos processos e eventos mentais de alguém é considerada impossível” (2021, p.20; tradução nossa).

O modelo das *Naturwissenschaften* tinha em sua estrutura basilar a física Newtoniana. O procedimento físico-matemático, em síntese, consistia em, a partir de princípios pré-estabelecidos, buscar leis que explicam a relação constante entre fenômenos e os validar através da experiência; de forma que o dado se apresente como possível de ser quantificado e o resultado ser objetivo e exato. Apenas esta metodologia era considerada legítima para se chegar ao conhecimento científico. Portanto, a experiência e a matemática eram essenciais à proposta de fundamentar uma psicologia como ciência.

Outro ponto que deve ser destacado é a referência de psicologia que acarretou a crítica da impossibilidade científica: a psicologia das faculdades de Wolff. Kant conservava declarada oposição à validade científica da teoria de Wolff. Assim, também Herbart se opunha diametralmente a Wolff. Mas, em contrapartida, considerava possível uma ciência da psicologia, apesar de sua influência em Kant. Herbart entendia que precisava, antes de tudo, reelaborar o conceito de alma¹⁶ que estava implícito em Wolff.

¹⁵ Para fins de esclarecimentos, em linhas gerais, a distinção entre psicologia e filosofia da psicologia é necessária, pois no século XIX as duas áreas se entrelaçavam constantemente em suas temáticas e autores, entretanto, deve ser ressaltado que não eram a mesma coisa. Em um esquema norteador didático, pode-se assumir a psicologia como direcionada a aspectos mais específicos do funcionamento da mente-alma e do processo de investigação científica. Enquanto a filosofia da psicologia discutia acerca das condições de possibilidade dessa investigação e às implicações quanto a ética e a teoria do conhecimento que envolviam a ciência psicológica.

¹⁶ A alma, até o século XIX, era considerada no meio acadêmico o objeto de estudo da psicologia.

Alegava que a forma como era entendida, proporcionava uma abstração para seu estudo e, por isso, não alcançava um saber concreto do todo.

Em suma, o problema consiste numa série de fatores condicionantes. Para a psicologia ser ciência é necessário que se embase na observação sistemática do método empírico - experiência. Mas, para cumprir tal tarefa, é preciso conter em sua investigação a quantificação e objetivação dos dados - matemática. E, por conseguinte, torna-se imprescindível a conceituação de uma substância que atenda a tais características, o que ficaria, para Herbart, a encargo da metafísica. Como Beiser sintetiza:

[...] Grande parte da psicologia do século XVIII era uma espécie de taxonomia mental. Seu objetivo era classificar os vários poderes da mente, colocá-los em seus títulos principais; as regras do jogo eram classificar todos os fenômenos e colocá-los na ordem correta, de modo que não houvesse nem muitas nem poucas faculdades. Embora o próprio Herbart jogasse esses jogos, ele também se envolveu em uma crítica contundente deles e pediu seu fim. O que deveria substituir uma faculdade, que é apenas uma abstração, é uma lei que detalha a relação precisa entre eventos mentais. (2022, p. 216; tradução nossa)

Dado estes fatos, a proposta de Herbart, então, justifica-se de forma mais clara. Entretanto, para cumprir o objetivo da análise, ainda se conserva a necessidade de aprofundar a questão que, a princípio, configura-se de forma paradoxal. Como, diante de um contexto marcado pela oposição entre a busca por uma ciência estritamente empírica e a defesa de um apriorismo radical metafísico do idealismo, seria possível a conciliação de uma psicologia *empírica* fundamentada na *metafísica*?

Primeiramente, deve ser esclarecido que, em sua obra *Psychologie als Wissenschaft*, o filósofo oferece uma crítica quanto a viabilidade de fundar a psicologia como ciência na metafísica. Todavia, essa crítica se direciona justamente ao constructo teórico de seu professor idealista, Fichte. Como David J. Murray contribui: “Ele se concentrou especificamente na metafísica subjacente à teoria de *das Ich* (“o Eu”) de seu mentor Fichte. Perto do final deste longo argumento, Herbart analisou cuidadosamente a afirmação de Fichte de que o eu era tanto objeto quanto sujeito.” (2021, p.6; tradução nossa). Assim, entende-se que o autor tinha como proposta uma metafísica, e uma função para tal, distinta daquela majoritária em seu contexto e que poderia oferecer a possibilidade de fundamentar a psicologia como ciência.

Outro ponto a ser considerado, é que a psicologia de Herbart, portanto, não era uma ciência independente. A característica de sua fundamentação na metafísica e no modelo de ciência natural revela pontos fundamentais da filosofia do autor e de sua visão nos debates científicos. Afinal, na mesma década da obra *Psychologie als Wissenschaft*, o filósofo publica *Metafísica geral com os primeiros elementos de uma filosofia das ciências da natureza* [*Allgemeine Metaphysik, nebst den Anfaengen der Philosophischen Naturlehre*], de 1928/29, e como Beiser explicita “Esta foi a base para o seu sistema como um todo, enquanto a psicologia era apenas uma parte da metafísica” (2022, p.215; tradução nossa).

Para Herbart, a fundamentação na metafísica, antes de uma reelaboração conceitual, estabelecia-se como forma de condição para o estudo da alma. Juntamente com Kant e August Comte, considerava a inviabilidade da auto-observação¹⁷ como forma de investigação devido as interferências causadas pela proximidade do sujeito-objeto. A auto-observação e, mesmo a observação de atos para se chegar aos processos de funcionamento psíquico, era considerada pelo filósofo como insuficiente de produzir resultados puros por si mesma. Assim, a alternativa proposta apontava para a utilização dos saberes, destas formas de observação, alinhados com um conhecimento que não dependesse propriamente em si de observação – o conhecimento da metafísica.

[...] precisamos combinar o que aprendemos da consciência sobre nossos processos mentais com conhecimento não observacional. Qual conhecimento não observacional? Conhecimento da metafísica. As coisas com as quais a consciência nos põe em contato têm um lugar na metafísica das substâncias e dos acidentes. Herbart propôs progredir na psicologia deduzindo o que parecemos conhecer pelo sentido interior a partir das verdades da metafísica das substâncias e do acidente. (TEXTOR, 2021, p.23; tradução nossa)

Para Herbart, a explicação da experiência necessitava de pressuposições que tal conhecimento era capaz de fornecer e, pelo caminho da dedução, alcançar seus resultados. Ele entendia que havia uma complementação de hipóteses para que os dados obtidos na investigação fossem examinados e organizados. O que, segundo ele, era totalmente de acordo com as *Naturwissenschaften*:

¹⁷ O termo *auto-observação* é equivalente a tradução de *self-observation*, encontrado na literatura de língua inglesa no tratamento da discussão em questão.

Uma ciência da alma que é semelhante à ciência da natureza, na medida em que pressupõe a conexão completamente regular das aparências em todos os lugares e a traça através do exame dos fatos, de inferências cuidadosas, de hipóteses ousadas, verificadas e justificadas e, finalmente, sempre que possível, da consideração de magnitudes e cálculo. (Herbart, 1824, p.198; apud.Ibid., p. 24; tradução nossa)

Havia apenas uma diferença na metodologia da psicologia que se distinguia das outras ciências e reforçava a necessidade da metafísica em sua fundamentação. Para Herbart, o estudo da alma só pode ocorrer de forma não-intencional [*unintentionally*], pois ao passo que se direciona a atenção a um único fenômeno psíquico, cria-se abstrações e classificações que o isolam do todo do contexto, alteram seus resultados, e, assim, o labor científico cai no dilema da insuficiência da auto-observação novamente. A psicologia das faculdades, em seu método, enquadra-se exatamente nesta problematização.

As principais características dessa metodologia [teoria das faculdades] eram indução, analogia, generalização e classificação. Sua característica mais problemática, entretanto, foi o uso da abstração por trás de suas generalizações. Em outras ciências, explica Herbart, a abstração é um procedimento intencional: sabemos por que o fazemos; sabemos o que deixamos de fora; e usamos isso para focar em um relacionamento específico. Mas em psicologia a abstração é um procedimento não intencional. O que sabemos acaba por ser apenas uma abstração, embora pensemos que é algo concreto que existe na realidade. [...] Assumimos falsamente que a faculdade existe por si só, como se fosse autossuficiente e independente. O resultado líquido de tal ato de abstração é que não podemos mais explicar como as faculdades interagem umas com as outras e como formam um todo; (BEISER, 2022, p.222; tradução nossa)

A síntese da crítica oferecida por Herbart evidencia o papel da metafísica no que tange a necessidade da aplicação da matemática e em sua especificidade na psicologia. Afinal, o foco não estaria em identificar uma propriedade específica da alma, mas, na busca das relações em que se dão os fenômenos psíquicos. Assim, sua função seria a conceituação de uma substância que permita a quantificação dos fenômenos para estabelecer leis de relações constantes entre o fenômeno psíquico e o contexto de ocorrência. “[...] explica os fenômenos não atribuindo-lhes um nome geral, mas mostrando precisamente como eles se relacionam entre si em determinadas circunstâncias. Enquanto a teoria da faculdade nos deu apenas uma palavra geral, a

matemática nos dá uma lei precisa.” (Ibid., p. 223; tradução nossa). Deste modo, segundo Herbart, sua particular metafísica se opunha à metodologia da psicologia das faculdades e se adequava as exigências do modelo das ciências naturais. Todavia, resta uma questão: que tipo de substância seria capaz de satisfazer a exigência da centralidade da investigação nas relações e não se dividir em diversas faculdades independentes para dar conta dos fenômenos psíquicos?

Antes de se propor a este tópico, não pode ser perdido de vista que o problema trabalhado pelo filósofo, além de um argumento metodológico, implicava, justamente, na questão do Ser. Ao tratar da substância que se necessita para uma devida fundamentação científica da psicologia, Herbart, expunha a forma como considerava a ciência, o mundo e o ser humano. Pontos, estes, que proporcionaram ecos nas discussões no decorrer do século XIX; cujo Dilthey foi um dos teóricos que criticou as alegações e incoerências do filósofo e de sua escola de pensadores¹⁸.

A questão do Ser, então, proporcionou a Herbart a volta nas discussões presentes em Parmênides e Leibniz:

Minhas substâncias são simples, como a Eleática, mas são muitas e é preciso pensar nelas como localizadas no espaço inteligível como as mônadas leibnizianas; elas são diferentes das mônadas leibnizianas porque não vivem e percebem originalmente; mas semelhante a eles, no sentido de que toda atividade verdadeira é atividade interna e só permite uma analogia com a atividade intelectual; seus poderes espaciais são mera aparência, mas essa aparência, embora diferente de uma aparência kantiana, é, no entanto, completamente lícita, e inicialmente determinada pelas leis da atração e da repulsão, [...] (Herbart, 1825, p.198-9; apud. Textor, 2021, p.26)

Assim, a alma herbartiana, contrapunha-se a ideia de faculdades básicas inerentes e propunha a redução à simplicidade radical. Sem partes e divisões, sua única função é a representação [*Vorstellung*]¹⁹ e sua dinâmica de funcionamento se refere

¹⁸ Em passagens de *Ideias*, Dilthey mostra como Herbart foi um passo importante para o estabelecimento da psicologia explicativa com seu modelo de uma fundamentação em hipóteses metafísicas. Porém, em uma de suas famosas frases, o filósofo expressa sua insatisfação quanto a insuficiência deste modelo para dar conta da tarefa total da psicologia “Hipóteses, por toda parte nada além de hipóteses!” (2011, p.28)

¹⁹ Há grande discussão acerca da tradução do termo *Vorstellung*. Murray (2021), oferece uma análise sobre as traduções na língua inglesa e defende a conservação da escrita original. No presente trabalho, entende-se que o conceito, na língua portuguesa, devido à difusão da teoria psicanalítica e o uso da palavra *representação*, que no texto original freudiano também seria *Vorstellung*, acarreta diversas concepções que não se adequam ao que Herbart propõe em sua teoria.

apenas a relação entre representações em um mecanismo de forças. Murray contribui com a definição das *Vorstellungen* dizendo que: “Para Herbart, *Vorstellungen* eram experiências conscientes; e as experiências conscientes incluem sensações e percepções, bem como ideias mentais” (2021, p.4; tradução nossa). No entanto, não compete ao presente trabalho discorrer acerca das *Vorstellungen*, mas focalizar nas implicações da concepção metafísica de alma proposta pelo autor.

A alma, portanto, por ser a simplicidade absoluta, não está inserida no tempo e espaço. Não podem ser aplicadas características espaciais, pois o tempo e o espaço são concepções compostas de complexos, respectivamente, de instantes e pontos. Assim, se é afirmado, a partir da ideia de ciência vigente na época, que todo conhecimento de algo é relacional, a alma fora da relação com outras é incognoscível em si mesma. “O simples *Que* da alma é completamente desconhecido e assim permanece para sempre; não é mais objeto da psicologia especulativa do que da psicologia empírica” (Herbart, 1825, p.364; apud. Beiser, 2022, p.229; tradução nossa). Não há nenhuma consciência em si ou aspectos de leis da alma que, fora de sua relação, viabilize o conhecimento do que propriamente é. Desta forma, a proposição de Herbart se diferencia de Parmênides, Leibniz, Descartes, Locke e outros, e atribui a necessidade do saber metafísico no tratamento empírico da psicologia.

Assim, a metafísica para o filósofo exerce uma função que ultrapassa a simples ordenação ou mera reelaboração conceitual. Antes, como Leibniz, pressupõe que toda realidade material é fruto de representações em aparência espacial. Todo mecanismo, relação corpo e mente ou potencialidades da alma, só podem ser apreendidas devido a uma concepção daquilo que propriamente é - de um organismo de forças anterior a toda a experiência e matéria, mas submetida a sua única e simples identidade – sua natureza.

Por fim, pode-se concluir que o constructo teórico herbartiano se configura de forma complexa. A consideração do modelo de ciência, a partir do método *explicativo* e determinista das ciências naturais, fundido com sua noção metafísica de alma fundamenta uma psicologia naturalista. Ou seja, por submeter a substância a radicalização da lei de identidade e não contradição, e estabelecer isto como princípio

de entendimento para o processo de como se dá o conhecimento de toda realidade, reduz e a determina à explicação da natureza²⁰.

É perfeitamente aceitável descrever a psicologia de Herbart como naturalista, porque em princípio ela quer explicar tudo o que acontece à alma como algo dentro da natureza. Seria falso, e completamente contrário às intenções de Herbart, contudo, assumir que este naturalismo significa materialismo ou mecanicismo. A matéria é para Herbart, como foi para Leibniz, algo que existe apenas no nível da aparência; não é um *explanans* para nada, mas realmente o *explanandum*. Da mesma forma, o mecanismo é verdadeiro apenas no nível da aparência e pressupõe um nível mais elevado de teleologia ou intencionalidade. Consequentemente, Herbart faz da psicologia o modelo para a fisiologia e não o contrário. (Ibid., p.231; tradução nossa)

1.3 A metodologia explicativa na psicofísica de Helmholtz

O surgimento da psicofísica foi o destino resultante da cisão estabelecida pela gama de estigmas que envolviam os antagonismos entre o dado objetivo e a subjetividade, o externo e o interno, o sujeito e o objeto, a realidade e a percepção. O molde científico carregava critérios que apontavam para uma via de solução, obrigando à completa redução do dado psíquico a elementos físicos quantificáveis. Mesmo que para tal objetivo fossem feitas concessões.

É neste sentido que a crítica diltheyana começa a se estruturar em relação às psicologias explicativas. Dilthey não é propriamente um pessimista ou um cético em relação aos avanços científicos da época. O filósofo reconhecia os ganhos e contribuições de todo o desenvolvimento metodológico e entendia a sua necessidade de existência. Porém, configurava-se como um ferrenho arguidor da presunçosa autossuficiência desta linha de pensamento. Desde sua obra *Einleitung*, seus argumentos já direcionavam uma contraproposta ao que se pretendia nestas

²⁰ Entretanto, há de se fazer uma ressalva acerca desta afirmação. Em sua filosofia, Herbart, preocupou-se em distinguir entre o saber descritivo e o saber normativo. Em outras palavras, a diferença ato e conteúdo, presente também em teóricos como Brentano, Twardowski e Husserl; cujo domínio de estudo seria direcionado para as áreas de investigação, respectivamente, da psicologia e da lógica. Deste modo, a psicologia de Herbart não servia como validade do conteúdo do conhecimento, mas como estudo do processo em que se forma o conhecimento. Portanto, distanciando-se do introspeccionismo do *Método Psicológico* e da possibilidade de um psicologismo.

construções. Assim como em outros textos da década de 90²¹ que marcavam as suas distinções conceituais, o autor já estabelecia debates com figuras importantes e ideias que se propagavam na segunda metade do século XIX. Nomes e escolas de pensamento como, por exemplo, Herbart, Spencer, Fechner, Müller, Wundt e um dos principais interlocutores, Helmholtz, eram frequentemente citados. Outros teóricos também eram considerados nas discussões centrais de suas obras, como é o caso dos neokantianos da escola de Baden. Porém, neste momento, o que interessa para a discussão são as implicações apontadas por Dilthey em relação ao que Helmholtz proporcionou para o desenvolvimento da psicologia explicativa no século XIX.

É certo que Dilthey não faz um isolamento analítico em sua consideração ao cientista. Principalmente na obra *Ideias*, seu comentário está situado dentro de um fio condutor histórico acerca do desenrolar da psicologia explicativa. O autor perpassa sua contextualização desde os primórdios da discussão, sendo expressa em Descartes, Leibniz e Wolff, até a culminação em Herbart, Drobisch e Lotze, após os pressupostos kantianos. Além disso, realiza um panorama geográfico, mostrando os progressos dessa corrente de pensamento na Inglaterra em James Mill, John Stuart Mill e Herbert Spencer, evidenciando suas influências positivistas. E, por fim, estabelece o foco nos avanços do cenário germânico, especificamente na passagem entre Herbart e Fechner para, então, chegar a Helmholtz.

Se a psicologia explicativa deve tornar concebível sem exceção o nexo dos processos psíquicos, então ela precisa ter por base o pressuposto do determinismo. A partir desse pressuposto, porém, ela só pode alimentar as esperanças de superar as dificuldades oriundas das instabilidades de processos psíquicos, de sua diversidade individual e dos limites estreitos da observação, se conseguir introduzir, tal como as ciências naturais, determinações qualitativas em seu cálculo explicativo. [...] Ora, mas se Herbart não consegue fazer isto em seus próprios trabalhos, então Fechner dá prosseguimento a esta corrente; na medida que aproveitou as tentativas de Ernst Heinrich Weber, ele estabeleceu uma relação quantitativa entre o acréscimo de intensidade dos estímulos sensoriais e o crescimento das grandezas das sensações. (Dilthey, 2011, p. 57).

A psicofísica, então, por meio desses avanços e sob a influência positivista, progredia e se consolidava no âmbito do debate entre psicologia, filosofia e ciência.

²¹ Como a obra *Contribuições para a solução da questão da origem de nossa crença na realidade do mundo exterior e da razão de ser dessa crença* (1890).

Afinal, um empirismo explícito no estudo de estímulos sensoriais e sensações, de forma quantificável, configurava-se de maneira ideal para a adequação do método científico natural à investigação psicológica. Foi dessa forma que Helmholtz adentrou a discussão em questão. Como corrobora Dilthey:

Ora, mas na medida em que esses trabalhos [estudos provindos de Fechner] também se apresentam ao mesmo tempo como experimentos psicológicos e psicofísicos, eles atuaram na direção de uma psicologia experimental, juntamente com a grande análise de nossa percepção visual e auditiva, por meio da qual em particular Helmholtz abriu para o experimento uma outra via de entrada na vida psíquica. (Ibid., p. 58)

Helmholtz era uma figura de enorme relevância ao espírito científico da época. Sabe-se, também, que suas contribuições abrangiam não apenas a temática da ciência psíquica e fisiológica, mas primordialmente os conhecimentos basilares na física, tais como a formulação da conservação de energia, as equações do vórtice para a dinâmica de fluidos, a noção de energia livre na termodinâmica e a invenção do oftalmoscópio (Patton, 2023). Seguindo os passos de seu mestre Johannes Müller, desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento da psicologia experimental. Além disso, seus interesses incluíam uma abordagem para uma abordagem filosófica de suas investigações. A preocupação com questões próprias da filosofia, como evidenciado em textos como *Escritos Epistemológicos*, de 1878, remontam às suas influências kantianas no prisma da ciência. Na verdade, o teórico tem como base a proposta de aplicar a Filosofia Transcendental aos resultados que a pesquisa fisiológica alcançava, especialmente no campo da percepção espacial.

Helmholtz argumenta que propriedades percebidas, como a separação no espaço, são inferências bem fundamentadas de duas fontes de conhecimento: nossa experiência e as propriedades de nossos órgãos dos sentidos. Para Helmholtz, o conhecimento da forma como a nossa fisiologia funciona na percepção é essencial para qualquer explicação epistemológica das propriedades espaciais. Helmholtz argumenta que quanto mais sabemos sobre a fisiologia da percepção, mais precisas serão as nossas inferências sobre a nossa experiência. No caso de uma pessoa segurando uma caneta ou tocando um grão de areia, Helmholtz argumenta que nos tornamos conscientes de que o objeto tocado é um único objeto ao estudar a posição dos nossos órgãos dos sentidos: as terminações nervosas dos nossos dedos, neste caso. Nossa consciência da distinção da posição espacial, necessária para a percepção de profundidade e de distância, é aprendida e não inata. [...] é uma rica história das

influências de Helmholtz nesta partitura, incluindo Johann Herbart, Wilhelm Wundt, Carl Friedrich Gauss, e uma análise da teoria da percepção de Helmholtz como “operacionalização” da visão kantiana. (Ibid.; tradução nossa)

A partir disso, evidencia-se a posição que o teórico assume sobre a cisão estabelecida entre o conhecimento, tal como dado nas representações do sujeito, e aquilo que é, em si, a realidade causadora da percepção. É justamente no fato de existir uma distância entre o conhecimento e as condições de possibilidade de sua aquisição que se “operacionaliza” a Lógica Transcendental kantiana. Aqui está o ponto que gera as implicações epistemológicas da discussão.

Sabe-se que o contexto no qual o cientista estava situado, marcado pela crise na filosofia, era resultado da separação de seus saberes em relação ao modelo científico natural, que crescia exponencialmente. Esse fato gerou diversas tentativas de conciliação entre esses campos ao longo do século XIX e até mesmo no XX. Dessa forma, a interpretação da filosofia kantiana por Helmholtz desempenhou um papel importante em uma das vias dessa missão, que defendia a aproximação das duas áreas.

Como mencionado anteriormente, a inclinação a essa corrente filosófica gerava algumas implicações epistemológicas que se refletem na interpretação dos dados obtidos nos experimentos psicofisiológicos. Lourenço (2016) sintetiza de forma sucinta tais implicações, ressaltando fatores como, por exemplo: a) a identificação dos dados qualitativos da percepção com o conceito de fenômeno kantiano; b) a ordenação psíquica das percepções sensoriais através de leis psíquicas providas do raciocínio da Lógica Transcendental; c) a condição de possibilidade do conhecimento posta nos processos psicofisiológicos; e d) o pressuposto da lei causal inata ao processo de conhecimento da mente.

Tomando como foco referencial estes fatores, tem-se como ponto central do debate o conceito do *a priori* kantiano em direção ao princípio de causalidade. Afinal, é assumida por Helmholtz a pré-existência da relação causal entre aspectos externos e a formação dos processos mentais, ou seja, a inferência de uma lei instaurada no âmbito psíquico que rege a explicação dos fenômenos que podem ser conhecidos na realidade. Conforme é proferido nas próprias palavras do teórico:

A lei da causalidade, na verdade, é um dado a priori, uma lei transcendental. Uma prova disso a partir da experiência não é possível, uma vez que os primeiros passos da experiência, como vimos, não são possíveis sem o emprego de inferências indutivas, isto é, sem a lei da causalidade. Mas suponhamos mesmo que a experiência completa pudesse nos dizer - embora ainda estejamos longe de ter o direito de afirmar isso - que tudo o que foi observado até agora ocorreu de maneira legal. Ainda se seguiria de tal experiência apenas por uma inferência indutiva, isto é, pressupondo a lei da causalidade, que a lei da causalidade também se aplicaria no futuro. Aqui o único conselho válido é: confie e aja! (Helmholtz, 1997, p.142; tradução nossa)

Para Helmholtz, o princípio de causalidade representa o fator primordial e condicionante para o conhecimento da realidade externa. Desse modo, o processo de conhecimento se estabelece em uma ligação básica que parte do efeito das reações internas até a causa pressuposta da realidade externa e, portanto, do paralelismo entre processos psicológicos e físicos.

Dilthey, ao comentar essa assertiva, no escrito intitulado *Contribuições para a solução da questão da origem de nossa crença na realidade do mundo exterior e da razão de ser dessa crença*, de 1890, menciona o conceito de conclusões inconscientes, de Helmholtz, o qual define esse processo. As conclusões inconscientes nada mais são do que “a súpula de processos que, posteriormente, pode assumir a forma de conclusão equivalendo-lhe” (Dilthey, 2010a, p.99). Em outras palavras, por meio das experiências proporcionadas na relação do organismo com o seu contexto, são geradas tais conclusões inconscientes, responsáveis por moldar os processos psicológicos. Em síntese, Helmholtz entende que a realidade externa se enquadra nos limites da capacidade intelectual e hipotética de um sujeito formado por conclusões inconscientes oriundas de reações sensoriais decorrentes da interação com esse contexto. Isso é sustentado pelo princípio inato da lei da causalidade. Como Dilthey menciona o cientista:

Nunca poderemos chegar, do mundo de nossas sensações, à representação de um mundo exterior, a não ser concluindo da variação das sensações à existência de objetos exteriores como causa dessa variação. Por isso precisamos reconhecer a lei da causalidade como uma lei de nossa reflexão que precede a qualquer experiência (Ibid., p.98)

Aqui, então, compreende-se o ponto nevrálgico da crítica de Dilthey a Helmholtz e de sua contraproposta. Dilthey entendia que a antropologia formada por esta concepção reduzia a complexidade da realidade do ser humano. Basear-se em uma

construção hipotética para adequar-se aos moldes metodológicos da ciência natural não atendia à necessidade real de estudar o espírito humano. Dessa forma, no mesmo escrito, o autor deixa claro sua pretensão: “[...] basear-me no ser humano em toda sua plenitude de vida para provar que existe uma ação mais ampla do sistema compulsivo, dos fatos da vontade e dos sentimentos correlatos”. E ainda acrescenta: “pretendo, outrossim, ultrapassar a suposição de que a realidade do mundo exterior nada mais seja do que uma hipótese”. Por fim, salienta que isso “segundo Helmholtz, é a hipótese mais simples que podemos formular” (2010a, p.99-100).

Em síntese, o filósofo demonstrava insatisfação com as implicações que as ideias de Helmholtz produziam. As raízes epistemológicas e o proceder metodológico, como expresso em suas palavras, mutilavam o sujeito em prol da pesquisa baseada nos parâmetros das ciências naturais. Além disso, tal tarefa era fundamentada em uma concepção de psicologia que adotava a lei mecanicista da mente em detrimento da complexidade livre da vida psíquica, ou seja, uma teoria psíquica desprovida de alma²².

Dessa maneira, Dilthey direcionava sua crítica à presunção em submeter o espírito humano e todas as suas produções a uma relação constante entre os dois fenômenos – a realidade interna e externa – visando à explicação nos moldes da natureza. Apesar de reconhecer que a psicofísica tenha se demonstrado exitosa e que suas investigações tenham se tornado indispensáveis para a ciência psicológica, em *Ideias*, o autor aponta o fracasso das tentativas da psicologia explicativa diante dessas descobertas:

Nessa situação decisiva, porém, entrou em cena, então, o oposto daquilo que os entusiastas do método experimental tinham esperado. O experimento conduziu na área da psicofísica a uma decomposição extremamente valiosa da percepção sensorial humana. Essa decomposição revelou-se como o instrumento indispensável dos psicólogos para a produção de uma descrição exata de eventos psíquicos internos, [...]. No entanto, esse experimento simplesmente não conduziu ao conhecimento de leis no campo intrapsíquico. Portanto, ele se mostrou extremamente útil para a descrição e a análise. Em contrapartida, as esperanças que a psicologia explicativa depositou nele foram até aqui frustradas. (Dilthey, 2011, p. 58-59)

²² Termo utilizado pelo autor na obra *Ideias*, p. 51. Dilthey, Wilhelm. *Ideias de uma psicologia descritiva e analítica*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2011.

O fracasso ocorreu justamente na tentativa de estabelecer uma explicação completa, a partir de um nexos causal, dentro de um sistema fechado de mecanismos e determinado no paralelismo psicofísico. Através dos próprios experimentos, chegou-se à conclusão de que a possibilidade da relação entre os fenômenos físico e psíquicos só se dava em processos psicológicos básicos. Ademais, percebeu-se que, se a tarefa do psicólogo explicativo fosse conjecturar sobre as leis de ligação entre o elemento físico e o psicológico, a psicologia continuaria fundamentada na fisiologia e a psicologia explicativa seria apenas um acúmulo de possíveis interpretações destas ligações. Nas palavras de Dilthey:

Lá onde não há nenhuma equação na experiência interna entre as condições e o efeito, tal pesquisador não precisa fazer outra coisa senão introduzir elos fisiológicos intermediários, que não possuem nenhum equivalente psíquico. [...] então o objeto de tal psicologia explicativa é constituído apenas por possibilidade, e sua meta não é mais do que uma probabilidade qualquer. (Ibid., p.60)

Ainda no mesmo argumento acerca da limitação da psicologia explicativa, o autor estende seu discurso sobre os avanços científicos da psicologia da época até Wundt e o identifica como o pioneiro na demarcação de uma psicologia experimental autônoma. No entanto, utiliza o psicólogo e sua trajetória de experimentos para confirmar sua argumentação quanto à limitação do objetivo da psicologia explicativa em seu pressuposto do paralelismo psicofísico.

Wundt passou definir desde então o princípio do paralelismo com vistas ao fato de 'que o paralelismo psicofísico nunca pode ser aplicado senão aos processos psíquicos elementares, nos quais apenas as ocorrências móveis determinadamente demarcadas acontecem paralelamente, mas não a produtos complicados da vida espiritual da matéria sensível, ou mesmo às forças intelectuais gerais, das quais se deduzem tais processos'²³ (Ibid., p.61)

O filósofo ainda destaca algumas consequências desses progressos subsequente enfraquecimento do ideal determinista da psicologia explicativa. Por fim, Dilthey encerra

²³ Referência do escrito de Wundt disponibilizada na obra *Ideias*, traduzida Marco Antônio Casa Nova: *Alma do homem e do animal*, p.487, cf. *Causalidade psíquica e princípio do paralelismo psíquico, em particular p.38* e segs. Dilthey, Wilhelm. *Ideias de uma psicologia descritiva e analítica*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2011.

sua crítica evidenciando o caráter extremamente hipotético presente no cerne da psicologia explicativa. Aponta como a adequação da psicologia ao modelo de ciências da natureza não se sustenta ao confrontar-se com os próprios procedimentos experimentais no campo psíquico. Deixa de forma clara a incapacidade da autonomia da psicologia explicativa em abarcar a complexidade da vida psíquica e, por consequência, a necessidade de uma psicologia que alcance, em seus métodos, o que é realmente exigido por seu objeto.

2. As implicações da psicologia descritiva e analítica

O conceito de uma psicologia descritiva e analítica emergiu da natureza de nossas vivências psíquicas, da necessidade de uma concepção isenta e integral da vida psíquica, assim como do nexu entre as ciências humanas e da função da psicologia no interior delas. (Ibid., p.63)

O trecho citado não apresenta a definição completa do que seria essa psicologia descritiva e analítica. No entanto, é possível notar que exprime pontos centrais da psicologia proposta por Dilthey. Pode-se, assim, inferir que há três palavras-chaves que constituem esta ideia: natureza, necessidade e nexu. Dessa maneira, entende-se que natureza, neste contexto, não se refere ao que tem sido tratado no presente trabalho, no sentido de uma contraposição ao espírito humano. Antes, tem a intenção de apontar para o conteúdo único, ou melhor, para aquilo que propriamente é a vivência psíquica, em distinção a uma redução psicofísica e de representações. Quanto ao uso da palavra necessidade, o autor designa essa psicologia a uma tarefa precisamente científica que se apresentava em escassez na conjuntura da época. E, por fim, estende essa necessidade ao nexu, que expressa o local e a função da psicologia na estrutura de sua proposta geral. A saber, a constituição de uma epistemologia e metodologia das ciências do espírito.

Dito isso, este capítulo tem o objetivo de discorrer acerca deste último ponto. Analisar a psicologia descritiva e analítica diante da proposta geral de Dilthey é essencial para o entendimento dela própria. Afinal, é devido ao problema que o filósofo se propõe resolver que a ideia de uma psicologia com tais características emerge como

possibilidade de resolução. Em outras palavras, é justamente a partir de uma incapacidade em abarcar a totalidade da vida psíquica que a epistemologia e metodologia das ciências naturais, e, por consequência, a psicologia explicativa, apresentam a necessidade de uma nova reflexão conceitual e uma reformulação de procedimentos se faz necessária no contexto científico.

2.1 A proposta geral de Dilthey

Dilthey é notadamente conhecido pela distinção entre as ciências da natureza e as ciências do espírito, fato que ilustra parte do sucesso alcançado em seus objetivos. Entretanto, é necessário mencionar que a simples distinção destas áreas não pode ser atribuída ao pioneirismo do filósofo. Sabe-se que já no século XVIII, Giambattista Vico, na obra *La Scienza Nuova*, 1725, já havia abordado a diferença no entendimento entre o que se apreende da natureza e o que se apreende da história, enquanto produto humano²⁴. Além disso, pode-se mencionar também o antecessor de Dilthey na tradição histórica, Gustav Droysen, que pouco antes, em 1857, escreveu sobre as diferenças metodológicas para a investigação da história. Como Beiser comenta: “Droysen começara a traçar uma primeira versão do que viria a ser conhecido como o ‘método da compreensão’ ou ‘*verstehen*’” (2017, p.160). O ponto crucial é que não é apenas a diferenciação das áreas que confere a Dilthey sua influência no transcurso do pensamento. Antes, é a ideia norteadora de uma Crítica da Razão Histórica, que o acompanha desde os primeiros escritos até o final de sua vida, e suas implicações nas reformulações epistemológicas, metodológicas e conceituais que o posicionam como peça-chave para se repensar a ciência no século XIX.

A aparição de Dilthey no contexto acadêmico se deu em meio a um período ímpar na história da ciência, marcado pela intensidade de temas e discussões presentes no século. É possível citar uma série de autores que contribuem para situar o filósofo dentro de determinadas linhas de pensamento. Ressalta-se que a intenção não é exaurir o

²⁴ MAKKREEL, R. Vico and Some Kantian Reflections on historical judgment. *Man and World* 13., p. 99 - 120, 1980.

assunto, mas apenas oferecer um auxílio para compreender a origem de suas influências.

Como supracitado, o teórico estava imerso no debate da tradição histórica da filosofia germânica. Um desenvolvimento que pode ser estabelecido desde Chladenius, no século XVIII, passando por Schleiermacher, Niebuhr, Ranke, Droysen e Meinecke (Nelson, 2019). Outra via próxima de desdobramento, que possui teóricos em intersecção com a primeira, é a da tradição hermenêutica, com autores como Chladenius, Schleiermacher, Boeckh e Droysen²⁵ (Beiser, 2017). Além disso, pode-se mencionar o percurso da discussão metodológica entre psicologia e filosofia, que tem início com Fries e a discussão do Método Psicológico, e passa por uma virada com as propostas de Brentano, desempenhando um papel relevante exercido por Dilthey (Porta, 2020). A empreitada pelo reconhecimento da história como ciência, a reformulação de como se entendia a hermenêutica e a querela em torno ao psicologismo são discussões que se entrelaçam no desenrolar do debate, mas não podem ser confundidas como se fossem a mesma coisa, ou ainda, perspectivas distintas do mesmo aspecto. Para uma análise dessas discussões na obra de Dilthey, o que se torna crucial é perceber que tais debates estão presentes de forma consideravelmente desenvolvida e, por conseguinte, mais propícios à elaboração de uma sistematização diante do cenário de problemas.

Dilthey não se empenhava no mesmo sentido que seus antecessores para o reconhecimento da história como ciência, tampouco propunha uma ideia de hermenêutica totalmente nova. Entretanto, os questionamentos ainda provenientes dessas correntes filosóficas agravavam-se diante de um crescente positivismo na Alemanha, tornando esses temas necessários para uma contraposição. Outras questões que também estavam presentes na época e com as quais o filósofo dialogava diretamente, como por exemplo, o crescimento do materialismo, o fim do idealismo com a reação do retorno a Kant, a tentativa de uma psicologia científica, entre outros.

Assim, em 1883, na obra *Einleitung*, a divisão sistematizada dos saberes toma estrutura. O principal escrito emerge da indignação com os rumos que a ciência

²⁵ Gadamer, em *Verdade e Método* (2015), é um dos teóricos da filosofia contemporânea que também identifica e discorre sobre a influência destes autores na formação de Dilthey.

positivista, o empirismo e mesmo a tradição histórica tentavam seguir em relação à fundamentação do conhecimento histórico-social.

Mas a escola histórica não rompeu até hoje as barreiras internas que acabaram inevitavelmente por obstruir a sua formação teórica [...]. Faltou uma relação saudável com a teoria do conhecimento e com a psicologia. [...] As respostas de Comte e dos positivistas, assim como de Stuart Mill e dos empiristas a essas questões pareciam-me mutilar a realidade histórica efetiva, a fim de adequar os conceitos e os métodos às ciências naturais” (Dilthey, 2010b, p.4-5).

As alternativas mencionadas, que tentavam lidar com tal conhecimento, segundo o filósofo, mostravam-se insuficientes para dar conta da fundamentação das ciências sócio-históricas. Deixavam questões basilares em aberto, recorriam à metafísica ou adotavam a hipótese de um *a priori* rígido para tentar solucionar.

Dessa forma, Dilthey apresenta, já no prefácio da obra, o fator que ele acredita ser possível para a fundamentação do conhecimento sócio-histórico. “Foi exclusivamente na experiência interior, nos fatos da consciência, que encontrei um solo firme de ancoragem para meu pensamento”. E continua com a justificção da assertiva: “Toda ciência é ciência experimental, mas toda experiência possui a sua conexão originária nas condições de nossa consciência, uma consciência no interior da qual essa conexão vem à tona, no todo de nossa natureza” (Ibid., p.5-6). Desta maneira, aquilo que é vivenciado pelo indivíduo na história, economia, direito, ou em qualquer que outra área do saber na sociedade torna-se tanto o objeto de investigação quanto a fundamentação do conhecimento. “A análise desses fatos é o centro das ciências humanas [ciências do espírito] e, assim, [...] as ciências humanas formam um sistema autônomo em si mesmo” (Ibid.,p.6).

Por mais clara que pareça a assertiva diltheyana, há diversas implicações epistemológicas em sua proposta que enriquecem a teoria e, ao mesmo tempo, complexificam as questões. Em síntese, o sistema das ciências do espírito pressupõe uma unidade basilar dada nos *fatos da consciência* e independente dos critérios científicos das ciências da natureza. Dito de outra forma, há uma proposição em se entender a relação sujeito e objeto – no caso das ciências histórico-sociais, indivíduo e sociedade – e o conhecimento obtido desta ligação em parâmetros de validade metodológica totalmente distintos da ciência da natureza. Portanto, ocorre uma

redefinição de conceitos e noções assumidas pela ciência vigente que proporcionam a possibilidade de uma forma alternativa do constructo científico. Para o presente objetivo, destaca-se o que diferencia a teoria diltheyana e que pode ser estabelecido como seu elo central: o fato expresso na realidade exterior, em seu carácter sócio-histórico, imediatamente dado no sujeito na experiência interna, sem mediação metafísica ou hipotética representacional.²⁶

Este pressuposto do pensamento diltheyano diz respeito à sua oposição à estética kantiana, às extensas correntes filosóficas da metafísica, ao critério exclusivista do método explicativo e, em certo sentido, também à escola historicista. Mas, além disso, revela, de maneira enraizada, sua insatisfação pessoal com a redução do mundo e do ser humano ao que essas visões construía. Na verdade, sua preocupação revela que seu foco não era estritamente teórico, e sua motivação era justamente transpor essa cisão entre a teoria científica e a vida prática. Isso fica mais nítido em um texto de 1895-96, intitulado *O Sonho*, no qual retoma a crítica da razão histórica e sua crença na realidade efetiva de um mundo e um ser humano real:

Cresci com um desejo insaciável de encontrar no mundo histórico a expressão desta nossa vida na sua multiforme diversidade e profundidade. O mundo espiritual é, em si, uma conexão da realidade, um molde de valores e um reino de propósitos, e tudo isso em proporções de uma riqueza infinita dentro da qual o eu pessoal se molda em um vínculo efetivo com o todo. [...] Os conceitos da filosofia natural-científica não podiam dar satisfação a este mundo que se agitava em mim, e menos ainda os adversários desses filósofos que eram pesquisadores da natureza, que deduziam da separação do pensamento e do sensível percepção a conexão teleológica interna e seu fundamento em Deus que tornou possível o conhecimento da vida. Esta restauração artificial de uma concepção teológica do mundo numa forma tão desbotada era-me insuportável, e o carácter meramente hipotético daquilo em que a alma tinha de encontrar o seu abastecimento era hostil. Desta situação surgiu o impulso dominante no meu pensamento filosófico, que procura compreender a vida por si mesma. Este impulso impulsionou-me a penetrar cada vez mais no mundo histórico com o propósito de ouvir as palpitações da sua alma; e o traço filosófico que consiste no desejo de procurar acesso a esta realidade, de estabelecer a sua validade, de assegurar o seu conhecimento objetivo, nada mais era do que o outro aspecto do meu desejo de penetrar cada vez mais profundamente no mundo histórico.

²⁶ Esta peculiaridade da filosofia de Dilthey é exposta no prefácio e nos dois livros de *Einleitung*. Pode-se notar que sua tarefa se divide na exposição da autonomia das ciências do espírito em relação às ciências da natureza no primeiro livro; e, no segundo, a arguição, através de um panorama histórico, acerca da insuficiência da metafísica em conceder uma fundamentação para o conhecimento do mundo espiritual. Tal argumentação em ambas as partes visa propor a noção da conexão entre a realidade e indivíduo como pressuposto epistemológico para as ciências do espírito.

Eram como os dois aspectos do trabalho da minha vida, nascidos em tais circunstâncias. (Dilthey, 1978, p.XVIII; tradução nossa).

A questão central de Dilthey, então, estava posta: um problema teórico com efeitos diretos na vida prática. Nem o empirismo e o cientificismo, de um lado, nem metafísica, de outro, seriam suficientes para solucionar a inquietação gerada por esse problema. Em *Einleitung*, o filósofo dedica a primeira parte à introdução das ciências do espírito, ressaltando justamente a distinção e autonomia em relação às ciências da natureza. Na segunda parte, oferece um panorama histórico da metafísica na ciência como justificativa de seu fracasso para fundamentação do conhecimento. Assim, reforçando sua tese de que o fundamento para as ciências do espírito se concentra nelas mesmas.

No entanto, de que maneira é possível a transposição desta cisão e, além disso, encontrar fundamento científico para a investigação desta forma de conhecimento? A resposta é simples: o nexos presente nos fatos da consciência. A distinção conceitual que situa estes fatos da consciência está expressa na posição diametralmente oposta a uma mera representação intelectual identificada nas ciências explicativas. O entendimento central desse ponto é que, para o filósofo, a experiência interna deduz a dinâmica da fenomenalidade do que é dado à consciência e se configura como a pedra angular que conduz toda a tese de Dilthey.

Diante disto, podem-se evidenciar uma série de concepções que o autor elabora para apoiar o desenvolvimento de sua teoria. Dentre elas, enfatiza-se, por sua relevância, a reformulação da noção de experiência, no que tange o seu significado epistemológico. O termo referido por experiência tem como palavra original *Erlebnis*, que, para fins didáticos, é contraposto ao termo *Erfahrung*. Este último, porém, também tem sua tradução literal por experiência. Portanto, há aqui a necessidade de um refinamento conceitual. Resumidamente, para o teórico, os termos se diferem no uso referido às experiências internas [*Erlebnis*] e experiências externas [*Erfahrung*] (Seneda, 2010)²⁷. Em português, por vezes, *Erlebnis* é traduzida por vivência, justamente em uma tentativa de conservar o argumento de Dilthey em torno de uma ação em meio-a-vida e distanciar

²⁷ Pretende-se discorrer mais profundamente sobre o uso dos conceitos no terceiro capítulo. No momento, tal definição é suficiente para a arguição.

da conotação empirista da palavra experiência. Já em inglês, por exemplo, é utilizado a expressão *lived experience*, com a mesma intenção. Entretanto, o que realmente deve ser ressaltado desta questão, neste momento, é que o foco de Dilthey para a fundamentação das ciências do espírito está circunscrito no âmbito interno do sujeito. Dito de outra forma, a realidade efetiva das ciências histórico-sociais é apreendida pelos fatos da consciência que se dão a partir das vivências de cada indivíduo. Consequentemente, faz-se necessária uma metodologia que dê conta das experiências internas do sujeito, portanto, a psicologia.²⁸

2.2 O local da psicologia

É nas unidades vitais, nos indivíduos psicofísicos, que a análise encontra os elementos a partir dos quais a sociedade e a história se constroem, e o estudo dessas unidades vitais constitui o grupo na maioria das vezes fundamental de ciências do espírito. (Dilthey, 2010b, p.42)

A psicologia para Dilthey não é apenas uma das ciências que compõem as ciências do espírito; a psicologia é o estudo aplicado do material constituinte do mundo espiritual e, ademais, representa a própria possibilidade de fundamentação epistemológica das ciências do espírito.²⁹ Trata-se, também, de ser uma via de distanciamento da gama de princípios hipotéticos e da metafísica. Portanto, é o que sustenta o argumento da unicidade entre a realidade histórico-social e o indivíduo.

O objetivo das ciências do espírito, a um nível superficial, como já mencionado, é fundamentar o conhecimento histórico-social. Em um aprofundamento disso, pode-se mencionar que as metas são: a apreensão do singular da realidade efetiva, o reconhecimento das uniformidades e a fixação constante de finalidades e regras na sua formação. Não obstante, segundo Dilthey, isso só pode ser alcançado por meio do

²⁸ Sabe-se que, em *Einleitung*, Dilthey divide esta tarefa entre psicologia e antropologia. No entanto, Makkreel comenta que o autor utiliza ambos os termos com o mesmo sentido e há apenas uma alternância que não representa mudanças significativas (1992)

²⁹ Tal afirmação se refere apenas há fase inicial do autor. Sabendo que, no final de sua vida, há discussão sobre a mudança de como o filósofo enxergava a função da psicologia.

pensamento, por meio da análise e abstração³⁰. A afirmação do autor não é vista como uma mera descrição metodológica. É possível recordar que o termo abstração é sempre ligado, em suas considerações, ao proceder científico das ciências da natureza e, por vezes, é alvo de críticas por criar um indivíduo e uma realidade mutilados. Entretanto, neste trecho, fica claro que a abstração é necessária para a constituição desta área do conhecimento.

Para fins de esclarecimento, Dilthey não incorre em contradição. Sua arguição confronta duas maneiras equivocadas de resolver o problema, que têm diferentes abordagens quanto ao uso da abstração: “A contenda entre a escola histórica e a escola abstrata surgiu no momento em que a escola abstrata cometeu o primeiro erro e a escola histórica o outro” (Ibid., p.41). O ponto é que cada escola adotou uma abordagem extrema em relação à abstração: de um lado, apoiou-se totalmente o conhecimento nisso; do outro, ignorou-se a necessidade de seu uso. Portanto, para Dilthey, a adequação desse recurso é indispensável:

A expressão abstrata, na qual se deixa considerar lados determinados do conjunto de fatos enquanto outros são desenvolvidos, não é a finalidade derradeira e exclusiva dessas ciências [ciências do espírito], mas o seu recurso é indispensável. Assim, como o conhecimento abstracional não pode dissolver em si a autonomia das outras metas dessas ciências, nem o conhecimento histórico, nem o teórico, nem o desenvolvimento das regras que efetivamente guiam a sociedade podem prescindir desse conhecimento abstracional. (Ibid.)

O filósofo entendia que, por um lado, a escola histórica assumia uma posição próxima à metafísica na tentativa de objetivar o saber histórico-social, perdendo de vista o indivíduo. Por outro lado, a abstração excessiva criava um ser e um mundo reduzidos em hipóteses. Assim, a psicologia surge como análise de um indivíduo inserido em uma sociedade e no tempo, apresentando-se como o caminho para se aproximar do limiar entre o singular e o geral, transpondo a cisão entre o interno e o externo. Makkreel (1992) comenta como Dilthey se contrapõe a Ranke, por exemplo, quanto à tentativa de apreender um saber da história eliminando o Eu para alcançar o fato histórico em seu

³⁰ O conceito de abstração é amplamente utilizado por teóricos da época. Para Dilthey o termo se encontra como uma ferramenta indispensável para o cumprimento do objetivo das ciências do espírito. Ao passo que é através desta ideia de abstração que se torna possível isolar determinados elementos do contexto para a execução de uma análise hermenêutica da parte-todo. Sendo assim, diferenciado do uso das ciências da natureza, em que a investigação se ‘dissolve’ no conhecimento abstrato e isolado.

maior grau de objetividade. Em contrapartida, a proposta diltheyana é justamente alcançar um saber objetivo da história através da ampliação da experiência interna e da análise intersubjetiva dos fatos históricos. Desta forma, o filósofo estabelece na vida psíquica a única forma de investigação do saber histórico-social. Em outras palavras, é a partir do estudo do indivíduo que vivencia a história em sociedade que o conhecimento se objetiva nas ciências do espírito.

O resultado para o contexto da presente exposição é o seguinte: a mais simples descoberta que a análise da realidade efetiva histórico-social consegue alcançar se encontra na psicologia. Por conseguinte, a psicologia é a primeira e a mais elementar dentre todas as ciências particulares do espírito; de acordo com isso, suas verdades formam a base da construção ulterior. Suas verdades, porém, contêm apenas um conteúdo parcial destacado dessa realidade e, por isso, têm por pressuposto a ligação com uma tal realidade efetiva. Consequentemente, é só por meio de uma fundamentação epistemológica que a ligação da ciência psicológica com as outras ciências do espírito e com a própria realidade efetiva da qual elas são conteúdos parciais pode ser esclarecida. (Ibid., p.47)

Este trecho de *Einleitung* evidencia o pressuposto central para a função da psicologia e o cerne de todo o desenrolar do problema diltheyano: a conexão direta entre a vida psíquica e a realidade efetiva. Segundo o autor, há uma relação constante e imediatamente dada entre o indivíduo e a realidade, o que serve de base para as ciências do espírito e, por conseguinte, é objeto da psicologia.

No entanto, apesar de ser evidenciada a importância da ciência psicológica neste contexto teórico, o procedimento metodológico necessário para tal tarefa não condizia com o que havia sido desenvolvido nas psicologias explicativas no molde das ciências da natureza. Como exposto anteriormente, a insuficiência da autonomia das psicologias explicativas residia na sua limitação em assumir um sujeito isolado de seu contexto, vinculado ao paralelismo psicofísico e confinado às representações de sua percepção sensorial. Em outras palavras, eram incapazes de fornecer um conhecimento histórico-social suficiente para embasar uma realidade efetiva e abranger a plenitude da experiência humana.

Portanto, apenas uma psicologia com pressupostos e objetivos convergentes às ciências do espírito poderia preencher a lacuna deixada pelos critérios da natureza e oferecer, a partir de uma concepção distinta, a objetivação do conhecimento histórico-social. Makkreel exemplifica esse proceder com o trabalho do historiador:

Somente uma psicologia concebida como parte da Geisteswissenschaften poderia explorar todo o potencial da experiência humana e, assim, ser relevante para a escrita da história. O sentido que o historiador tem da complexidade inerente a uma decisão importante e da riqueza da experiência interior de uma grande figura histórica não pode ser preenchido pela imaginação do historiador. Mas para que a sua imaginação não seja arbitrária, ela deve ser guiada por uma psicologia que descreva certas regularidades discerníveis na experiência interior. (1992, p. 56; tradução nossa)

Em Dilthey, a leitura psicológica tem como dinâmica o movimento hermenêutico fundamental de interpretação circular entre o todo e as partes. Assim, o indivíduo em sua história, contexto, vontade e significados revela aspectos diretos da sociedade e da realidade em que está inserido. Por consequência, o mesmo ocorre inversamente à medida que o foco está no estudo histórico-social. A psicologia tem seu material formado por toda história e experiência de vida. O indivíduo é centralizado e, por vezes, abstraído, mas nunca isolado em um solipsismo de sua realidade histórico-social. A ideia é que a unidade psicofísica seja descrita e analisada, porém a partir de uma perspectiva que leve em conta sua realidade sócio-histórica, ou seja, a sua totalidade. Deste modo, a história e a sociedade são compreendidas a partir de vivências reais e diretas do indivíduo. O ponto de partida assumido pelo filósofo se configura diametralmente oposto ao pressuposto da lógica da psicologia explicativa. Em seu escrito, o autor ainda apresenta uma resposta ao contra-argumento:

Naturalmente, a unidade psicofísica é fechada em si pelo fato de só poder ser considerado meta para ela aquilo que está estabelecido em sua própria vontade, de só poder ser valioso para ela aquilo que é dado em seu sentimento e de só poder ser real e verdadeiro para ela aquilo que se comprova como certo, como evidente ante a sua consciência. Mas esse todo assim fechado e certo na autoconsciência de sua unidade só veio à tona, por outro lado, no contexto da realidade efetiva social; sua organização o mostra como sofrendo a ação de fora e reagindo para fora; todo o seu caráter de conteúdo é apenas uma forma particular que entra em cena de modo passageiro em meio ao caráter de conteúdo abrangente do espírito na história e na sociedade; sim, é por força do traço mais elevado de sua essência que ele vive em algo que não é ele mesmo. (Dilthey, 2010a, p.44)

Assim, a necessidade de uma psicologia descritiva e analítica se apresenta com clareza. A psicologia, enquanto fundamento, tem o objetivo de produzir uma base sólida e científica para as ciências do espírito, distanciando-se de qualquer radicalismo

arbitrário ou de um relativismo sem fim. Com isso, sua prerrogativa se encontra na complexa missão de identificar proposições gerais diante da unidade particular da relação indivíduo e sociedade. Além disso, “ela precisa reconhecer diferenças típicas, submeter à descrição e à análise a imaginação [...], completando o estudo das formas da vida espiritual por meio da descrição da realidade (Ibid., p.46).

Perante o exposto, entende-se, que a psicologia exerce papel central na conservação do objetivo geral, da convergência histórico-hermenêutica, para fundamentar e distinguir a constituição dos saberes. Em outras palavras, assim como o método explicativo-causal, do proceder físico-matemático, encontra-se como base das ciências da natureza, a psicologia descritiva e analítica, com o método da compreensão, institui o alicerce das ciências do espírito. Dilthey estabelece a psicologia como a peça última para a conexão da realidade histórica e o sujeito em suas significações. Com isso, o filósofo oferece uma sistematização do saber que se desenvolve a partir de princípios necessários em sua filosofia.

2.3. Princípios fundamentais

Após a apresentação de sua proposta em *Einleitung*, Dilthey inicia seus escritos para um segundo volume de sua grande obra. Há diversos fragmentos deste período que foram publicados e/ou descobertos postumamente, os quais elucidam em grande parte seus posicionamentos. Um deles é o *Elaboração de Breslau*, redigido entre as décadas de 1880 e 1890. Neste trabalho, encontra-se a explanação de dois princípios basilares para sua filosofia: o princípio da fenomenalidade e o princípio da totalidade da vida psíquica.

O ponto que deve ser ressaltado é que tais princípios são os pressupostos centrais para elaboração de sua psicologia e, por conseguinte, de toda as ciências do espírito. Para reforçar sua relevância, é possível afirmar que eles marcam a singularidade do autor em relação às outras elaborações da época e, também, que se completam mutuamente de tal forma que a ausência de um invalida a existência do outro, no tocante ao objetivo geral de Dilthey.

2.3.1 Princípio de fenomenalidade

O princípio da fenomenalidade encontra sua definição na conceituação dos fatos da consciência. Por assim dizer, os fatos da consciência só são dados a partir do norteamento que este pressuposto fornece. Assim, torna-se evidente a necessidade primordial de uma explanação sobre o que constitui a consciência.

Para Dilthey, a consciência não se refere a um espaço interno de representações ou a um processo puramente cognitivo. Na verdade, ela não pode sequer ser definida. Em vez disso, manifesta-se propriamente como um 'dado último', configurando-se no nexos de tudo que se apresenta como realidade e, inclusive, o sujeito. O filósofo compreende que todos os objetos, pessoas e o próprio *Eu* são fatos da consciência, produtos de uma relação de resistência³¹ com o mundo exterior em todas as suas expressões. Mesmo o representar está circunscrito na consciência e faz parte do processo de formação do mundo para o indivíduo, juntamente com o pensar, sentir e o querer. Segundo o filósofo, tudo o que existe e está em relação com o ser humano é dado na consciência. "Por isso, apenas aparentemente vivo entre coisas independentes de minha consciência; na realidade, meu próprio eu se distingue dos fatos da minha própria consciência, das formas que se localizam dentro de mim mesmo." (Dilthey, 2010a, p.49).

Como mencionado anteriormente, os fatos da consciência constituem o material de investigação das ciências do espírito. O fato de que absolutamente tudo se circunscribe a isso e é considerado como proceder de estudo faz alusão ao método cartesiano no que diz respeito ao princípio de imanência. No entanto, o filósofo amplia essa metodologia ao colocá-la em um âmbito que abarca a totalidade das manifestações complexas e diversas do espírito humano. Frithjof Rodi comenta a respeito:

³¹ A experiência de resistência é uma noção pouco explorada pelos comentadores de Dilthey. Entretanto ela faz parte da esquematização do princípio de fenomenalidade e o coloca aplicado no desenvolvimento do ser humano. Este conceito é abordado pelo autor no escrito *Contribuições para a solução da questão da origem de nossa crença na realidade do mundo exterior e da razão de ser dessa crença, 1890*. Porém, no presente trabalho, não será aprofundado visando o objetivo central da pesquisa.

[...] os fatos da consciência são também e acima de tudo as experiências de dor, prazer, alegria, esperança, medo, satisfação, etc., a começar pela experiência mais elementar da resistência exercida por um mundo exterior sobre o movimento do meu corpo. É aqui que a vivência é introduzida como uma categoria epistemológica em oposição ao conceito de representação (1987, p.110).

Portanto, a intenção principal deste processo da consciência é distanciá-la da restrição de um estado puramente de representações ou intelectual. A afirmação da complexidade implícita no indivíduo aproxima a consciência de uma reformulação do que é considerado experiência, em outras palavras, do conceito de vivência. Assim, os fatos da consciência referem-se à relação com toda a realidade que se apresenta para o sujeito. Nesse contexto, tem-se o princípio da fenomenalidade, “uma vez que contém a compreensão da fenomenalidade da realidade, isto é, de todos os fatos externos (ou seja, que tudo isso é fato da consciência e que está subordinado, por tanto, às suas condições)” (Dilthey, 2010a, p.51).

A pressuposição de que tudo está subordinado às condições da consciência, através de um movimento de resistência com o mundo externo, implica que a existência imediata da realidade está implicitamente presente. Isso quer dizer que não há uma mediação representacional ou intelectual para a apreensão que seja necessária para a certeza do fenômeno que se apresenta. Afinal, a experiência vivenciada não pode ser decomposta, manifestando-se como um fato simples e indissolúvel.

O princípio da fenomenalidade, então, adquire para si a característica de conferir ao processo da consciência o mais alto grau de certeza da realidade, pois está fundamentada na certeza do próprio fato da consciência. Para Dilthey, o fato da consciência é o processo mais primitivo que constitui o ser. Nesse sentido, à medida em que o indivíduo vivencia uma determinada situação, não é necessário um procedimento de separação do *Eu* do objeto externo, mas apenas uma compreensão em sua unidade, que se configura como um fato da consciência. Contudo, isso não implica em uma indiferença amalgamada dos dois objetos, mas em uma relação mútua no processo de conscientização.

Assim, ser ou realidade, existir-para-mim e consciência, são diferenciados e relacionados entre si. No processo propriamente dito, não experimento nenhuma

relação, mas só a unidade. No estado psíquico que estou vivenciando, está constituída apenas a natureza de um fato simples (Ibid., p.52).

Dessa forma, toda a questão sobre a limitação das possibilidades de conhecimento é descartada. A máxima de que a simplicidade da vivência é dada de maneira simples e imediata não deixa margem para dúvidas ou para a necessidade de decomposição da experiência na percepção e no conhecimento do objeto. Nas palavras do autor:

No raio do alcance dessa percepção imediata, desse possuir-se a si mesmo do fato da consciência, o problema do saber nem chega a existir. Porque ele consiste na questão de saber como é possível que, dentro de mim, surja a consciência de alguma coisa, uma vez que eu mesmo não sou a coisa e as suas propriedades não as minhas, de modo que eu não tenho em mim as suas propriedades, pois todas essas propriedades da coisa fazem parte do âmbito do próprio ser dela. [...] Na minha convicção da realidade de um ser humano com quem estou conversando está presente a certeza de que ele existe fora de mim, de modo que essa convicção é um saber de algo que não sou eu mesmo. Não sou eu o objeto, não é nele que sinto e, sim, dentro de mim mesmo; no fato de aperceber-me, de estar na presença e ter a certeza de um estado de consciência, não existe o problema que costuma acompanhar o saber. Porque não preciso conscientizar-me de minha consciência, não preciso sentir meu sentimento. Tomo conhecimento da consciência pela sua própria ocorrência. A existência do ato psíquico e o conhecimento dele não são duas coisas distintas, não existe aí a diferença entre um objeto que é visto e do olho que o vê, pois aquilo que sei é um fato da consciência; é a realidade que é afirmada; a existência do ato psíquico e o conhecimento dele não são duas coisas distintas. É um ato psíquico, porque eu vivencio. (Ibid.,p.53)

Da mesma maneira, o autor estende seu argumento à alegação, vigente nos pesquisadores da psicologia da época, de uma dinâmica de representações inconscientes que atuam como condicionamento da consciência. Dilthey aponta a contradição disso, pois se trata de uma tentativa de diferenciação entre os próprios fatos da consciência. Não há uma divisão conceitual, por exemplo, entre uma percepção sensorial e um pensamento; ambos são fatos da consciência e se definem como processos psíquicos de interação. A realidade que é conhecida de maneira imediata constitui propriamente a vida que é vivenciada nos fatos da consciência.

Diante disto, surge a difícil questão sobre a crença no mundo exterior. Afinal, se a realidade só pode ser apreendida e averiguada na consciência, este princípio limita toda a realidade à vida psíquica. Nas palavras do filósofo: “Tem esse princípio por si só

o significado negativo de excluir qualquer afirmação a respeito de uma existência independente dessa consciência?" (Ibid.,p.55).

Em outro escrito, na década 1890³², período em que a psicologia assume um dos principais focos nas discussões do autor e na tarefa de distinção metodológica, Dilthey se propõe a discorrer sobre a problemática de um ceticismo à realidade exterior que se configurava nas metodologias predominantes. Seu posicionamento é prontamente contrário, porém, não nega a complexidade da questão.

Sua argumentação parte da tese de que esta é uma questão presente em toda filosofia moderna. Os desafios da validade objetiva da experiência interior, a determinação do valor cognitivo das nossas sensações, a realidade do mundo exterior, são, até sua época, o foco dos debates. Assim, se faz necessário um esclarecimento do real significado do princípio de fenomenalidade:

O princípio de fenomenalidade é o princípio supremo da filosofia, segundo o qual tudo o que existe para mim está sujeito à mais universal das condições, a de ser de fato de minha consciência; qualquer coisa exterior só me é dada em forma de uma junção de fatos ou processos da consciência; o objeto, a coisa só existe para uma consciência e em uma consciência [...]. Nem adianta argumentar que as percepções e imagens apesar de serem apenas elementos de minha consciência, se relacionam, no entanto, com um objeto fora de mim, uma vez que o confronto, a separação do próprio eu e do objeto, só existe no ato da consciência. (Ibid.p. 96)

Com isso, Dilthey não quer reforçar o ceticismo em relação à realidade exterior. Ao contrário, assume precisamente o oposto. A intenção do autor é se contrapor a uma interpretação intelectualista do princípio, a que ele denomina de fenomenalismo.

Por parte desta linha de pensamento, há explicitamente uma distorção da proposição do princípio quando se chega às suas últimas consequências. O equívoco ocorre quando é ignorado que o fato de haver uma limitação do conhecimento no nexos dos fenômenos não é equivalente à afirmação de que não há nada independente da consciência. Ou seja, uma interpretação solipsista da consciência não faz jus à realidade efetiva presente na vida psíquica.

³² *Contribuições para a solução da questão da origem de nossa crença na realidade do mundo exterior e da razão de ser dessa crença, 1890. Dilthey.*

De acordo com o filósofo, essa corrente de raciocínio tem origem em uma concepção de consciência que se define em um composto de representações. A ideia é que é preciso estabelecer uma relação constante entre o indivíduo e os fenômenos para se chegar à possibilidade de conhecimento objetivo sobre algo.

O fenomenalismo é a restrição consciente e crítica da ciência aos fenômenos, isto é, às sensações e emoções presentes na consciência, à sua coexistência, à sua sucessão e às suas relações lógicas. Espaço, tempo, substância, causalidade, finalidade, eu e o mundo exterior são decompostos em relações uniformes entre pontos de relação fenomenais indefiníveis segundo o seu valor objetivo (Ibid.).

Dilthey identifica essa interpretação tanto nos empiristas quanto na filosofia transcendental de Kant e seus discípulos. Ao longo do escrito, ele ainda aponta como a psicologia explicativa contribui para essa concepção e reduz a profundidade da experiência humana. Assim, o princípio de fenomenalidade aponta para algo além dos fatos da consciência. Seu pressuposto evidencia, também, uma noção de experiência mais profunda, que pretende abranger a totalidade da vida psíquica, o que, portanto, apresenta-se como o segundo princípio basilar de sua filosofia.

2.3.2 Princípio da totalidade da vida psíquica

o *segundo princípio fundamental* da filosofia: o nexos no qual se encontram os fatos da consciência, incluindo percepções e lembranças, objetos e representações deles e, finalmente, os conceitos, é um nexos psicológico, o que significa que ele está contido na totalidade da vida psíquica; da mesma maneira se pode dizer: a explicação desse nexos no qual se encontram as percepções e os demais processos intelectuais tem sua base na análise da vida psíquica toda. (Ibid., p.65)

É possível inferir que o princípio da totalidade da vida psíquica seja o que mais aponta para razão de ser da psicologia descritiva e analítica de Dilthey. Seu cerne remonta a um nexos psíquico [*Psyche Zusammenhang*],³³ que se revela como a base de toda e qualquer investigação, seja das ciências do espírito, seja para possibilitar o

³³ *Psyche Zusammenhang* é um conceito fundamental para teoria de Dilthey e, por isso, é mencionado várias vezes em suas obras. Assim como a noção de experiência de resistência é para o princípio de fenomenalidade, o nexos psíquico está para o princípio de totalidade da vida psíquica.

objetivo das ciências da natureza. O autor entende que há uma estrutura articulada da vida psíquica que contempla toda condição e ato expresso na realidade.

A origem deste princípio parte do problema central do autor, a saber, a redução do ser humano à sua capacidade intelectual e, por assim dizer, as implicações epistemológicas na filosofia e teoria do conhecimento. Dilthey ainda se identifica como pioneiro desta ideia e sustenta o ponto de que somente a partir dela pode-se chegar a uma experiência suficientemente abrangente. A famosa frase em *Einleitung*, “nas veias do sujeito cognoscente, que foi construído por Locke, Hume e Kant, não corre sangue real, mas o suco diluído da razão como uma mera atividade do pensamento” (Dilthey, 2010b, p. 6), exprime a indignação do filósofo que conduziu à elaboração deste pressuposto.

O isolamento intelectual como definição do ser é exatamente o oposto do nexos que constitui o indivíduo na totalidade de sua vida psíquica. Dilthey reforça sua argumentação alegando que todo o desenvolvimento científico está fadado ao fracasso por ter se construído sobre uma base incompleta. E que, se não fosse por este motivo, esse solo firme da totalidade já teria sido desenvolvido. Isto é, a limitação imposta ao conhecimento pelas ciências naturais implicou em um ponto de partida equivocado para a exploração da realidade. Esses “falsos pressupostos mutilaram a verdadeira natureza do objeto formado pelo nexos das ciências” (Dilthey, 2010a, p.68).

Enquanto a ciência é seccionada e reduzida à inteligência, o nexos da vida psíquica tem sua base no conceito de vontade. O nexos da ação volitiva é apontado pelo autor como o que conduz à explicação e à compreensão do material da jurisprudência, da política, da ética, da teologia e da estética. Desta forma, aquilo que é dado nos fatos da consciência, que constitui o material da ciência, por meio de seus nexos, só é compreendido em seu mais profundo significado quando este é analisado em sua totalidade, evidenciando as mais diversas manifestações do espírito humano subsidiadas em sua vontade. “Existe um nexos dos elementos da consciência na vontade que é diferente daquele nexos que existe no intelecto, e esse nexos define fundamentalmente a natureza das ciências que desenvolvem as normas da vida ativa” (Ibid.). Em outras palavras, é por meio da análise e compreensão do nexos psíquico dado

na totalidade da experiência humana que se constitui a possibilidade da elaboração das ciências particulares.

Dilthey ainda faz uma correlação entre o problema enfrentado no fenomenalismo e o que é apresentado na ciência intelectualista, alegando que o homem prático reclama contra a teoria científica quando está se manifesta em detrimento da vida. Assim, a ciência, principalmente quando tenta lidar com aspectos da atividade espiritual, mostra-se incapaz de fornecer dados verdadeiramente objetivos ao estruturar-se a partir de uma experiência mutilada, tornando, portanto, autoevidente a necessidade de uma metodologia que contemple a completude da experiência humana.

Essa análise do conteúdo total e do nexos dos fatos da consciência, que possibilita a fundamentação do sistema das ciências, chamamos de autorreflexão, em oposição à teoria do conhecimento. Porque a autorreflexão encontra no nexos dos fatos da consciência tanto os fundamentos do agir quanto do pensar. Ela procura as condições que conferem evidência às asserções acerca da realidade, mas procura igualmente as condições que conferem correção, e não verdade, à vontade e às suas regras, e mais ainda à vida sentimental. Tudo está subordinado a essas condições: os conteúdos, as motivações, até os sentimentos. [...] essa autorreflexão deve revelar, por assim dizer, o fundamento que sustenta o edifício das ciências. (Ibid., p.69)

Por fim, nota-se que o princípio da totalidade da vida psíquica, juntamente com o da fenomenalidade, contém em si noções que reformulam completamente o cenário científico. Aquilo que é entendido como fatos da consciência, resistência, nexos e, principalmente, experiência apontam diretamente para implicações metodológicas inexistentes na ciência predominante da época. Por conseguinte, a demanda pela elaboração de uma metodologia que se adeque às exigências feitas nesta reformulação do que se entende pelo objeto espiritual acentua a relevância da ideia de uma psicologia descritiva e analítica.

3. As implicações de *Verstehen*

O termo *Verstehen* é uma palavra-chave na filosofia germânica. Em português, pode ser traduzida por entender ou compreender, sendo a última, a mais utilizada nas

obras nacionais. Em inglês, é traduzido simplesmente como *understanding*. Entretanto, para ser mais específico com o conceito, alguns comentadores, como Makkreel, Beiser e Eric Nelson, utilizam, por vezes, palavras de apoio, como *historical understanding*, *immediate understanding*, *method of understanding*, entre outras. Na presente pesquisa, tem-se utilizado o termo compreender e compreensão.

O tópico que deve ser ressaltado é que, durante um período de sua carreira, Dilthey focou no desenvolvimento deste termo. Na verdade, o objetivo era aprofundar a distinção metodológica entre ciências do espírito e ciências naturais, sendo o *Verstehen* fundamental para esta distinção. Makkreel (2021) divide a vida acadêmica do filósofo em três fases e comenta que este momento de dedicação à metodologia se configura na segunda fase. Diante de todos os escritos neste interim, o comentador destaca dois com maior relevância: *Contribuições para a solução da questão da origem de nossa crença na realidade do mundo exterior e da razão de ser dessa crença, 1890*, e *Ideias sobre uma psicologia descritiva e analítica, 1894*. O primeiro já foi referido em alguns trechos no presente trabalho; entretanto, o segundo consiste no enfoque geral. Afinal, na obra *Ideias*, estão contidas, de maneira mais aprofundada, as especificações metodológicas para a ciência basilar das ciências do espírito – a psicologia –.

Entretanto, não há um capítulo especial ou uma grande parte dedicada ao aprofundamento do método da compreensão. A dissertação de Dilthey se aproxima mais de uma aplicação do conceito no proceder metodológico de sua ideia de psicologia. Assim, a missão deste capítulo é evidenciar as implicações que este conceito exerce tanto na obra geral do autor quanto no cenário do debate científico. É certo que, com o que já foi elucidado sobre o constructo teórico diltheyano até aqui, é possível visualizar, de maneira geral, a função deste conceito. A proposta, então, é explanar com profundidade seus pressupostos, objetivos e aplicações no todo da teoria.

Vale mencionar que, neste período, e principalmente após *Ideias*, houve alguns intercursos entre Dilthey e outros teóricos, como é o caso da Escola de Baden, com Windelband e Rickert, e com Ebbinghaus. Tais debates entre estes autores ocupam o palco de temáticas como a querela em torno ao psicologismo, a *Methodenstreit*, boa parte da empreitada do historicismo na segunda metade do século XIX³⁴, e os

³⁴ Esta consideração pode ser vista em autores como Beiser (2017), Makkreel (1992) e Porta (2020).

desenvolvimento da filosofia e ciências na contemporaneidade. Além disso, essas controvérsias tiveram ecos em diversos autores do século XX³⁵.

Um dos fatores de relevância da discussão com a Escola de Baden, por exemplo, é que as diferenças entre os dois teóricos ilustram a problemática do posicionamento de Dilthey. A saber, o estabelecimento da psicologia como ciência fundante do conhecimento – fator, este, que expressa a motivação central da obra *Ideias*³⁶ –.

Já a crítica de Herman Ebbinghaus, um proeminente psicólogo experimentalista, focaliza na validade do proceder metodológico da psicologia descritiva e analítica. Em síntese, ele defendia que a psicologia era uma ciência natural e alegava que Dilthey fracassou no seu ideal de psicologia ao tentar elaborar uma proposta sem hipóteses. Este ponto foi tão relevante para o filósofo que, em seguida ao ataque, escreve o texto *Contribuições para o Estudo da Individualidade*, em 1895, disposto a responder às críticas de Ebbinghaus à obra *Ideias*. Em verdade, Dilthey interrompe a discussão com os Neokantianos para solucionar esta questão com os psicólogos experimentalistas. Como Makkreel, concordando com Misch, assevera:

Dilthey aparentemente sentiu que antes de levantar problemas adicionais sobre a natureza da psicologia comparada, seria melhor esclarecer a maneira particular pela qual a sua psicologia descritiva difere da psicologia naturalisticamente concebida pelos experimentalistas. Além disso, como sugeriu Misch, Dilthey não quis aprofundar as suas divergências com os neokantianos numa altura em que surgiram conflitos ainda mais sérios com psicólogos profissionais (1992, p.207; tradução nossa).

O que pode ser ressaltado disto é que este período do desenvolvimento da teoria diltheyana proporcionou dinâmicas importantes para o saber científico. O termo compreensão adquire papel basilar para diferenciação das ciências do espírito e inicia um grande legado do autor como influência para outros pensadores na contínua exploração de suas implicações ao conhecimento.

³⁵ Sabe-se que a polêmica entre Dilthey e a Escola de Baden se estendeu a desdobramentos da escola neokantiana na primeira metade do século XX, quanto a divisão de saberes entre natureza e espírito (PORTA, 2018). Como, também, à teóricos como Husserl, Heidegger, Freud, Paul Ricoeur e demais autores.

³⁶ Ponto que é defendido, por exemplo, pelo pesquisador Freitas (2021) que sustenta o argumento de Feest (2007).

3.1 O desenvolvimento do conceito

O conceito de compreensão apresenta um desenvolvimento complexo na teoria de Dilthey, o que, por sua vez, dificulta sua abordagem e até mesmo sua precisão, dependendo do período em que é considerado. Entretanto, isso não o torna menos importante; ao contrário, o desenvolvimento desse conceito ao longo da vida do autor culmina no cerne do constructo teórico, tornando-se peça-chave para a execução do objetivo de fundamentação das ciências do espírito. Este movimento tem valor ambíguo conforme a perspectiva assumida: por um lado, é possível inferir que é justamente este processo de maturação do conceito que confere a Dilthey a crítica de descontinuidade de sua obra. Além disso, há uma certa confusão feita com o significado do termo posteriormente ao autor (Beiser, 2011)³⁷. Por outro, autores como Makkrel, Beiser, Rodi, entre outros, defendem a tese de um aprimoramento da teoria e do termo, contrapondo-se a esse argumento de um caráter fragmentário no raciocínio do filósofo.

O ponto é que realmente há modificações nas ênfases e aplicações da interpretação do conceito de *Verstehen* na passagem da segunda para a terceira fase do autor. Este movimento foi chamado de virada hermenêutica, que acontece em 1900 e se estendeu até 1911, com a morte de Dilthey. Neste período, há um enfoque bem específico no conceito de compreensão sob uma perspectiva hermenêutica. Contudo, é equivocado alegar que a hermenêutica surge nas obras do autor somente após 1900. Principalmente, no que diz respeito ao conceito em questão, o viés hermenêutico está presente já na primeira fase do filósofo, como comenta Beiser:

A inspiração para a teoria da compreensão de Dilthey foi Schleiermacher, que usou a palavra "Verstehen" num sentido semelhante nas suas palestras sobre hermenêutica. Um dos projetos de vida de Dilthey foi a vida de Schleiermacher, que ele nunca concluiu; mas foi a partir do seu trabalho sobre Schleiermacher que ele aprendeu o significado geral da hermenêutica. Foi Schleiermacher quem o convenceu de que as ciências humanas poderiam ter sua própria metodologia característica para a compreensão da vida e da ação humanas, independente das ciências naturais [...] Dilthey reconheceu a importância da hermenêutica para

³⁷ "O resultado líquido de toda esta controvérsia é que o conceito de compreensão foi distorcido de forma irreconhecível." (Beiser, 2011; tradução nossa).

a compreensão da vida e da ação humanas já na década de 1860. (Ibid., p.348; tradução nossa).

Antes mesmo de *Einleitung*, naquilo que podemos identificar como a primeira fase do autor, a hermenêutica já estava presente nas intenções da formulação das ciências do espírito. O grande avanço de Dilthey foi transferir essa hermenêutica para a interpretação da vida e da história humana. Ou seja, tal ciência não estaria mais restrita à interpretação de textos, mas sua metodologia seria ampliada para a experiência humana – especificamente, para as experiências internas –. Neste âmbito, então, ocorre a compreensão em sua primeira noção.

Sabe-se que em *Einleitung* nem a hermenêutica e nem a compreensão desempenham um papel muito evidente na apresentação da obra. No entanto, a própria metodologia da psicologia como ciência fundamental já expressava a dinâmica hermenêutica da compreensão na relação parte-todo da tensão entre o geral e o particular.

A partir disso, nos escritos subsequentes e, principalmente, na década de 1890, a compreensão assume papel crucial na metodologia das ciências do espírito. Por exemplo, nos textos de *Elaboração de Breslau*, torna-se necessária no desenrolar do princípio da totalidade da vida psíquica, juntamente com a autorreflexão (Ibid.). Nesta fase do desenvolvimento de Dilthey, a compreensão toma tamanha relevância que é posta como o próprio método da psicologia descritiva e analítica, em contraposição à explicação das ciências da natureza. Como nas palavras do autor: “Nós explicamos a natureza, enquanto compreendemos a vida psíquica” (Dilthey, 2011, p. 29).

Makkreel (2021) intitula este período da compreensão como *Understanding as a Structural Articulation*. Um nome que exprime a característica central e única da teoria do autor na época – a saber, a vida psíquica –. Como já explorado em tópicos anteriores, o compreender se constitui sob o pressuposto de uma totalidade da vida psíquica que conduz a uma estrutura articulada por nexos na experiência humana – nos fatos da consciência –. A razão de ser deste princípio está implícita na oposição à produção de uma realidade mutilada e a um indivíduo reduzido ao seu intelecto. Ou seja, o ataque de Dilthey ao método explicativo-causal das ciências naturais está expressamente presente no conceito de compreensão.

É tarefa da psicologia descritiva e analítica explicar como diferentes processos convergem no nexos da consciência. Este nexos é vivido e deve ser distinguido do nexos psíquico adquirido global discutido anteriormente. O nexos vivido está disponível para a consciência reflexiva e pode ser descrito como um processo contínuo. A análise mostra então que este processo tem uma estrutura transversal bastante uniforme. [...] Se fôssemos seres meramente representacionais, as condições da vida psíquica seriam meramente causais. Mas ao mesmo tempo estimamos o valor daquilo que representamos através do sentimento. (Makkreel, 2021; tradução nossa)

Por conseguinte, entende-se que a psicologia descritiva e analítica tem como tarefa principal a compreensão desses nexos que são dados na unicidade das vivências. A estrutura pressuposta por Dilthey se expressa, então, em uma noção de experiência que pretende abranger a totalidade da vida histórica humana. Isto é, não se trata apenas de representações em uma relação constante de causalidade do indivíduo com o mundo, mas sim de uma ação volitiva em nexos com sentimentos, pensamentos, historicidade e até mesmo representações. Portanto, a compreensão é o método dentro dessa estrutura psíquica que evidencia um indivíduo histórico em uma realidade imediatamente dada e que, num segundo momento, possibilita as relações e explicações dos fenômenos da consciência.

Prosseguindo, é importante recordar a intenção última do autor com esta assertiva. A psicologia como ciência fundamental para ciências do espírito e, de certa forma, para toda a possibilidade de conhecimento, implica na compreensão como método geral deste sistema científico. Como Dilthey elucidava em *Ideias*:

E assim como o desenvolvimento das ciências humanas particulares está ligado com a formação da psicologia, a articulação dessas ciências em um todo também não pode ser realizada sem a compreensão da conexão psíquica em que elas estão ligadas. Sem referências à conexão psíquica, na qual suas relações estão fundadas, as ciências humanas se mostram como um agregado, como um feixe, mas não como um sistema. (2011, p.35)

Esta máxima do filósofo foi o que provocou diversas reações no ambiente científico-filosófico, principalmente na mencionada controvérsia com os Neokantianos. O que deve ser ressaltado é que a compreensão estava diretamente ligada a uma proposta epistemológica científica a partir de uma estrutura psíquica na formação do

conhecimento. Neste aspecto específico, dá-se a diferenciação da compreensão na terceira fase.

Dos anos de 1896 a 1900, ocorreu uma estagnação de suas elaborações teóricas. Dilthey voltou-se para o estudo de temáticas como personagens e aspectos culturais da filosofia alemã. Isso proporcionou um retorno à origem de sua motivação nas ciências do espírito e às suas influências em Schleiermacher:

De maior interesse imediato é o fato de Dilthey ter reavivado a sua preocupação juvenil com a hermenêutica de Schleiermacher e em 1900 ter publicado um resumo geral do seu próprio trabalho sobre a história da hermenêutica. Embora este ensaio, intitulado “Die Entstehung der Hermeneutik” (“A Ascensão da Hermenêutica”), tenha sido descrito como “pouco mais que uma retrospectiva histórica”, é importante porque fornece ao mesmo tempo um esboço para uma abordagem mais sistemática à hermenêutica (Makkreel, 1992, p.255; tradução nossa).

Neste terceiro período de Dilthey, a compreensão é desenvolvida mais com uma abordagem hermenêutica e menos sob uma perspectiva psicológica. Sabe-se que há grande debate acerca da posição final do autor sobre a psicologia como ciência fundante e até mesmo do termo *Geisteswissenschaften* (Ibid., p.44). Entretanto, o presente trabalho limita-se ao foco na segunda fase de sua vida. Assim, mesmo que o desenrolar do conceito na terceira etapa seja tido como uma virada na filosofia do autor, cabe a esta pesquisa apenas a menção do caminho em que Dilthey segue até o fim de sua vida.

3.2. O conceito em *Ideias*

A *compreensão* na obra *Ideias* exerce um papel que vai além de uma simples distinção metodológica da explicação. A estrutura argumentativa de Dilthey precisa ser esclarecida diante do todo de sua proposta para que não se perca o ponto de partida e a motivação do referido escrito. O fato de a dissertação do autor perpassar uma contextualização do desenvolvimento da ciência psicológica no século XIX pode proporcionar uma impressão de que seu objetivo é uma crítica a este proceder científico. Entretanto, o foco não está, propriamente, em apontar os fracassos científicos ou contradições nas teorias. Antes, tem como centro de sua preocupação, evidenciar a

incompletude desse modelo diante da tarefa de abarcar uma totalidade da experiência humana suficiente para fundamentar o conhecimento nas ciências do espírito. Desta forma, a noção do conceito de compreensão não se detém em uma mera contraposição dualística metodológica, mas se apresenta como base para o desenvolvimento de um saber anterior ao das ciências particulares, ou seja, uma proposta concernente à teoria do conhecimento.

Já no primeiro capítulo da obra, sua posição em relação à teoria do conhecimento vigente é exposta. Mais especificamente, Dilthey analisa os critérios de cientificidade e as implicações do criticismo kantiano nas psicologias explicativas e aponta seu caráter de um potencial inatingido, conforme explorado no primeiro capítulo deste trabalho. Em seguida, defende uma relação irremediável entre psicologia e teoria do conhecimento, alegando a necessidade de uma complementação mútua em ambas as áreas. E, então, traz à tona seu ponto de debate central: a atitude de determinada escola de pensamento, de tradição kantiana, em tentar fundamentar o conhecimento no método transcendental, totalmente independente da psicologia.

Uma escola proeminente pela argúcia de seus representantes exige completa independência da teoria do conhecimento em relação a psicologia. Ela afirma que, na crítica da razão levada a termo por Kant, essa emancipação da teoria do conhecimento ante a psicologia é levada a termo em princípio por meio de um método particular. (Dilthey, 2011, p.36)

O referido método consiste no constructo da dedução transcendental de Kant. Como já mencionado, a síntese *a priori* do conhecimento se configura em uma natureza alternativa daquilo que é apreendido pela percepção interna intuitivamente. Ou seja, para Kant e seus discípulos, a formação do conhecimento não tem sua base em uma estrutura psicologicamente articulada. Seu objetivo explicativo encontra solo em uma ideia de experiência sintetizada e construída no processo de entendimento [*Verstand*] intelectual e puramente racional do sujeito.

Antes de seguir a argumentação de Dilthey, vale ressaltar que a alegação de Dilthey está nitidamente direcionada à tentativa da escola Neokantiana em retornar ao criticismo kantiano para fundamentação do conhecimento frente aos avanços positivistas. Possivelmente, pode-se assumir que o debate mais significativo do filósofo

quanto ao problema metodológico estava circunscrito na década de 1890 nos diálogos com os Neokantianos da Escola de Baden. Especificamente, as questões levantadas por Windelband e Rickert representaram grande motivador para o aprofundamento das concepções diltheyanas para a psicologia descritiva e analítica, bem como para o amadurecimento da teoria na virada hermenêutica. Mesmo que os autores estivessem alinhados contra os enunciados positivistas, suas diferenças apontavam caminhos opostos e que resultaram em extensas implicações no século seguinte. O aspecto crucial de diferença consistia na forma como se tomava a experiência interna. Como já exposto, para Dilthey, a experiência interna continha uma inteligibilidade inicial suficientemente capaz de cumprir a função de derivar o conhecimento histórico-social a partir dela. Makkreel (1992, p. 54; tradução nossa) ressalta que suprimir isto “seria destruir a fonte de onde derivamos o significado da experiência histórico-social, bem como individual”. Em contrapartida, a tradição kantiana assume a impossibilidade do conhecimento a partir de percepções internas e transfere para a experiência externa, sob a lógica de investigação dos fenômenos da natureza, a função de explicar a dinâmica interna do indivíduo. A problemática se dá no fato de que, em 1894, ano da publicação de *Ideias*, Windelband faz um discurso motivado por uma reação contra o positivismo e que, segundo Beiser, “foi a ocasião para um interessante intercuro entre Windelband e Dilthey” (2017, p.163). Apesar da crítica diltheyana se direcionar a este ambiente de debate, sua contestação conserva a assertiva propriamente de Kant como foco da problematização.

Prosseguindo, o ponto que mais destoa da concepção de Dilthey é a cisão imposta entre o pensamento e a intuição. O caráter seccionador da dedução transcendental se configura como a maior contradição da teoria kantiana. O filósofo chega a alegar que tal método não contém nenhuma ‘magia intrínseca’ ou ‘palavra mágica’ que consiga sustentar a separação entre o que é pensado e aquilo que é intuído no processo da formação do conhecimento. Dito de outra forma, o que Dilthey está apontando é que não há possibilidade de conceber o conhecimento fora do campo psicológico; afinal, é a partir de fatos da consciência que a teoria do conhecimento articula seu constructo. Sendo assim, tanto a intuição dos dados sensíveis quanto a síntese intelectual do pensamento

acontecem circunscritas no mesmo processo psicológico, distinguindo-se apenas em níveis. Nas palavras do autor:

No entanto, naquilo ele denomina intuição, atuam concomitantemente por toda parte processos de pensamento ou atos que lhes são equivalentes. Assim, temos a diferenciação, a mensuração de graus, a equiparação, a ligação e a cisão. Por isto, estamos lidando aqui apenas com níveis diversos na atuação do mesmo processo. Os mesmos processos elementares de (associação, reprodução) comparação, diferenciação, mensuração dos graus, cisão e junção, de abstração de uma coisa e de destaque da outra, destaque esse sobre o qual se baseia, então, a abstração, atuam na formação de nossas percepções, de nossas imagens reproduzidas, das figuras geométricas, das representações das fantasias que, então, também vigoram em nosso pensamento discursivo. Esses processos formam a região ampla e imensuravelmente frutífera do pensamento silencioso. As categorias formais são abstraídas a partir de tais funções lógicas primárias. Por isto, Kant não teria experimentado a necessidade de deduzir essas categorias do pensamento discursivo. E todo pensamento discursivo pode ser apresentado como um nível mais elevado desses processos silenciosos de pensamento (Dilthey, 2011, p.37)

Diante desta perspectiva, o pressuposto kantiano que estabelece tais fatores em naturezas diferentes se mostra injustificado. Assim, também, para Dilthey, a cisão entre matéria e forma se enquadra no mesmo problema. No entanto, o autor acrescenta que, mais do que a mera separação, a relação interna implicada entre os dois elementos intensifica a dificuldade de sustentação da proposição. Por matéria, entende-se a multiplicidade das sensações que são conhecidas; por forma, a apreensão desta matéria. O argumento diltheyano se dirige à maneira como esta relação se dá na consciência e como é clara a indivisibilidade da sensação com a apreensão. Como ele ilustra em exemplos:

Possuímos ao mesmo tempo sons coetâneos diversos um do outro e nós os unificamos na consciência, sem que apreendamos o fato de eles estarem uns fora dos outros em uma justaposição. Em contrapartida, nunca podemos possuir uma pluralidade de sensações táteis ou visuais juntas senão em uma justaposição. Não podemos nem mesmo representar duas cores juntas ao mesmo tempo senão como se encontrando justapostas. Nessa necessidade de possuir em meio a uma justaposição não está em jogo, então, a natureza das impressões visuais e das sensações táteis? Portanto, não é extremamente provável que a forma de sua síntese seja condicionada aqui pela natureza da matéria sensorial? (Ibid., p.37-38).

A elucidação do filósofo reflete de maneira clara e concreta os obstáculos para se admitir a concepção kantiana. A excessiva abstração dos elementos componentes na

formação do conhecimento gerou diversas questões acerca de sua coerência com o todo dos processos. É como se a junção das partes isoladas não reconstituísse o todo da experiência em sua plenitude. Portanto, revela-se incompatível com a realidade a concepção desta cisão na própria relação entre os elementos envolvidos.

A seguinte consideração mostra o quanto a doutrina kantiana da matéria e da forma do conhecimento é carente de complementação. Uma multiplicidade de sensações como mera matéria introduz umas contra as outras em cada ponto diferenças, por exemplo, relações e gradações de cores. Essas diferenças e esses graus só existem, porém, para uma consciência que se mantém coesa; por isto, a forma precisa estar presente para que a matéria possa estar presente, assim como, então, naturalmente, a matéria precisa estar presente, se for para a forma aparecer (Ibid.).

Dito isso, pode-se concluir que o objetivo da proposta diltheyana reside na contraposição de uma noção cindida do processo de conhecimento. A base para a fundamentação do saber encontra-se na conexão da totalidade da vida psíquica. Portanto, na visão do autor, a relação entre psicologia e teoria do conhecimento se expressa na necessidade de partir do solo psíquico para abarcar a formação do conhecimento. Um solo formado por nexos que são vivenciados e compreendidos sem qualquer mediação ou síntese.

A partir daqui, então, o problema da relação da teoria do conhecimento com a psicologia também pode ser resolvido. Na consciência viva e na descrição universalmente válida desse nexos está contida a base da teoria do conhecimento. Uma psicologia consumada, plenamente realizada não carece da teoria do conhecimento, mas toda psicologia plenamente realizada não é de qualquer modo outra coisa senão a consumação científica daquilo que também constitui o subsolo da teoria do conhecimento. Teoria do conhecimento, é psicologia em movimento, e, em verdade, se movendo em direção a uma meta determinada. (Ibid., p.40)

Conseqüentemente, de acordo com o autor, somente por meio de uma psicologia que se concentre na descrição e análise dos nexos vivenciados é possível estabelecer uma universalidade do conhecimento. Afinal, a psicologia descritiva e analítica de Dilthey representa exatamente a contraposição à psicologia construtiva. Enquanto esta última se restringe aos parâmetros de uma síntese *a priori* da experiência exterior para encontrar a uniformidade da subjetividade em leis de explicação causal, a ideia de psicologia diltheyana está voltada para a percepção interna. Esta, em vez de explicar

elementos abstraídos da experiência exterior, concentra-se na apresentação do nexu psíquico que compõe a realidade efetiva da vida e se sustenta no método da compreensão para estabelecer a uniformidade da experiência humana.

[...] e só uma psicologia descritiva e analítica pode se aproximar da solução dessa; só em seu quadro compreensivo, a solução dessa tarefa é possível. Pois ela parte do nexu vivenciado, dado de maneira originária e com uma potência imediata; ela expõe também de modo não fragmentário aquilo que é inacessível ainda à análise. (Ibid., p.42)

. Em suma, retomando o argumento inicial do tópico, pode-se inferir que o conceito de compreensão em *Ideias* exerce um papel que não se restringe à mera distinção metodológica. Antes, implica no processo primordial para reformulação de uma noção epistemológica da ciência. No entanto, é necessário aprofundar-se no que consiste o material e o procedimento desse método compreensivo para se chegar as implicações de *Verstehen*.

3.2.1 O nexu

A partir desta exposição acerca da crítica de Dilthey em relação ao procedimento kantiano e à proposta metodológica sob uma perspectiva psicológica do conhecimento, é necessária a menção de conceitos-chaves para o devido entendimento da intenção do autor. Podem-se estabelecer três termos que exercem papel basilar para o método compreensivo: o nexu, a percepção e a vivência. Em uma rápida síntese da relação entre esses elementos, pode-se resumir que o nexu é a unidade estrutural em que se dão as percepções, e estas são vivenciadas e compreendidas pelo indivíduo em seu contexto sócio-histórico.

A princípio, isso já foi subentendido no decorrer dos tópicos anteriores. Porém, o que não ficou evidente foi o pressuposto de um conceito de *vida* ligado a uma estrutura fundamental. Como visto nos dois princípios basilares para filosofia de Dilthey, o autor concebe a vida como circunscrita na fenomenalidade dos fatos da consciência e dada sem mediação e de forma indivisível para o indivíduo. Ou seja, a realidade efetiva da vida, vivida historicamente em todos os seus sentidos, é dada na totalidade e somente

na vida psíquica. Assim, nesta perspectiva, vida, para Dilthey se diferencia de uma noção puramente biológica e se estende para experiência vivenciada. Na obra *Vida e Conhecimento*, 1892/93, o autor oferece uma definição:

A expressão vida significa aqui em primeiro lugar aquilo que para cada um é o mais conhecido, o mais íntimo. O que é a vida está dado na experiência. Nós a vivenciamos, e ainda assim ela é para nós um enigma. Mas nós sabemos como ela se comporta e como se caracteriza. Ela está onde existe uma estrutura que vai do estímulo ao movimento. Esse progresso do estímulo ao movimento está por toda parte ligado a um fenômeno orgânico. Nessa estrutura, que vai do estímulo ao movimento, como que se encontra o segredo da vida. A unidade da vida está sempre na conexão dessa estrutura. (apud.1987, Amaral, p.22)

Diante de tal afirmativa, o que deve ser ressaltado é que o filósofo estabelece uma relação rudimentar para conceber a vida, ainda que esteja ligada ao organismo, a uma estrutura fundamental psíquica. Mesmo em *Ideias*, isso é reforçado e atribuído tal ligação até à vida animal, sendo o critério de diferenciação para a vida humana a complexidade crescente desta estrutura (Dilthey, 2011).

Assim, a partir deste pensamento, chega-se à concepção de *nexo*. À medida que se entende a vida como uma estrutura fundamental, tal assertiva implica em uma unidade, ou seja, em um *nexo vital*. Todos os processos psíquicos estão ligados a esses nexos de forma que nada acontece fora deste movimento e nada está separado. O que acontece como movimento é um constante evoluir em diferentes níveis desses nexos. Amaral sintetiza este ponto, afirmando que:

Ela [estrutura fundamental] não se compõe de partes ou elementos que se justapõem. Se as funções psíquicas se diferenciam, elas permanecem nesse processo de diferenciação ligadas em nexos, sendo que em níveis mais elevados dessa linha de evolução esse *nexo psíquico* representa a unidade da consciência e da pessoa humana (Amaral, 1987, p.23)

Na argumentação em *Ideias*, Dilthey menciona tal característica para contrapor a conexão causal, tida como fundamento nas psicologias explicativas. Seu ponto retoma a ideia de que a relação causal é um *nexo possível*, porém não está na base da experiência humana. Ele, na verdade, expressa-se como um ato de pensamento que ocorre na abstração posterior à vivência. Quer dizer, o *nexo causal* só é possível através de uma estrutura anterior a ele; tal estrutura consiste no *nexo* em que está contida toda

a experiência humana. Portanto, configura-se como limite e ponto de partida para possibilidade do conhecimento.

Todavia, dizer que o nexos é o que determina a possibilidade de conhecimento não significa que ele é cognoscível como um todo para o sujeito. Afinal, sua coexistência não está submetida à síntese do pensamento e sua complexidade não pode ser reduzida ao intelectualismo mutilado da experiência exterior. A multiplicidade total dos nexos jamais pode ser explicada sob a luz da consciência, mas compreendida através das vivências.

A questão central é que a vida é dada no nexos, uma unidade indivisivelmente simples e imediatamente dada. Sua diferenciação só pode ser dada em níveis que estão em constante movimento devido à interação com a realidade exterior. Tal dinâmica implica na necessidade da psicologia descritiva e analítica, pois a descrição e a análise do nexos constituem o único proceder metodológico capaz de não suprimir a experiência em construções sintéticas. Sua prerrogativa científica consiste em pendular entre o conservar a individualização da percepção interna, na constante formação dos nexos, e o encontrar a uniformidade da experiência presente na humanidade diante do nexos vital. Nas palavras de Dilthey:

Só experimentamos essa conexão em nós parcialmente; ora neste ponto, ora naquele, a luz da apercepção cai sobre tal conexão: pois a força psíquica, de acordo com uma peculiaridade que lhe é importante, não consegue se conscientizar senão de um número restrito de elos da conexão interna. Todavia, tais ligações são constantemente conscientes para nós. Em meio à imensa variabilidade dos conteúdos de consciência, as mesmas ligações sempre retornam, e, assim, sua forma vem paulatinamente à tona de maneira clara. Do mesmo modo, a consciência de como é que essas sínteses entram em ligações mais abrangentes, formando, por fim, uma conexão, torna-se cada vez mais clara, mais distinta e mais segura. (2011, p.67)

Diante disto, é possível notar o quanto a noção de nexos se evidencia como um conceito basilar para proposta psicológica de Dilthey. Entretanto, há um processo entre o nexos, a experiência e a compreensão que o filósofo identifica como percepção.

3.2.2 A percepção

A partir do exposto, algumas noções na teoria de Dilthey precisam de esclarecimentos mais específicos quanto ao sentido próprio que o autor lhes atribui. Este

é o caso da ideia de percepção. Até este ponto, o termo tem sido tratado de forma geral, sendo entendido apenas como uma mera apreensão sensorial de estímulos externos. Entretanto, no escrito *Elaboração de Breslau*, Dilthey oferece uma distinção em sua forma de uso do conceito, a saber, entre percepção interna e percepção externa.

O autor parte do ponto que todos os processos psíquicos presentes nos nexos são considerados como fatos da consciência. Ou seja, tanto a relação do sujeito com objetos externos quanto a relação com seus próprios pensamentos estão contidos em meio a este nexos. Não há uma distinção entre o *eu* e o objeto diante da unidade do nexos; tal separação faz parte de um segundo processo no movimento dos nexos, no qual são diferenciadas as percepções, experiências e representações. E, como é evidente, a percepção está implicada neste segundo estágio. No entanto, Dilthey aponta que há uma ordem e uma correlação no funcionamento da percepção. E nesta ordem está a distinção entre os tipos de percepção do indivíduo.

Para fins didáticos, antes de seguir a argumentação do autor no escrito, faz-se oportuna uma explicação esquemática da questão. Em suma, a percepção se divide em duas categorias de acordo com o momento do processo e do resultado do que é percebido. Primeiramente, entende-se que a percepção interna está ligada diretamente aos fatos da consciência. Ou seja, é o primeiro contato intencional do indivíduo com aquilo que se apresenta na sua estrutura psíquica e aquilo que é percebido como próprio do indivíduo. Em seguida, dá-se a percepção externa em que é a primeira diferenciação entre o eu e o objeto, isto é, aquilo que é apreendido como externo ao sujeito. Entretanto, esta separação não pode ser considerada consciente ou pensada, pois ela é a própria separação da consciência ao seu objeto.

No escrito, Dilthey ressalta que a percepção é dada de forma imediata e discorre brevemente sobre sua relação com a experiência. A percepção, então, é entendida no sentido original da palavra, referindo-se a uma apreensão intencional de assimilação de um fato. A percepção externa, por seu aspecto de especificidade, define-se no momento de distinção entre o *eu* e o objeto. Ou seja, o fenômeno que se apresenta como fato na consciência e que é considerado como algo alternativo à própria consciência no processo da percepção externa. Segundo o autor, isso ocorre por meio dos órgãos sensoriais e, por isso, pode ser chamado, também, de percepção sensorial. Diante disso, é elucidada

a relação com a experiência que, igualmente a percepção, discrimina-se em dois tipos: experiência externa e interna.

Assim, acrescenta que quando essa percepção externa é pensada, ou seja, refletida, então, dá-se a experiência externa. Neste ponto, destaca-se o ponto central: a experiência externa é formada no processo de conscientização da distinção que a percepção externa executou. Dito de outra forma, tanto a percepção externa quanto a experiência externa só existem a partir dos fatos da consciência. Como Dilthey contribui:

Pensando as coisas com suas propriedades e relações pela percepção, forma-se a experiência externa. Essa dirige-se, portanto, ao comportamento e às relações dos objetos, de acordo com o que pode ser apreendido no pensamento em virtude da percepção, sem fazer qualquer consideração em relação ao fato de tratar-se, afinal, de fatos da consciência. Meu próprio eu, como objeto no espaço, como me é dado pela percepção externa, ou meu corpo, formam, então, o ponto de transição da percepção e experiência externa para a interna. Porque o espaço, que é ocupado por meu corpo e que é dado na percepção externa, é, por assim dizer, preenchido progressivamente por estados interiores por meio da experiência acumulada pela prática, pelo estabelecimento de nexos com sentimento vital, com as tensões da vontade, com as sensações musculares, com a multiplicidade de sentimentos locais específicos. [...] Desta forma, o exterior confronta-se com o interior. Mesmo as percepções que a consciência inicialmente vê como coisas estão entrelaçadas nessa continuidade da vida interior. (2010a, p.70)

Portanto, a percepção externa e a experiência externa são processos posteriores e acontecem a partir da vida interior nos fatos da consciência. Para o autor, percepção interna é correlativa ao conceito de fato da consciência. Em verdade, então, a percepção interna está na base de todo o processo de apreensão da realidade e de suas subsequentes distinções, seja com objetos externos, seja com fatos psíquicos. E, equivalente ao proceder da percepção externa, aquilo que é percebido na percepção interna como próprio do sujeito e levado a sua reflexão, este, é caracterizado como experiência interna. Portanto, define-se como aquilo que emerge da interligação com a percepção interna através do pensamento.

Sabe-se que o conceito de experiência exerce um papel crucial na teoria de Dilthey e que a mera correlação à percepção não abarca toda a complexidade do conceito. Todavia, deve-se ressaltar que neste tópico a menção da ideia de experiência

tem a finalidade de contribuir para a noção de percepção³⁸. Isto pontuado, é válido um esclarecimento do autor acerca da relação entre percepção-experiência:

Experiência (*empeiria, experientia*) é conhecimento a partir da percepção. A percepção em si não é ainda experiência, pois esta consiste em juízos e contém uma ampliação do conhecimento de fatos. A minha percepção de uma árvore à beira do caminho ainda não é experiência, nem o meu saber imediato da existência dessa árvore; só quando uma percepção inclui também uma ampliação de meu conhecimento ela se torna, por si, a base de uma experiência (Ibid., p.71)

Dilthey, para reforçar sua tese, argumenta que já na Grécia antiga a ideia de experiência se constituía da relação entre percepção e conhecimento. No entanto, entendia-se que experiência se referia unicamente à experiência externa – o que estava em consonância com a concepção kantiana –. Desta forma, a interligação que o filósofo executa entre a experiência externa e a interna coloca a experiência situada nos fatos da consciência. Ou seja, “A ciência dos fatos da consciência é, portanto, ciência baseada em experiência.” (Ibid.). Assim, o filósofo alemão instaura uma virada na concepção de experiência e assume uma ciência empírica que é direcionada ao nexos dos fatos da consciência como seu objeto.

Isso fica claro quando, em *Ideias*, a primeira peculiaridade da metodologia da psicologia descritiva e analítica se refere à contingência estabelecida pela percepção interior. Assim, toda análise, diferenciação, comparação, descrição e demais procedimentos só são possíveis a partir da noção de que a percepção interna dada no nexos forma a matéria prima de toda investigação psicológica.

Gostaria de dizer que as operações lógicas elementares, tal como elas reluzem nas impressões e vivências, podem ser apreendidas da melhor maneira possível exatamente a partir da experiência interior. Diferenciar, equiparar, determinar graus de diversidade, ligar, cindir, abstrair, articular muitos nexos em um só, conquistar a partir de muitos fatos uma uniformidade: tais operações estão contidas em cada percepção interior ou vêm à tona a partir do fato de essas percepções estarem juntas. Daí se obtém como a primeira peculiaridade da concepção de estados internos, peculiaridade essa que condiciona a pesquisa psicológica, a *intelectualidade da percepção interior* (Dilthey, 2011, p.68).

³⁸ O conceito de experiência será aprofundado e tratado de sua complexidade no tópico seguinte – 3.2.2.

3.2.2 A vivência

De certo, a relação entre percepção e experiência é uma das assertivas do filósofo que mais evidencia seu caráter distintivo das demais teorias. Isto, deve-se ao fato de que essa temática esteve em debate ao longo do século XIX e, a partir da perspectiva diltheyana, a experiência adquire um papel peculiar na discussão. Afinal, é a partir da ideia de que as ciências do espírito se constituem como uma investigação empírica, isto é, um estudo da experiência, que o filósofo propõe o conceito de vivência.

Antes de seguir para a elucidação do conceito em questão, é válido mencionar que dentre os autores contemporâneos que se dispuseram a discussão acerca da ideia de experiência, destaca-se Franz Brentano pelas peculiaridades de suas semelhanças e diferenças em relação a Dilthey. Como por exemplo é o fato de que, em contraposição as psicologias de ordem explicativa, os dois elaboraram suas psicologias descritivas e, também, discorrem sobre a relação entre percepção interna e experiência interna sob um prisma de uma psicologia empírica. Porém, uma das principais diferenças é o método que se utilizam para fundamentar suas assertivas. Em verdade, ainda é presente as divergências acerca desta relação³⁹, principalmente, pelas implicações da análise que se acarretam acerca do período e de seus constructos. Tais implicações podem resultar em um olhar relativista e incompleto dos respectivos teóricos. É certo que o contexto em que estavam inseridos, suas problemáticas e algumas resoluções têm seu caráter de semelhança. Entretanto, o ponto que se revela pertinente para a presente exposição se detém justamente naquilo que se destaca em específico em Dilthey, a saber, o pressuposto que dá solo ao conceito de vivência e que o direciona para a compreensão.

Apesar do máxima semelhante de que os dois filósofos entendem a psicologia como ciência e, ainda mais, a consideram a partir de uma concepção empírica, a forma em que conceituam este ponto se difere diametralmente. Primeiramente, de acordo com Guillaume Fréchette (2020), as similaridades do funcionamento mental têm apenas uma semelhança superficial. Afinal, elas partem de perspectivas que revelam as diferenças de seus pressupostos base. Por exemplo, para Brentano, tal funcionamento é regido por

³⁹ O pesquisador Guillaume Fréchette em seu artigo *Descriptive Psychology: Brentano and Dilthey, 2020*, contribui com sua perspectiva acerca desta questão em diálogo com outros pesquisadores da atualidade.

leis que ditam as relações da mente. Em contraponto, para Dilthey, a mente é entendida a partir de uma estrutura que implica em uma dimensão teleológica – o que, na visão diltheyana, sustenta toda a noção de nexos, o acesso imediato aos fatos da consciência e, por conseguinte, a própria vivência em seu potencial de compreensão -. Outro tópico levantado por Fréchet, e que se configura como ponto crucial para o conceito de experiência, sua função em relação a compreensão e todo constructo das ciências do espírito, é a distinção metodológica de suas psicologias.

Outra divergência entre as visões de Brentano e Dilthey diz respeito à metodologia própria da PD [Psicologia Descritiva]. Enquanto Brentano defende a ideia de que o método da filosofia (e por extensão da PD) nada mais é do que o método das ciências naturais, Dilthey argumenta que a PD é uma Ciência humana (*Geisteswissenschaft*) que segue um método próprio, distinto em espécie daquele da Ciência natural. A máxima de Dilthey, “explicamos a natureza, mas compreendemos a vida da alma”, é inaceitável para Brentano: tal como a explicação, a compreensão nada mais é do que uma espécie de conhecimento. Podemos muito bem aceitar uma distinção entre tipos de conhecimento (por exemplo, empírico versus a priori, ou por explicação versus por compreensão) sem introduzir uma distinção correspondente entre disciplinas. Nesta perspectiva metodológica, a divergência entre Dilthey e Brentano parece intransponível (Ibid., p. 2; tradução nossa).

Desta forma, torna-se evidente que mesmo com as aparentes semelhanças entre ambos, são as diferenças que os confere o devido valor de suas ideias. Afinal, como observado, são estas que dão sentido a autonomia das ciências do espírito e fundamentam a importância da experiência diltheyana.

De volta a Dilthey, Makkreel (2021) comenta que, além da distinção metodológica entre *Verstehen* e *Erklären*, a segunda fase também foi um período de enfoque na ideia de *Erlebnis* - vivência. Esta faz oposição direta com o conceito de *Erfahrung*, que seria traduzido por experiência – ou, para ser mais claro na implicação filosófica do termo, na maioria das vezes, refere-se à experiência externa. Eric Nelson reforça tal ponto dizendo:

[...] assim como a facticidade da vida individual dada na experiência pessoal vivida (*Erlebnis*) é a fonte e a tarefa das ciências humanas (*Geisteswissenschaften*), que são moldadas pelos afetos, interesses, normas e valores da vida prática, a facticidade dos fenômenos naturais abordados por meio da experiência formada teoricamente (*Erfahrung*) serve de base para a construção cognitiva do conhecimento (*Erkenntnis*) nas ciências naturais (*Naturwissenschaften*) (2019, p.10; tradução nossa)

O argumento central de Dilthey é que a sua filosofia é propriamente uma ‘filosofia da experiência’. Está na base de seu filosofar o ponto de partida de uma apreensão da experiência completa com seus pensamentos, sentimentos e vontades. Uma experiência que seja capaz de fornecer à investigação científica a aproximação da realidade efetiva, de um sujeito histórico em meio ao mundo, de uma experiência que é vivida junto à vida. É a vivência que manifesta a própria totalidade sem mediação intelectual e sem procedimento abstrativo. Ela é o próprio fato expresso e vivido em meio à vida.

Desta forma, tal conceito é posicionado como o total contraposto ao sujeito cognoscente de Locke, Hume e Kant. Da metafísica racionalista, do criticismo transcendental até o empirismo positivista, apenas se encontra uma ‘experiência anêmica’, uma realidade mutilada e ‘uma farsa’ investigativa. Como em *Ideias*, o filósofo comenta: “uma empiria que abdica da fundamentação daquilo que acontece no espírito, a partir da conexão compreendida da vida espiritual, é necessariamente infrutífera.” (Dilthey, 2011, p.34). O solipsismo intelectual, expresso nas representações [*Vorstellungen*] do sujeito da ciência, nunca será capaz de suprir as exigências de um estudo universal e necessário da realidade. No escrito intitulado *Pensamento Fundamental da minha Filosofia*⁴⁰, Dilthey deixa claro suas insatisfações a tais teorias:

Sim, em Kant a filosofia racional abstrata dissolve-se a si mesma; ele não a destruiu de fora, antes quis o destino que essa dissolução se desse em seu próprio pensamento. [...] Mas o empirismo não é menos abstrato. Seu ponto de partida é uma experiência truncada da vida psíquica que, desde o início, ficou deformada em sua concepção pela teoria atomística. Que fique com o que ele chama de experiência: nenhum ser humano pleno e total se deixa reduzir a essa experiência. Um ser humano reduzido a ela não teria vigor suficiente para um único dia de vida! (2010a, p. 45-46).

Assim, o conceito de *Erlebnis* faz parte da configuração do fundamento da filosofia diltheyana. A partir do entendimento de que a inteligência não se desenvolve isolada do todo da natureza humana, que a sua abstração só dá margem para um intelectualismo e que produz um ceticismo ao mundo exterior através de ‘formas vazias de espaço e tempo’, a vivência exprime o real imediatamente dado na plenitude do indivíduo. Desta forma, a filosofia de Dilthey se caracteriza como a ‘filosofia do real’. É válido reforçar que

⁴⁰ Este texto está no volume VIII das Obras Completas de Dilthey e foi traduzido para o português por Amaral (2010a).

o autor não despreza a operacionalização investigativa, antes, entende que a abstração, generalização e demais procedimentos são partes necessárias da ciência. No entanto, estão aplicadas num segundo momento nas ciências particulares sob perspectivas parciais da realidade. Ou seja, tais teorizações das ciências positivas não deixam de produzir conhecimento a partir de seus métodos, mas precisam assumir que há uma experiência completa anterior como ponto de partida. A teoria diltheyana propõe, então, “relações recíprocas dos fatos abstratos na realidade inteira, ela oferece as bases sobre as quais essas ciências, livres do isolamento da abstração, devem desenvolver-se (Ibid.).

Beiser (2011, p.331) comenta sobre o termo, dizendo que a vivência é o fator em comum de todas as ciências do espírito, que está na base da distinção entre as ciências da natureza e que há uma evolução do conceito, que antes era entendido como experiência interior conjuntamente. Entretanto, Makkreel mostra que na década de 1880, no texto *Poética*, Dilthey já havia diferenciado os dois conceitos e alega que:

A vivência tem um alcance mais amplo e certamente não carrega as conotações subjetivas tão frequentemente associadas à experiência interior [...] A vivência pode ser vista como abrangendo estados e processos psíquicos que nunca precisam ser conscientemente verificados na experiência interior. (1977, p.5; tradução nossa).

Pode-se, então, entender que a vivência é a própria unidade imediatamente dada da realidade efetiva na estrutura psíquica do indivíduo. Em outras palavras, é a unicidade das percepções internas presentes no nexos psíquico e posta no contexto sócio-histórico, anterior a qualquer ato de pensamento ou representação. Portanto, é o objeto último que se direciona à tarefa da psicologia descritiva e analítica na compreensão do sujeito em sua totalidade da vida psíquica.

Na vivência, os processos de todo o ânimo atuam conjuntamente. Nela, está dada uma conexão enquanto os sentidos não oferecem senão uma multiplicidade de particularidades. O processo particular é sustentado na vivência pela totalidade inteira da vida psíquica, e a conexão, na qual ele se encontra em si e com o todo da vida psíquica, pertence à experiência imediata. (Dilthey, 2011, p.68)

Assim, diferentemente das psicologias explicativas, que necessitam da formação de hipóteses, a psicologia descritiva e analítica se contrapõe e adquire um caráter não-hipotético por meio da vivência. Em *Ideias*, Dilthey define esta dinâmica, de apreensão

direta e imediata dos estados psíquicos através das vivências, como a segunda característica da investigação psicológica que está no fundamento das ciências do espírito.

Desta maneira, a proposta de uma experiência contínua entre o indivíduo e o fenômeno altera a lógica em que se dá o conhecimento. A partir da ideia de vivência, não há uma separação entre sujeito-objeto, pois o fenômeno que se dá na vivência só pode ser compreendido dentro dela própria. Ou seja, o paradigma da abstração, ilustrado no distanciamento do sujeito-objeto, é válido somente para objetos da natureza. O espírito humano, por ser ele mesmo o sujeito e o objeto das ciências do espírito, tem seu conhecimento imediatamente dado no momento em que é vivido, sem a necessidade de qualquer construção hipotética ou síntese. O conceito de vivência tem como um dos intentos o encerrar a problemática da auto-observação da ciência psicológica. Como visto, por exemplo, no desenvolvimento da teoria de Herbart, que, para atender aos parâmetros da ciência naturalista, acrescentava hipóteses metafísicas que direcionavam suas investigações para obtenção de dados quantificáveis da experiência interior. Ou mesmo em Helmholtz, que necessitava de estabelecer um paralelismo psicofísico a partir da noção a priori de causalidade, resultando numa redução do indivíduo à fisiologia e na insuficiência para atingir seus objetivos explicativos da realidade interna.

Por fim, a reformulação da noção tradicional de experiência coloca em questionamento a exclusividade do método transcendental kantiano para a produção de conhecimento. A assertiva de Kant nas ciências da natureza, que parte de uma experiência [*Erfahrung*] que acarreta a necessidade de uma síntese do entendimento [*Verstand*] com objetivo da explicação [*Erklären*], encontra em Dilthey uma alternativa oposta nas ciências do espírito embasada na vivência [*Erlebnis*] com seu objetivo imediatamente dado em sua compreensão [*Verstehen*].

3.2.3 A compreensão

A exposição de Dilthey acerca da definição da psicologia descritiva e analítica é marcada por três características que devem ser levadas em conta para investigação psicológica. Duas delas já foram mencionadas: a intelectualidade da percepção interior

e a apreensão dos estados psíquicos pela vivência. A terceira aponta para a dinâmica dos processos psíquicos e têm ligação direta com método da compreensão – a saber, a relação parte-todo –.

Ora, mas se a segurança no procedimento psicológico baseia-se na realidade plena de cada objeto, então essa realidade é intensificada por meio de uma outra peculiaridade da experiência interna. Os processos psíquicos particulares em nós, os vínculos entre os processos psíquicos particulares em nós, os liames entre os fatos psíquicos, que percebemos internamente, vêm à tona com uma consciência diversa de seu valor para o todo de nosso nexos vital em nós. Assim, o *essencial* destaca-se do *inessencial* na concepção interna mesma. A abstração psicológica, que destaca o nexos da vida, possui para essa sua ação um fio condutor nessa consciência imediata do valor das funções particulares para o todo, que o conhecimento da natureza não possui (Ibid., p.69).

O movimento da vida psíquica é articulado de forma que o enfoque em determinado nexos ou processo particular não desconecta do todo da experiência. É como se o processo de abstração fosse próprio do funcionamento da consciência. Com isso, não quer dizer que o autor afirme que há processos inconscientes, mas que há uma diversidade de valor entre os processos para os quais a atenção se direciona na vida psíquica. Isso significa que o particular emerge e está sempre posto no todo da vivência. Assim, ele é descrito, dividido e analisado a partir de uma visão panorâmica da totalidade. Somente através do todo que se pode chegar ao particular. De maneira semelhante, isso acontece no sistema das ciências do espírito. O mesmo pensamento pode ser articulado em diversas ciências particulares, como, por exemplo, a economia e a regulamentação pública de relações econômicas. Ambas partem de um nexos da realidade em que se dão os aspectos econômicos e, de diferentes perspectivas a partir dessa ligação com o todo, articulam seus saberes.

Desta forma, Dilthey mostra como estas características do método psicológico apontam para a necessidade da concepção de uma psicologia descritiva e analítica. Makkreel (1977) apresenta a interpretação de que, em *Ideias*, a compreensão é elaborada nos termos do método descritivo e analítico. Há uma correlação implícita entre a proposição que afirma a compreensão como objetivo das ciências do espírito e a assertiva da psicologia como método fundamental deste sistema. O esquema disposto no raciocínio diltheyano constitui a prerrogativa de uma psicologia que é capaz de dar conta da plenitude da natureza humana e, diante disto, suprir as exigências de

necessidade e universalidade para o conhecimento das ciências do espírito. Em outras palavras, o método compreensivo tem a pretensão de alcançar a ideia clássica de Ciência sem seguir os mesmos moldes que as ciências da natureza estabeleceram.

Para Dilthey, a única possibilidade dessa tarefa ser cumprida é através da descrição e da análise dos fenômenos da vida psíquica. Em resumo, esta afirmativa é evidenciada através dos três aspectos constituintes desta estrutura: o nexos formador da totalidade da vida psíquica; as percepções do indivíduo presentes neste nexos; e a unicidade das percepções imediatamente dada através das vivências. O nexos psíquico exerce a função de um solo comum a tudo que se apresenta ao sujeito, ou seja, nada está fora deste nexos; ele é a própria sustentação última do todo. As percepções são a matéria prima que, sem o nexos, estariam isoladas em sua multiplicidade e subjetividade sensorial; por outro lado, a partir da ligação com o nexos, elas se apresentam, ainda em sua multiplicidade, como meio de conhecimento dos conteúdos internos. E, por fim, a vivência, enquanto a unicidade das percepções em relação constante com o nexos, caracteriza-se como o todo passível de compreensão; em outras palavras, a vivência é aquilo que se apresenta à compreensão de forma imediata. Isso implica que o objeto – a vivência – é dada em sua plenitude à observação do sujeito, pois encontra-se diretamente ligada a ele. Assim, como não há distinção entre a natureza do sujeito e do objeto, a necessidade de partir de uma construção hipotética para se chegar ao conceito de experiência e, por fim, a explicação do fenômeno resultam em uma tentativa obsoleta. Ao se deparar com o objeto inteiramente dado, a descrição é a única forma isenta e integral que possibilita sua análise. E, por sua vez, a análise é a própria inversão da virada kantiana. O sujeito cognoscente, que atua na construção de seu entendimento, torna-se incompleto perante o indivíduo sócio-histórico que tem acesso imediato e seguro à integralidade do objeto, possibilitando, assim, uma análise compreensiva.

A psicologia precisa tomar o caminho inverso daquele que foi percorrido pelos representantes do método construtivo. Seu curso precisa ser um curso analítico, não um curso construtivo. Ela precisa partir da vida psíquica desenvolvida, não de processos elementares dessa vida. (Dilthey, 2011, p.64)

Entretanto, há um ponto neste argumento que deve ser aprofundado. A condição compreensiva do objeto só é lhe dada imediatamente devido ao fato deste estar

circunscrito nas delimitações das produções espirituais. Dito de outra forma, a vantagem das ciências do espírito está justamente em ter seu foco de investigação voltado à sua própria ação – algo de sua própria natureza que, por isso, está em completo e constante acesso –. Em contrapartida, o estudo de objetos da natureza apresenta a dificuldade desta forma de conhecimento devido justamente à natureza distinta entre sujeito e objeto. Neste ponto, Dilthey concorda com Kant ao assumir a impossibilidade de conhecimento das coisas em si, presentes na natureza, através da pura intuição. Os sentidos sensoriais não são capazes de oferecer a unidade destes objetos. Sendo assim, é necessária a construção e adição de elementos no processo de entendimento como um complemento da experiência⁴¹.

A divergência entre os autores inicia, então, no estabelecimento indiscriminado das relações causais para explicação de todo e qualquer fenômeno. Na argumentação diltheyana, em *Ideias*, o autor menciona o ensaio *Tratado da realidade*⁴², de 1890, no qual defende a contraposição a uma atitude primária hipotética que estabelece a lei causal para explicação do mundo. Dilthey aponta que o dado de uma regularidade de sucessão nas relações é uma síntese operada internamente. Ora, isso significa que não provém de um processo originário de condições da possibilidade do pensamento, mas é fruto de uma separação feita no próprio pensamento após a abstração da experiência.

A validade desta afirmação permanece, quer se procure a origem desta síntese no entendimento, quer se a relação de causa e efeito, como afirmei num ensaio anterior, deriva apenas da conduta viva da vontade que experimenta a pressão de outra vontade – caso em que a relação depende de um elemento primário e constitutivo, sendo o nosso comportamento vivo apenas interpretado intelectualmente através do pensamento abstrato. Seja qual for o modo como se conceba a formação das representações objetivas e suas relações causais, sua totalidade não está de forma alguma nas excitações sensoriais, nem em sua coexistência e sucessão. (Dilthey, 1977, p.53; tradução nossa)

Afinal, como tem sido repetido constantemente, a totalidade só é dada na vivência devido seu fator ‘indivisivelmente simples’. Não há possibilidade de obter um nexo causal explicativo na formação de uma vivência, pois ao pensar em uma sucessão na

⁴¹ Makkreel (1977) comenta que é esta posição assumida por Dilthey que ecoa as ideias de Vico quanto a diferenciação da possibilidade dos conhecimentos espirituais e da natureza.

⁴² Anteriormente referida como *Contribuições para a solução da questão da origem de nossa crença na realidade do mundo exterior e da razão de ser dessa crença, 1890*.

experiência, ela é abstraída, submetida a hipóteses e separada do todo que a constitui. Para uma ilustração didática, pode-se exemplificar o ato de sonhar: quando se está vivenciando um sonho, o sujeito, na maioria das vezes, está imerso naquela experiência sem conjecturar sobre o que está acontecendo. Ao acordar e se conscientizar de que na verdade era apenas um sonho, a integralidade daquela experiência já se perdeu e tudo que interpretar posteriormente àquela situação já não corresponde à sua totalidade, mas apenas a perspectivas particulares de abstração e síntese provindas do todo desta vivência. Assim também acontece quando se está compenetrado na contemplação de uma obra arte, ou em uma poesia ou qualquer outra expressão espiritual. Naquele momento, não há uma relação entre sujeito e objeto⁴³. Há apenas o vivenciar imediato. Portanto, todo ato de pensamento parte de uma abstração ou decomposição que já não apreende a plenitude da experiência. Em outras palavras, o que é vivenciado jamais é cognoscível ao entendimento.

Isto posto, torna-se cada vez mais evidente que, a partir dessas vivências próprias do espírito humano, a descrição e a análise se configuram como necessárias para a fundamentação deste conhecimento. Além disso, para atingir o objetivo do presente trabalho - a saber, discorrer sobre a compreensão neste cenário – é indispensável a exposição em que consiste metodologicamente a descrição e a análise, contribuindo para o objetivo de compreensão na psicologia de Dilthey.

O autor sabia que a descrição não era algo exclusivo de seu método científico. Em sua argumentação, menciona a botânica e a zoologia, que são ciências naturais e que têm, em sua grande parte, aspectos descritivos. Entretanto, segundo o filósofo, a psicologia se destaca em um uso mais profundo da descrição⁴⁴. O ponto é que a descrição é o primeiro passo para a investigação psicológica. É a postura observadora, sem complementos sintéticos, dos fenômenos e dados empíricos presentes em um nexos imediatamente dado. Ou seja, a descrição integral e isenta, por meio de uma estrutura psíquica fixa, alcança a validade universal de seu conhecimento. Como Dilthey contribui:

⁴³ Nos escritos da Elaboração de Breslau Dilthey contriui: “A existência do ato psíquico e o conhecimento dele não são duas coisas distintas, não existe aí diferença entre um objeto que é visto e do olho que vê.” (2010a).

⁴⁴ Makkreel (1977) comenta que essa afirmação encontra uma justificativa indireta quando é acrescentada a relação entre a descrição e a análise.

Assim, está dada aqui imediata e objetivamente uma estrutura fixa. Por isto, a descrição tem nessa área uma base indubitável, universalmente válida. Nós não encontramos sua conexão por meio de um complemento em relação aos elos particulares, mas o pensar psicológico articula e distingue a partir do nexa dado. As operações lógicas da comparação, da diferenciação, da mensuração dos graus, da separação e da ligação, da abstração, da articulação das partes em um todo, da dedução de relações uniformes a partir de casos particulares, da análise de processos particulares, da divisão, encontram-se todas a serviço dessa atividade descritiva. (2011, p.70)

Desta forma, a descrição se direciona à estrutura da vida psíquica, definida por um nexa, que obtém, a partir das vivências, a unicidade da multiplicidade das percepções. Porém, vale ressaltar que é a estrutura geral sistêmica de funcionamento que se mantém fixa. Isso quer dizer que, a cada nova percepção e formação de vivências, novas conexões particulares são resultantes, ligadas a esta estrutura. Esta repetição e formação de nexos particulares se configuram como tarefa da psicologia. Tarefa, esta, que é incumbida à análise.

Por análise sempre entendemos a dissociação⁴⁵ de uma realidade efetiva complexa dada. A análise separa as partes componentes que estão unidas na realidade. Os componentes assim encontrados são naturalmente muito diversos. [...] toda análise tem como objetivo último a descoberta dos fatores reais por meio da dissociação da realidade; e a indução e a experimentação são apenas seus auxiliares. (Dilthey, 1977, p.57; tradução nossa)

O segundo passo, então, é expresso na análise. Assim como a descrição, a análise também é comum às ciências naturais. Todavia, o contexto de sua aplicação se distingue na implicação de seu procedimento estar sempre ligado a partir do nexa estrutural. Após a descrição, a análise se faz necessária para a dissociação de componentes ligados à estrutura geral com vistas à descoberta dos fatores que os constituem. Dito de outra forma, todas as distinções, abstrações e dissociações são feitas a partir da concepção do nexa. Isso resulta em um enriquecimento do processo de

⁴⁵ A palavra *dissociação* se refere ao termo original *Zergliederung*. A tradução brasileira em português, feita por Casanova, optou em traduzir este termo por *decomposição*. A versão utilizada em inglês, traduzida por Zaner e Heiges, faz uso da palavra *dissection*. O termo em alemão pode ser traduzido pelas três opções. Entretanto, optou-se por *dissociação* devido às possíveis conotações que as duas outras palavras podem acarretar. No caso de *decomposição*, há uma associação ao campo de saber da área química em que *decomposição* pode se conectar a ideia de putrefação ou deterioramento. E quanto a *dissecação*, o uso comum do termo, liga-se à área da anatomia e da prática cirúrgica. Não expressa nenhum erro o uso dos termos. A escolha se justifica pela intenção de conservar a ideia geral do movimento analítico que o autor se refere.

compreensão das ciências do espírito. Afinal, a análise opera condicionada por todo o pano de fundo da totalidade da vida psíquica, executando a dissociação das partes dos componentes constituintes que se referem sempre ao nexos psíquico. Desta maneira, a análise é conservada de partir de uma posição hipotética para atuar sem mediações em uma realidade objetivamente dada. O método da psicologia de Dilthey, então, se dá na relação entre o individual e o geral, na medida em que sua investigação inicia da descrição de um todo dado objetivamente para a interpretação das partes através da análise. Por conseguinte, é este método que fundamenta o âmbito particular e geral necessário para o conhecimento das ciências do espírito e conduz à compreensão das vivências em toda sua plenitude e expressão.

Portanto, a análise realiza-se aqui, na medida em que os processos da decomposição, por meio da qual um elo particular do nexos psíquico deve ser esclarecido, são referidos a esse nexos como um todo. Ela sempre mantém em si algo do processo vivo, artístico da compreensão. A partir dessas relações vem à tona, então, o fato de uma psicologia ser possível que, partindo do nexos da vida psíquica apreendido de maneira universalmente válida, analisa os elos particulares desse nexos, descreve e investiga seus componentes e as funções que os unifica, de maneira tão profunda quanto pode, mas sem empreender nenhuma construção de todo o nexos causal dos processos psíquicos. [...] A psicologia descritiva e analítica termina com hipóteses, enquanto a psicologia explicativa começa com elas. (Dilthey, 2011, p.72).

É válido mencionar que a assertiva em relação às hipóteses foi tema de uma conhecida controvérsia entre Dilthey e Ebbinghaus. Logo após a publicação de *Ideias*, o psicólogo experimentalista teceu uma série de críticas à proposta da ciência psicológica diltheyana. Dentre elas estava a alegação de que Dilthey se respaldava em hipóteses em que as diferenças entre psicologias eram mínimas. A resposta de Dilthey, como foi elucidado, mostrava que seu intento nunca foi excluir totalmente as hipóteses, mas apenas retirá-las do processo descritivo (2021)⁴⁶. Na verdade, a crítica de Ebbinghaus atinge um âmbito mais crucial do constructo teórico. O psicólogo coloca em questionamento a proposição acerca da forma de conhecimento da totalidade da estrutura psíquica e, devido a isso, ela é tão construída quanto as hipóteses da psicologia explicativa. Claramente, a resposta do filósofo é negativa. Dilthey defende o ponto de

⁴⁶ Makkreel (2021) menciona, também, que tempos depois, Edmund Husserl, apontara que Dilthey, na temática deste debate, havia antecipado o método fenomenológico.

que, por mais que seja impossível a apreensão direta da estrutura psíquica em todos os seus níveis, sendo o conhecimento imediato dado apenas nas vivências presentes nos nexos, pode-se chegar a ela sem mediação hipotética. Makkreel (1992) comenta que:

A ideia de mediação sem inferência nunca é totalmente articulada por Dilthey, mas é central para sua afirmação que na psicologia, e as *Geisteswissenschaften* em geral, a conectividade ou a ordem não é produto de hipóteses como no caso das *Naturwissenschaften*. [...] Parte da dificuldade de Dilthey em defender o seu próprio método psicológico contra Ebbinghaus é que ele não propôs uma das alternativas habituais ao método indutivo dos experimentalistas. Ele não justifica a ideia de conexão psíquica por outro modo de inferência (dedução) ou por introspecção (entendida como intuição imediata), embora mostre algumas afinidades com os expoentes de ambos. (p.209; tradução nossa)

Como mencionado no início do capítulo, a discussão com Ebbinghaus coloca o foco em pontos relevantes, contudo, a centralidade da crítica de Dilthey é mantida. A saber, sua contraposição ao método transcendental como norteamento do conhecimento na psicologia e, por conseguinte, nas ciências espirituais. Certamente, é neste ponto específico que a compreensão exerce uma oposição radical ao constructo kantiano. Isto é ilustrado no debate com Windelband quanto à divisão de saberes. Para o Neokantiano, as ciências se dividiam em nomotéticas e ideográficas, correspondendo, respectivamente, às ciências naturais e ciências históricas. Além disso, ele acreditava que Dilthey erroneamente focava na experiência interna para fundamentar as ciências sócio-históricas, pois a psicologia se tornava cada vez mais uma ciência nomotética. Nesse sentido, como Beiser contribui:

Dilthey acatou a observação de Windelband sobre o fato de que a psicologia estava se tornando cada vez mais uma ciência nomotética como as ciências naturais. Ele fez, portanto, uma distinção entre dois tipos diferentes de psicologia, [...] Tal distinção é entre uma psicologia mecânica e uma psicologia descritiva e analítica. Enquanto a psicologia mecânica inicia com elementos psíquicos e determina relações normativas entre eles, a psicologia descritiva ou analítica começa com o todo de nossa experiência interna e passa para analisá-la em suas partes tomadas separadamente. [...] O principal objetivo da psicologia explicativa ou mecânica é a explicação, a subsunção de eventos ou atividades mentais particulares sob leis gerais, enquanto que o principal propósito da psicologia descritiva ou analítica é a interpretação ou a compreensão, isto é, compreender o conteúdo ou sentido por trás daqueles eventos ou atividades (2017, p.164).

O intuito não é se aprofundar no debate de Dilthey com a escola Neokantiana. Antes, é de apenas mostrar, através desta narrativa, uma das influências do filósofo para a constituição e importância da compreensão em sua psicologia descritiva e analítica. Sabe-se que, apesar da segunda fase ser um enfoque da distinção metodológica, o termo de compreensão encontra um desenvolvimento exponencial na fase seguinte, a partir da virada hermenêutica. Todavia, é necessário reforçar que o objetivo aqui é evidenciar que os direcionamentos da crítica de Dilthey, que principalmente se encontram implicados na proposição de compreensão, são contínuos em todo seu trabalho. É essencial notar o caráter primordial que está presente em todo seu percurso, a saber, a sua Crítica da Razão Histórica, ou, dito de outra forma, a fundamentação filosófica das ciências do espírito independentemente das ciências da natureza. O labor de estabelecer a base de uma teoria do conhecimento que fizesse jus à realidade histórico-social vivida por um ser humano individual e coletivo, com todas as vontades, sentimentos e expressões. É essa motivação que o leva a elaborar uma ideia de compreensão da vida que não se assemelha ao entendimento do intelecto.

A diferença entre os termos *Verstehen* e *Verstand* não é fruto da mera coincidência. A tradução para o português acaba perdendo o nuance que há nesta distinção. Sabe-se que os dois podem ser traduzidos por compreensão e, também, por entendimento. Na maioria dos casos, utiliza-se compreensão para *Verstehen* e entendimento para *Verstand*. Entretanto, o que está implícito aqui é que, como Makkreel (1977) comenta, para Dilthey, o substantivo *Verstand* representava uma ideia fixa e naturalista do conhecimento. Assim, para se aproximar de uma autocompreensão que se desenvolva historicamente a partir de uma experiência que é vivida, o filósofo utiliza o verbo no modo infinitivo *Verstehen*. Isso implica diretamente no fato de que, no entendimento da natureza, há uma limitação do que se pode conhecer dos fenômenos. Porém, este limite não pode ser aplicado ao que o ser humano pode compreender de si mesmo e dos outros. Dessa forma, fica clara a oposição de que, nos fatos da natureza, é necessária a busca de uma justificativa, de uma razão de existir, de uma explicação. Já nos fatos espirituais, essa busca não é colocada como uma necessidade para sua fundamentação, por isso, o objetivo circunscreve em uma compreensão que já está dada completamente na realidade do indivíduo. “Nós explicamos a natureza, enquanto

compreendemos a vida psíquica” (Dilthey, 2011, p.29). Essas afirmações confrontam diretamente as condições de possibilidade universal dos referidos conhecimentos. Enquanto, para Kant, o entendimento sintético repousa nas categorias compartilhadas do a priori. Para Dilthey, a compreensão se sustenta em um nexos estrutural psíquico compartilhado por todo ser humano. Isso se configura de forma complexa para ambos os autores. Afinal, tais pressupostos de universalidade precisam da verificação quanto à sua necessidade através da comprovação de dados empíricos. De acordo com Dilthey, a síntese a priori se mostra insuficiente na medida em que não alcança a explicação da integralidade do indivíduo e da realidade a partir do princípio causal. Sobretudo, alguns estudiosos apontam que a proposta do nexos também levanta algumas dúvidas de sua validade, como afirma Makkreel:

[...] a suposição deste último, de faculdades humanas universalmente compartilhadas que funcionam em termos de princípios a priori, provou ser insustentável. Em seu lugar, vimos Dilthey postular a teoria, não totalmente satisfatória, de que existe um fundo comum de propriedades psicológicas que ocorrem como configurações fundamentalmente diferentes em cada indivíduo. Essas qualidades se manifestam com diferentes graus de intensidade e, na verdade, alguns podem ser apenas latentes. Assim, embora não haja garantia de alguma faculdade que forneça uma base uniforme para a compreensão, existe a possibilidade de um indivíduo reconhecer ou extrair nele mesmo essas qualidades compartilhadas com os outros. Nesse sentido, a intersubjetividade ganha um caráter mais concreto, embora menos certo, e a compreensão assume mais atributos de comunicação interpessoal. (1992, p.249; tradução nossa)

Deste modo, o conhecimento das ciências do espírito atua através de uma compreensão que parte do todo para o particular. Sua dinâmica é expressa na descrição, sem inferências, da totalidade dos processos psíquicos atuantes nas vivências e na análise dos elementos constituintes conduzida pela base do nexos. Isto é, a compreensão da psicologia descritiva e analítica atua de maneira inversa do entendimento aplicado na psicologia explicativa. Enquanto esta parte de princípios elementares para construir um todo da vida psíquica, o conhecimento das ciências do espírito assume a totalidade para compreender o particular. Assim, a compreensão do mundo histórico-social adquire sua possibilidade através da descrição da totalidade psíquica. Isso quer dizer que, para esclarecimento didático, a interpretação de um dado espiritual inicia no ponto em que o historiador, por exemplo, compartilha da mesma estrutura psíquica vivencial que as

peças de determinada época em que se direciona seu estudo. Dessa forma, sua investigação acerca deste produto histórico-social é possibilitada pelo nexo que envolve a totalidade das vivências compartilhadas conjuntamente pelo sujeito e pelo objeto.

Essa concepção da compreensão resultou em algumas complicações no meio acadêmico. Beiser (2023) menciona que uma determinada interpretação da compreensão, que reduzia seu caráter ao âmbito puramente subjetivo oriunda dos aspectos da empatia, foi propagada por alguns positivistas do contexto em questão. Makkreel (1977) também reforça este ponto e acrescenta que a compreensão, devido à sua posição alternativa à explicação, era considerada como algo irracional e intuitivo, num sentido pejorativo do termo. Ataques, estes, sem base justificativa, pois, fazendo eco ao pensamento dos referidos estudiosos, a compreensão não pode ser definida como um simples oposto da racionalidade e ser reduzida como um mero sentimento empático. Ao referir-se à totalidade da vida psíquica, o pensamento e a intelectualidade lhes são presentes em sua atuação. Sua prerrogativa está, justamente, em não se restringir ao aspecto intelectual.

Todavia, deve-se comentar que a ideia de empatia também não era inexistente na teoria diltheyana. O próprio Beiser mostra, em uma análise panorâmica do termo *Verstehen*, que a imaginação e a empatia se faziam presentes em um equilíbrio entre uma perspectiva metodológica da interpretação das ciências do espírito e um cuidado em não se deixar limitar em regras operacionais.

Dilthey reconheceu que a compreensão muitas vezes tinha de ser o resultado de uma investigação cuidadosa e condenou a tentativa de baseá-la apenas na intuição como um “misticismo estético” e uma “obscuridade entusiástica”. Embora sustentasse que a imaginação e a empatia eram ajudas importantes para a compreensão, ele nunca acreditou que fossem por si só suficientes para justificar uma interpretação. Embora reconhecesse que o intérprete muitas vezes começa com alguma intuição, ele insistiu que não deveria terminar com ela. No início da investigação, a intuição do intérprete tem um estatuto estritamente provisório; assume a forma de uma hipótese ou conjectura, que deve ser posteriormente testada, corrigida ou modificada à luz de evidências adicionais. Em vez de confiar em lampejos de inspiração, o intérprete deve seguir um procedimento combinado indutivo e dedutivo, através do qual formula as suas ideias sobre o todo depois de estudar cada uma das partes, e através do qual reinterpreta as partes à luz do seu conhecimento do todo. Este foi o famoso “círculo hermenêutico” de Schleiermacher, que Dilthey invocaria repetidas vezes. (2023, p. 96; tradução nossa)

A temática conduzida pela reformulação do conhecimento nas ciências sócio-históricas, concernente à relação entre compreensão e empatia, foi objeto de grande debate após as assertivas de Dilthey. Shaun Gallagher escreveu um artigo em que trata da complexa relação entre empatia e o constructo teórico de Dilthey. De fato, o estudioso comenta que o filósofo, em suas obras, não faz uso da palavra alemã que é traduzida por empatia no inglês e que compõe boa parte da discussão atual. O termo utilizado pelo alemão é *mitfühlen*, traduzido para o inglês literalmente como *feeling with*, [sentindo com]. Termo que, segundo Gallagher, exerce papel importante na distinção metodológica entre as áreas dos saberes em questão. O ponto que se destaca é que a ideia de empatia não era um fator negativo que emergia da proposta diltheyana, mas revelava uma visão ampla na constituição da compreensão do indivíduo. Nas palavras de Gallagher:

[...] Dilthey estava à frente de seu tempo. Mais especificamente, sua distinção entre a compreensão elementar e a compreensão empática plena se ajusta bem às distinções recentes entre empatia básica e empatia de alto nível. Além disso, ao elaborar a sua explicação da compreensão elementar, ele apela aos estudos do desenvolvimento e sugere que antes de uma criança aprender a falar já está imersa em contextos socialmente organizados e as expressões que constituem as manifestações objetivas da mente, todos os quais formam um contexto de fundo para a compreensão de outra pessoa. (2019, p. 145; tradução nossa)

Retomando o tratamento do termo na psicologia, nota-se que a centralidade desta problemática está na proposição de que a descrição da experiência interior resulta em uma base para a compreensão de si e dos outros. Isto é, este movimento da compreensão está no fundamento epistemológico das ciências do espírito. O especialista H. A. Hodges comenta que, nesta proposição, está posta uma questão que os escritores da epistemologia têm negligenciado e que Dilthey contribui para sua resolução no transcurso de toda a sua filosofia. A saber, a forma como se dá o processo de conhecimento na intersubjetividade. Na realidade, o estudioso mostra que há dois questionamentos dentro deste debate:

Primeiro: como passamos da expressão física, percebida pelos sentidos, ao reconhecimento de que por trás dela existe uma vida mental? E segundo: admitindo que exista tal vida mental em outra pessoa, como podemos explorá-la e chegar a compreendê-la de forma coerente e detalhada? (1998, p.117; tradução nossa)

Hodges, claramente, não trata da abordagem específica da compreensão aplicada em *Ideias*. O questionamento abrange implicações gerais da teoria do filósofo alemão. No entanto, a síntese oferecida pelo autor acerca dessas questões contribui ainda mais para o devido entendimento das implicações de compreensão nesta fase:

Dilthey responde a ambas as perguntas com a mesma afirmação, a saber, que compreendemos os outros por transferência de nossa própria vida interior. Confrontados com um corpo que se assemelha ao nosso e que se comporta de maneiras que se assemelham ao nosso próprio comportamento, atribuímos-lhe o mérito de ter uma vida mental como a nossa, e, também, lhe atribuímos o mesmo tipo de vida mental que temos. O que imputamos aos outros não são apenas lampejos ocasionais de consciência, pensamentos ou sentimentos isolados, mas um sistema estrutural como o nosso, uma riqueza de vida interior que forma um complexo auto-organizado como o nosso. É por isso que, desde o dado fragmentado que deve ser o nosso ponto de partida, podemos, em condições favoráveis, construir um conhecimento amplo e íntimo de outras mentes. Como assumimos que sua estrutura é semelhante à nossa, podemos passar de fatos particulares sobre eles para uma imagem do todo do qual esses fatos fazem parte. (Ibid.; tradução nossa)

Dito de outra forma, o que Hodges ilustra na resposta de Dilthey é exatamente o que consiste na relação entre compreensão e vivência. Percebe-se que tal relação é o pilar das ciências do espírito. Afinal, é na expressão de uma vivência conectada no nexos que corresponde ao todo de uma estrutura psíquica que se torna possível a compreensão. A vivência é o que objetiva a vida em toda sua expressão. E a compreensão dessa vida é o processo que possibilita a passagem de uma experiência individual para o coletivo – do particular ao geral –. A estudiosa Amaral contribui com uma exposição sobre a maneira como a vivência objetiva a experiência histórico-social e como se apresenta a necessidade da compreensão nesse processo:

Cumpramos que reforcemos a importância das formações objetivas do espírito, contidas por constituição na vivência, como o resultado equilibrado do jogo de forças contrárias e opostas que caracteriza a nossa história. O que estamos querendo dizer é que vivência parece ser o verdadeiro ponto médio entre o geral e o individual, o universal e o singular, o ideal e o real, uma vez que, por constituição, ela carrega em si uma consciência eficaz e por isso consoladora e protetora de sua origem extra-individual, isto é, da “esfera das coisas comuns” a que pertence e que em certo sentido também lhe pertence. Se esse fundo comum também lhe pertence é porque os indivíduos, na singularidade de suas vivências, co-experimentam valores, objetivos, expressões, significados, crenças e, assim atuando, como que co-participam da criação ou construção desse todo a que pertencem e que, assim sendo, lhes pertence também. Essa constitui toda a realidade para quem parece sugerir a comunicação como

condição vitalmente fundamental de consciência. Isto porque sem os préstimos da comunicação não poderíamos falar em origem extra-individual da vivência e, conseqüentemente, nem da objetividade de suas expressões e sequer da possibilidade de compreendê-las. E, sem compreensão, como, então, construir o mundo histórico, enquanto realidade autônoma das ciências do espírito? (1987, p.47)

O parecer apresentado converge ao intento primordial do filósofo, como foi expresso no escrito *O Sonho*. É apenas em um mundo histórico constituído por vivências de pessoas reais, que se expressam em profunda e larga amplitude de seus desejos, impulsos e pensamentos, que se faz necessária a compreensão. Ao final do primeiro capítulo de *Ideias*, Dilthey refere-se à compreensão justamente em ligação a uma realidade ‘poderosa’ e cheia de conteúdo. Um mundo que se expressa nas obras de poetas e escritores que jamais pode ser reduzido a um método sintético. E que, na verdade, se estende para além das limitações técnicas e metodológicas da psicologia explicativa. O filósofo, com inclinações românticas, não se restringe em atribuir à compreensão uma dimensão inexpressiva presente na arte e na literatura. Algo que vai além da possibilidade analítica. No entanto, não se deixa levar em um irracionalismo sem objetividade. Atesta, também, o equilíbrio de sua inteligibilidade em níveis constituintes das uniformidades que se encontram na sociedade e no indivíduo, configurando-se como tarefa da psicologia.

A realidade efetiva da vida psíquica, realidade essa poderosa em termos de conteúdo, estende-se para além dessa psicologia. Nas obras dos poetas, nas reflexões sobre a vida, tal como elas foram expressas por grandes escritores como Sêneca, Marco Aurélio, Agostinho, Maquiavel, Montaigne e Pascal, há uma compreensão do homem em sua realidade efetiva, uma compreensão em relação à qual toda psicologia explicativa permanece muito aquém. [...] Nós nos sentimos tocados por reflexões particulares até o mais íntimo de nosso coração. A profundidade da vida mesma parece descortinar nessas reflexões. Logo que aspiramos produzir a partir delas, porém, um nexos claro, elas fracassam. [...] Com certeza, porém, para a psicologia, o modo como os grandes escritores e poetas tratam da vida humana constitui-se como uma tarefa e uma matéria prima. Temos aqui a compreensão intuitiva de todo o contexto, do qual a psicologia precisa se aproximar por sua via de maneira ao mesmo tempo universalizante e abstrata. (Dilthey, 2011, p.42)

Dito isto, observa-se como a compreensão, mesmo na fase em que Dilthey está focado numa vida psíquica estruturada e, portanto, em uma psicologia como fundamento, apresenta seu caráter hermenêutico de “descortinamento” de significados das profundas

expressões humanas de maneira circular entre a parte e o todo. Sabe-se que após 1900 o movimento hermenêutico cresce perante a estrutura psíquica. No entanto, a compreensão histórica se mantém, por todas as fases do autor, em seu intento último de evidenciar a vantagem mais notória das ciências do espírito - a saber, a exclusiva capacidade humana de relação significativa e real consigo mesmo, com seus iguais e com a vida.

e só uma psicologia descritiva e analítica pode se aproximar da solução dessa tarefa; só em seu quadro compreensivo, a solução dessa tarefa é possível. Pois ela parte do nexos vivenciado, dado de maneira originária e com uma potência imediata; ela expõe também de modo não fragmentário aquilo que é inacessível ainda à análise. (Ibid.)

É válido ressaltar que o constructo teórico diltheyano tem o constante desafio em ser interpretado devido à complexidade e desenvolvimento de suas ideias. Sabe-se que a fundamentação da compreensão no procedimento descritivo psicológico não se manteve na terceira fase do autor. Makkreel, um exímio especialista do filósofo, contribui:

A psicologia enquanto estudo humano é baseada em uma experiência vivida do nexos geral da vida psíquica que produz uma compreensão de processos particulares como funções desse nexos. Mas a descrição feita possível através da compreensão está tão intimamente relacionado com a análise de partes do todo, que pode haver dúvidas se o próprio todo pode, por sua vez, ser descrito. E quando consideramos que toda a psique incorpora, não apenas processos inconscientes, mas também outros fatores que requerem esclarecimentos de diferentes estudos humanos como a sociologia e economia, torna-se irrealista esperar uma descrição completa de experiência vivida. Se Dilthey tivesse sido mais cuidadoso ao observar os limites da descrição, ele teria sido capaz de argumentar que, embora a experiência vivida do todo seja original, sua descrição pode exigir analogias hipotéticas baseadas em análises específicas. (1977, p. 8; tradução nossa)

E ainda em outro texto acrescenta que:

[...] uma vez que Verstehen é questionado quanto à sua validade, uma mera fundamentação psicológica da compreensão torna-se inadequada. Justificativas transcendentais e psicológicas para a possibilidade de intersubjetividade como tal não estabelece critérios metodológicos para testar a objetividade de afirmações cognitivas específicas sobre a história. Um exame crítico de Verstehen levaria Dilthey à hermenêutica ou à teoria da interpretação como uma estrutura mais satisfatória (1992, p.251; tradução nossa).

Todavia, a intenção primeira e a centralidade do funcionamento do método compreensivo se mantiveram em toda obra do filósofo. Theodore Plantiga (1980) menciona que, mesmo que a compreensão histórica tenha seu desenvolvimento por meio de técnicas e métodos da hermenêutica, ela só é possível por uma base comum em ser humano. Isto é, Dilthey ainda conserva uma ideia de natureza humana que compartilha uma interconexão que permite a compreensão individual e coletiva. O sujeito histórico-social, em sua totalidade de vontade, sentimentos e pensamentos, continua vivo e fundamentado numa compreensão que visa a integralidade da vida e de todos os seus saberes particulares.

4. Considerações finais

O presente trabalho partiu da apresentação das implicações da inversão kantiana nos caminhos da ciência. Tal feito, por mais que Dilthey se contraponha em certo sentido, não é negativo em si. O próprio pensamento diltheyano carrega peculiaridades das influências de Kant em sua proposta. Contudo, a expansão do criticismo a todas as áreas do saber resultou em uma inevitável insatisfação das ciências histórico-sociais. Isso foi especialmente evidente nos critérios de validade científica das ciências naturais aplicados à psicologia e à teoria do conhecimento. As tentativas de Herbart e Helmholtz, como por exemplo, ilustram como o anseio geral em fundamentar a psicologia a partir de um *a priori* fixo na causalidade e sob uma metodologia das ciências da natureza limitavam seus alcances e produziam uma imagem de indivíduo incompatível com a realidade. Assim, o prisma naturalista predominante na época ocasionou uma gama de reações em que Dilthey se destacou por sua minuciosa análise da questão e por seu programa radical. O argumento central da empreitada das ciências do espírito partia de um problema basilar e de cunho antropológico: o 'sujeito cognoscente', incompleto e irreal. Desta forma, nem a psicologia nem o conhecimento eram capazes de fornecer uma investigação adequada da realidade humana. Assim, deu-se a tarefa de uma psicologia que desse conta de um ser humano real e com vistas à elaboração de condições de possibilidades de conhecimento da totalidade da vida. Neste aspecto,

então, posiciona-se a compreensão na medida em que pretende compreender a realidade do indivíduo em sua integralidade. E, também, a partir do pressuposto de uma interconexão comum da sociedade que fornece ao sistema das ciências espirituais a fundamentação do conhecimento na compreensão entre o geral e o particular.

Portanto, o trajeto percorrido por Dilthey em sua segunda fase não pode ser considerado como obsoleto frente os desdobramentos do período posterior. O enfoque em noções como vivência e compreensão, em distinção às representações e ao entendimento, exerceu o relevante papel no desenvolvimento da teoria. Embora Dilthey não tenha completado sua obra e suas ideias estejam expressas em textos fragmentados durante sua vida, a intenção norteadora confere às suas produções um caráter sistemático e consistente. Além disso, como visto, mesmo antes da virada hermenêutica, a centralidade do argumento de *Verstehen* tem o mesmo objetivo em toda sua carreira. É certo que o amadurecimento das ideias de Dilthey o levaram a passar de um viés psicológico para um enfoque maior na interpretação. Desta forma, entende-se que a mudança da perspectiva do autor condiz com um aprimoramento das ênfases que se lapidaram em sua teoria e não em uma ruptura e alternância de objetivo. Sabe-se que para sustentar esta afirmação de maneira mais completa seria necessária uma exposição e análise da terceira fase do autor. Todavia, isto pode ser encontrado em trabalhos como o de Makkreel (1992) *Philosopher of the Human Studies* e, até mesmo em produções nacionais, como de Amaral (1987) *Dilthey: um conceito de vida e uma pedagogia*. Para a presente pesquisa se delimitou apenas o aprofundamento do termo na segunda fase do autor. Assim, a virada hermenêutica e suas implicações no século XX fica reservada para futuras pesquisas.

Por fim, vale ressaltar que as reflexões diltheyanas permanecem atuais e pertinentes nos dias de hoje. Para assegurar tal afirmação, não é necessário mais do que observar o impacto de suas discussões na filosofia e em todo cenário acadêmico do mundo contemporâneo. Uma breve reflexão sobre o crescimento de perspectivas científicas, que buscam submeter o ser humano em um conglomerado de habilidades comportamentais e cognitivas, evidencia a necessidade de uma visão plena do ser. Em uma época em que a artificialidade da inteligência direciona os destinos do conhecimento

da humanidade, a missão de compreender um ser real e completo aponta para verdadeira sabedoria.

Referências bibliográficas

AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. *Dilthey: um conceito de vida e uma pedagogia*. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BEISER, F. *After Hegel: German Philosophy (1840-1900)*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

BEISER, F. C. *The German Historicist Tradition*. Oxford: University Press, 2011.

BEISER, F. *Johann Friedrich Herbart Grandfather of Analytic Philosophy*. New York: Oxford University Press, 2022.

BEISER, F. *Philosophy of Life German Lebensphilosophie 1870–1920*. Oxford: University Press, 2023.

BEISER, F. *The Genesis of Neo-Kantism (1796-1880)*. OXFORD: OUP, 2014.

DILTHEY, Wilhelm. *Filosofia e educação: textos selecionados*. Organização e introdução Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010a.

DILTHEY, Wilhelm. *Ideas concerning a descriptive and analytic psychology*. Translated by R. M. Zaner, & K. L. Heiges (Eds.), *Descriptive psychology and historical understanding*. The Hague: Nijhoff. 1977.

DILTHEY, Wilhelm. *Ideias acerca de uma psicologia descritiva e analítica*. Trad. Artur Morão. Covilhã: LusoSofia Press, 2008.

DILTHEY, Wilhelm. *Ideias de uma psicologia descritiva e analítica*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2011.

DILTHEY, Wilhelm. *Introdução às ciências humanas: tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

DILTHEY, Wilhelm. *Introducion a las ciencias del espiritu: En la que se trata de fundamentar el estudio de la sociedad y déla historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

DILTHEY, Wilhelm. *Introduction to the Human Sciences*. Translated by Rudolf A. Makkreel and Frithjof Rodi. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1989.

FEEST, Uljana. *Hypotheses, Everywhere Only Hypotheses!: On Some Contexts of Dilthey's Critique of Explanatory Psychology,* Studies in the History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences, 38:43– 62, 2007.

FRÉCHETTE, G. *Descriptive Psychology: Brentano and Dilthey.* HOPOS: The Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science, Chicago, n. 10, p. 290-307, abr. 2020

FREITAS, Fernando P. *Os sentimentos na psicologia descritiva e analítica de Wilhelm Dilthey.* Orientador: Mario Ariel González Porta. 2021. Dissertação de mestrado – Curso de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

HELMHOLTZ, Herman Von. *Epistemological writings.* Dordrecht: D. Reidel, 1921. Boston Studies in the Philosophy and History of Science, 1997.

HERBART, Johann Friedrich. *Allgemeine Metaphysik, nebst den Anfaengen der philosophischen Naturlehre.* (Königsberg: A.W. Unzer, 1828–9). Erster historisch-kritischer Theil, 1828.

HERBART, Johann Friedrich. *Psychologie als Wissenschaft, neu gegründet auf Erfahrung, Metaphysik und Mathematik.* (Königsberg: A.W. Unzer, 1824–5). Erster Synthetischer Theil, 1824.

HODGES, H. A. *The Philosophy of Wilhelm Dilthey,* London: Routledge. 1998.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura -* Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KANT, Immanuel. *Princípios metafísicos da ciência da natureza.* Lisboa - Portugal. EDIÇÕES 70 - 2019.

KENNY, A. *Uma nova história da Filosofia Ocidental.* Volume III: O despertar da Filosofia Moderna. Edição Loyola Jesuítas. São Paulo. 2014.

LEARY, David E. *Immanuel Kant and the Development of Modern Psychology.* In *The Problematic Science: Psychology in Nineteenth-Century Thought,* 17-42. New York, NY: Praeger, 1982.

LOURENÇO, Luis. *A teoria da experiência de Wilhem Dilthey enquanto crítica da tradição epistemológica (1883-1894).* Orientador: Mario Ariel González Porta. 2016. Dissertação de mestrado – Curso de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

MAKKREEL, R. A.; RODI, F. *Introduction.* In: DILTHEY, W. (Selected Works, v. I) Introduction to the Human Sciences New Jersey: Princeton University Press, 1989.

MAKKREEL, R. *Dilthey: Philosopher of the Human Studies.* New Jersey: Princeton University Press, 1992.

MAKKREEL, R. *Vico and Some Kantian Reflections on Historical Judgment*. Boston: Man and World 13. – p.99-120, 1980.

MAKKREEL, R. *Wilhelm Dilthey*. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2021 Edition), Edward N. Zalta (ed.), 2021.

MURRAY, J; LINK, S. *The Creation of Scientific Psychology*. New York: Routledge. 2021.

NELSON, E. *Interpreting Dilthey: critical essays* / edited by Eric S. Nelson, Hong Kong University of Science and Technology, 2019.

PATTON, Lydia. *Hermann von Helmholtz*. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2023 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), URL <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2023/entries/hermann-helmholtz/>>.

PLATINGA, Theodore. *Historical Understanding in the Thought of Wilhelm Dilthey*. University of Toronto Press, 1980.

PORTA, Mario A. G. *A Filosofia a partir dos seus problemas*. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

PORTA, Mario A. G. *Natur und Geist: a escola de Baden como teoria complementar do positivismo*. Pensando – Revista de Filosofia Vol. 9, Nº 17, 2018.

PORTA, Mario A. G. *O pensamento de Immanuel*. Brasília: DF. Academia Monergista, 2023.

PORTA, Mario A. G. *Psicologia e Filosofia: Estudos sobre a querela em torno ao psicologismo (Psychologismusstreit)*. São Paulo: Editora Loyola, 2020.

REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.

RICHARDS, Robert J. *Christian Wolff's prolegomena to empirical and rational psychology: translation and commentary*. Proceedings of the American Philosophical Society, vol.124, n.3, p.227-39, 1980.

RITTER, J. GRÜNDER, K., GABRIEL, G. *Historisches wörterbuch der philosophie*. (orgs.), Bd. 1-13. Basel: Schwabe, 2007.

RITTER, J. *Leitgedanken und Grundsätze des Historischen Wörterbuchs der Philosophie*. Archiv für Begriffsgeschichte, 11, 75-80, 1967.

RODI, Frithjof. *Dilthey's concept of 'structure' within the context of nineteenth-century science and philosophy*. In Rudolf Makkreel John Scanlon (ed.), *Dilthey and Phenomenology*. pp. 107—124, 1987.

SENEDA, M. C. *A fundamentação das ciências compreensivas: a posição de Dilthey reconstruída a partir de Leibniz, Wolff e Kant*. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, [S. l.], v. 14, n. 22, p. 123–144, 2010.

TEXTOR, Mark. *The Disappearance of the Soul and the Turn against Metaphysics: Austrian Philosophy 1874-1918*. New York: Oxford University Press, 2021.

VICO, G. *Ciência nova*. São Paulo: Editora Hucitec, 2015.

WOLFF, C. *Prolegomena to empirical and rational psychology*. In R. Richards (Ed.), *Christian Wolff's prolegomena to empirical and rational psychology: Translation and commentary. Proceedings of the American Philosophical Society*, 124, 227-239, 1980.

WOLFF, C. *Psychologia empirica*. In J. École (Hrsg.), *Christian Wolff's Gesammelte Werke, II. Abteilung* [Christian Wolff's Collected Works, Section II] (Band 5). Hildesheim: Olms (Erstausgabe 1732), 1964.

WOLFF, C. *Psychologia rationalis*. In J. École (Hg.), *Christian Wolff's Gesammelte Werke, II. Abteilung*. [Christian Wolff's Collected Works, Section II] (Band 6). Hildesheim: Olms (Erstausgabe 1734), 1966.